

Projeto

"Povo Grande do Sul"

Frente Progressista

Gaúcha

GOVERNO COLLARES

1991 - 1994

353(816.6)
F873p
1991/1991 1

SUMARIO

AREA		PAGINAS
<hr/>		
APRESENTAÇÃO		
SOCIAL		
	EDUCAÇÃO	7
	SAÚDE	9
	HABITAÇÃO	18
	TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	24
	SEGURANÇA PÚBLICA	30
	JUSTIÇA	40
	LAZER, DESPORTO, RECREAÇÃO	48
	CULTURA	50
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	55
	MEIO AMBIENTE	57
<hr/>		
DE INFRA-ESTRUTURA		
	ENERGIA E MINAS	62
	TELECOMUNICAÇÕES	70
	VIAÇÃO E TRANSPORTES	74
	SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	80
<hr/>		
ECONOMICA		
	AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	85
	INDUSTRIA E COMERCIO	100
	CIENCIA, TECNOLOGIA, INFORMATICA	109
	TURISMO	115
	ASSUNTOS INTERNACIONAIS	119
<hr/>		
ADMINISTRATIVA		
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/REC. HUMANOS	129
	FINANÇAS PÚBLICAS/SIST. FINANCEIRO	131
	PLANEJAM. E DESENVOLV. REGIONAL	136

APRESENTAÇÃO

A FRENTE PROGRESSISTA GAUCHA reuniu militantes técnicos e especialistas das áreas política, social, econômica, ecológica, tecnológica, científica e cultural para, com base nos compromissos programáticos dos partidos que a integram, elaborarem propostas preliminares para o PROJETO POVO GRANDE DO SUL.

Estas propostas foram submetidas à análise, estudo, crítica e avaliação de todos os segmentos sociais, tais como entidades empresariais, políticos, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, universidades, cooperativas, associações de moradores, organizações religiosas, entre outras, que tiveram a oportunidade de participar efetivamente com contribuições valiosas para a conclusão do PROJETO POVO GRANDE DO SUL, o qual servirá de base para a nossa ação governamental.

Em nosso governo, a administração será feita com a efetiva participação da população, através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento são o resultado natural de tendências que observamos em micro-regiões, ou regiões sócio-econômico-geográficas homogêneas, onde existem especificidades próprias em termos históricos, culturais, climáticos e de produção.

Esta é a tendência e da modernidade, e está calcada em fundamentos políticos, sociológicos e filosóficos de descentralização política, desconcentração econômica bem como de integração regional.

Estes Conselhos terão a participação dos mais diversos segmentos sociais que estejam presentes na região, tais como a representação política, empresarial, universitária, cooperativista, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, proprietários rurais, igrejas e associações de moradores. Fundamentada na experiência da efetiva participação do povo na gestão de Porto Alegre, estes Conselhos terão poder de decisão e de fiscalização. São os Conselhos Regionais de Desenvolvimento que vão analisar, estudar e apresentar as prioridades de sua respectiva região ao governo. Após o estudo e o processamento, sob o ponto de vista técnico, estimando valores e elaborando os projetos com seus memoriais descritivos, o governo executará, direta ou indiretamente, sob a fiscalização do Conselho Regional pertinente.

O Estado , atualmente, possui uma estrutura emperrada, com secretarias funcionando precariamente, com seus recursos humanos desmotivados, e, com uma concentração de poder muito grande. Por isso impõe-se uma forma avançada e moderna de administração que é o caminho natural que constatamos, com a descentralização política, desconcentração econômica e da integração regional.

Com esta base filosófica e administrativa, bem como a prática já externada nas ações de gestão de Porto Alegre, e também consubstanciada na elaboração deste projeto e que nos apresentamos para implementar esta maneira moderna de administrar a coisa pública.

Alceu Collares

João Gilberto

FRENTE PROGRESSISTA GAUCHA

ÁREA SOCIAL

EDUCAÇÃO

SAÚDE

HABITACÃO

TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

SEGURANÇA

JUSTIÇA

Lazer, Esportes e Recreação

CULTURA

COMUNICAÇÃO SOCIAL

MEIO AMBIENTE

EDUCAÇÃO

A Compreensão do que vem ocorrendo na área da Educação, nos últimos tempos, passa por diversas questões a começar pela política educacional que desde o regime autoritário implantou a ineficiência do ensino e a reprodução das desigualdades sociais. Por isso, uma política educacional verdadeiramente democratizadora - Além de oferecer as mais amplas oportunidades de escolarização às populações da cidade e do campo - deve fundamentar-se em uma compreensão crítica dos métodos, currículos e práticas pedagógicas.

Para a FPG é fundamental que a escola, além de instruir e habilitar contribua para a formação da consciência crítica dos estudantes proporcionando-lhes uma compreensão histórica do nosso destino como povo e nação.

Julgamos imprescindível que os jovens participem da vida social e política e nela encontrem motivação para assumir as transformações no sentido de construir uma sociedade livre e democrática, resgatando amplamente sua cidadania.

Tendo na educação popular e participativa a sua meta prioritária, a FPG pretende desenvolver uma ação de governo voltada para o atendimento das necessidades dessa área, começando pela elevação do percentual de aplicação do orçamento estadual para 35%, garantindo que esses recursos sejam empregados na escola e revertam na melhoria qualitativa da educação.

Para a FPG é fundamental que os professores participem na elaboração dos programas educacionais e na consideração das diretrizes pedagógicas ao lado de verem uma valorização de sua categoria funcional, através de uma remuneração justa. É importante ainda, o estímulo a pesquisa e ao planejamento educacional, com vistas a um melhor conhecimento da realidade social, de modo adequar a educação às peculiaridades regionais.

Não poderíamos deixar de mencionar, com base para as propostas na área da educação, a experiência de Alceu Collares na Prefeitura de Porto Alegre, o que dá substância a projetos já implantados com sucesso. Assumiu o governo, em 1986, tomou várias medidas emergenciais na área da educação, algumas delas de enorme importância tais como: Os Centros Integrados de Educação Municipal que merecem destaque, e impõem-se como um marco indestrutível da sua Administração e que agora serão implantados a nível estadual, como CIEPS (Centros Integrados de Educação Popular).

A escola de turno integral com uma infra-estrutura capaz de dar atendimento à criança em todas as suas necessidades básicas e ainda estender esses benefícios à comunidade, mostrou-se possível e viável. Basta que para implantá-la exista a vontade política demonstrada por Alceu Collares, capaz de desencadear uma verdadeira ação transformadora no campo da Educação.

" O CIEP é uma nova instituição que surge, questionando, por dentro esta realidade social e injusta, desumana e impatriótica "

Leonei de Moura Brizola

Esse tipo de escola tem como objetivo proporcionar às crianças, alimentação completa, aulas, esporte em ginásios cobertos e quadras poliesportivas, lazer, material escolar, assistência médico-odontológica em um mesmo ambiente físico. Favorece ainda a integração Escola-Comunidade, através da utilização de suas dependências para atividades de lazer, sociais e políticas (consultas à Biblioteca, Palestras, Aniversários, confraternizações, Reuniões de Moradores, etc)

A proposta pedagógica do CIEP, basicamente nas teorias de educação popular, cujos expoentes são Paulo Freire e Celestin Freinet, na busca da construção do conhecimento, onde o planejamento educacional é voltado para o aluno como centro do processo na busca de sua autonomia progressiva, na construção de seu projeto de vida, com atividades livres oriundas da experiência dos alunos, respeitando o meio social a que pertencem, essa experiência foi ampliada para as crianças carentes e deficientes mentais treináveis que constituem 10% da população em idade escolar e estavam a margem do processo educacional, com a instalação do CIEP ESPECIAL.

Buscar o atendimento das necessidades regionais através de CIEPS RURAIS, PROJETOS ESPECIAIS, e outras prioridades do governo ALCEU COLLARES.

Restauração, ampliação e reequipamento de toda a rede escolar, dotando as escolas de infra-estrutura capaz de absorver a clientela de alunos excedentes; oferecer uma merenda escolar adequada às necessidades nutricionais de suas faixas etárias, melhores condições físicas (Bibliotecas, salas especiais, material didático-pedagógico), recursos humanos especializados e em número suficiente, criação de casas da criança funcionando como creches de turno integral atendendo menores na faixa etária de zero a sete anos incompletos tendo por objetivo integrar Escola-Comunidade no atendimento às crianças.

O Albergue Municipal da Criança, que recolhia crianças marginalizadas, instrumentalizando-os com uma prática de atividades econômicas simples como faxina, lavagem de automóveis, venda de jornais, etc... buscando um ofício que lhes garanta a subsistência e lhes ofereça dignidade.

Erradicar o analfabetismo, um dos problemas sociais mais graves foi outro compromisso prioritário da Administração Alceu Collares. "Nenhum Adulto Analfabeto" é um programa com proposta de ensino inovadora, com atendimento de forma individualizada, evitando a inibição natural do adulto que não sabe ler. O trabalho é voluntário e a alfabetização é gradual, obedecendo o ritmo de cada um, e acima de tudo um programa de inigualável valor humano, pois permite a qualquer um ser agente de alfabetização de seu semelhante.

A Administração Collares preocupou-se com a valorização do Professor, elaborando e implantando um novo Plano de Carreira do Magistério Municipal, que foi proposto pelos próprios Professores.

Enfim poderíamos seguir enumerando tantas outras iniciativas colocadas na sua Administração que sem dúvida ficarão para sempre na memória de tantos quantos reconheceram na Educação, a base para o atingimento da dignidade humana.

Organizar um programa estadual que respeite a trajetória das migrações urbanas, desenvolvendo uma unidade escolar possível com a perspectiva de aos poucos, ampliarem-se aos anos de escolaridade, resolvendo gradativamente o gravíssimo problema da evasão escolar, traçando um diagnóstico da realidade atual da rede escolar, constata-se que esta encontra-se em processo de sucateamento, os problemas começam na falta de instalações e de material pedagógico adequado, passando pela ineficiência e pela falta de pessoal qualificado para gerenciamento das escolas. Os Professores com baixo nível de expectativa e mal remunerados complementam desta forma a corrente interminável de deficiências, agravando-se esse quadro pelo grande número de crianças em idade escolar fora da escola: 30% da demanda Escolar.

Esta realidade obriga a um estudo visando o reaproveitamento integral do espaço escolar, buscando concomitantemente a qualificação profissional dos Professores de forma que as escolas funcionem durante todo o ano civil e não apenas durante um ano letivo.

A proposta da FPG para atender a essas prioridades, prevê que o espaço escolar seja preenchido por 3 grupos de alunos alternados de forma que teremos três inícios de ano letivo diferentes, com períodos de férias diferenciados conforme quadro anexo:

I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
I MES	I JA	I FE	I MR	I AB	I MA	I JN	I JL	I AG	I SE	I DU	I NO	I DZ	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
IGP 01	I A	I A	I A	I A	I F	I F	I A	I A	I A	I A	I F	I F	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
IGP 02	I F	I F	I B	I B	I B	I B	I F	I F	I B	I B	I B	I B	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I
IGP 03	I C	I C	I F	I F	I C	I C	I C	I C	I F	I F	I C	I C	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I	I

O desenvolvimento do trabalho escolar dar-se-á em 4 meses seguidos de aula e após 15 dias de recuperação preventiva, um mês de estudos e aperfeiçoamento dos Professores e 15 dias de recesso escolar. O segundo período do ano letivo ocorrerá também com 04 meses de aula, 15 dias de recuperação terapêutica e 45 dias de férias. Garante-se dessa forma, a permanência dos 60 dias de férias ao professor e aos alunos e ao mesmo tempo proporciona a classe do Magistério a oportunidade de aprofundamento técnico com épocas definidas para aperfeiçoamento.

Quanto ao ensino de 2.º Grau, urge que sejam encontradas alternativas concretas que tornem viável o ingresso e a permanência dos jovens e adultos nos cursos diurnos e noturnos, proporcionando-lhes, na própria escola, aproximação da educação com o trabalho e a oportunidade de geração de renda. Constata-se ainda, que os currículos estão estruturados em função do exame vestibular ou ainda simplesmente, um carimbo na base curricular que diz :Preparação para o trabalho conforme legislação vigente, nada específico sendo realizado, constituindo-se em mais uma farsa do ensino.

A revolução do pensar educativo só será possível a partir do momento em, que como seres históricos, consigamos nossa própria ruptura, conversão e, principalmente, ter uma visão totalizadora da realidade em que vivemos e, na exata hora em que nos consideramos como seres em movimento constante no conflito das relações contraditórias impostas pelo existir, num tempo e espaço, em uma dada sociedade.

P R O P O S T A S

Após terem sido cumpridas todas as etapas dos Fóruns de Debates, chegou-se as seguintes prioridades para a elaboração do Plano de Governo da Frente Progressista Gaúcha.

* Resgate da condição salarial do Magistério, através da recuperação das perdas salariais conforme previsão orçamentaria já realizada. Garantia dos Preceitos constitucionais na forma dos artigos 39 e 246 da Constituição Federal

* Recuperação da rede física e equipamentos escolares em todos os níveis e graus de ensino, permitindo seu pleno funcionamento.

* Implantação de CIEPS (CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA), escolas de tempo integral prioritariamente em zonas periféricas com filosofia de trabalho e linha pedagógica voltada para o atendimento das necessidades desse tipo de clientela, no que se refere as áreas cognitiva, afetiva, psicomotora, saúde e nutricional.

- Implantação gradativa de séries

- Professores previamente selecionados e instrumentalizados com regime integral e dedicação exclusiva ao CIEP.

- Recursos humanos especializados em educação física, artes plásticas, ciências, educação musical, biblioteca, pré-escolar e outros.

* Implantação de CIEPs Profissionalizantes, escolas de turno integral que oferecem formação de mão de obra qualificada a nível de 1.º e 2.º Graus.

* Implantação de CIEPs Rurais, oportunizando ao homem do campo acesso a educação adequada a sua realidade e evitando o êxodo rural.

* Implantação de CIEPs Especiais para deficientes mentais na busca da maior integração entre as classes especiais e o ensino regular, dando pleno atendimento aos preceitos constitucionais tais como: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para corresponder as suas necessidades.

* Reativação das escolas técnicas, ampliação das escolas de 2.º grau, tornando-as centros de profissionalização, geograficamente distribuídas para atender a realidade sócio-político-cultural da comunidade.

* Formação de estratégias regionais nas periferias urbanas e rurais.

* Reequipamento das escolas tornando-as instituições com condições físicas, materiais, financeiras e humanas, capazes de viabilizar um projeto educacional sério e inovador.

* Utilização dos prédios e equipamentos das antigas escolas polivalentes.

* Aumento do número de vagas em no mínimo 30%, em janeiro de 1992, através da implantação do sistema de aproveitamento integral do espaço escolar e da recuperação e ampliação da rede física (novas salas, novas escolas).

* A fim de possibilitar a integração dos diferentes níveis de ensino é prioritário que:

- As escolas de Magistério deverão funcionar como Centros Educacionais, como laboratórios didáticos que oportunizarão as escolas da comunidade a troca de experiências e enriquecimento dos currículos.

* As Universidades através de convenios colaborem na especialização dos Professores e utilizarão as escolas e Magistério como escolas de Aplicação.

* Todas as escolas de Magistério deverão ter escolas de Aplicação que sirvam de laboratório para Professores e alunos de Magistério.

* Os estágios sejam remunerados com um ano de duração

* Haja reformulação do currículo para inclusão de Disciplinas específicas : alfabetização, escola com turno integral, educação na zona rural, etc...

* Sejam criados cursos noturnos preparando para o trabalho com adultos e estágios no supletivo.

* Desenvolvimento de projeto de Alfabetização de Adultos para erradicação do analfabetismo, um dos problemas sociais de maior gravidade na realidade nacional é outro compromisso prioritário. O programa 'Nenhum Adulto Analfabeto' já desenvolvido em Porto Alegre com sucesso, compreende proposta de ensino inovadora com atendimento de forma individualizada e trabalho voluntário.

* Atendimento do pré-escolar "Casas da Criança". A educação das crianças em idade pré-escolar é um requisito prévio essencial de toda política educativa e cultural.

* Reativação da "Proposta para uma educação pré-escolar" existente desde 1986 a pré-escola numa perspectiva construtivista.

* Ampliação da oferta de educação pré-escolar (junto a população de periferia nível A e nível B em todas as escolas estaduais).

* Implantação do projeto "Casa da Criança", instituições funcionando como creches em turno integral proporcionando atendimento da faixa etária de 0 a 7anos incompletos, dando condições as mães de assumirem seus trabalhos fora do lar.

* Incremento a nutrição escolar, através do reequipamento das escolas.

* Redimensionamento do ensino Supletivo como uma modalidade específica de ensino para atender adolescentes e adultos, através da destinação e capacitação de professores na educação de adultos, da divulgação e incremento das propostas de trabalho existentes e da revisão dos aspectos pedagógicos objetivando maior adequação e aproveitamento dos conteúdos pelos alunos.

* Atualização e Instrumentalização dos Professores de Ed.Física no processo pedagógico construtivista, objetivando a formação de grupos de estudos, integrando a Ed.Física com as demais atividades do currículo.

* Implementação dos espaços físicos destinados à prática da Ed.Física nas escolas (Ginásios de Esportes, Canchas Poliesportivas, Materiais adequados).

* Retomada da Arte através do restabelecimento da importância da área dentro do currículo com incentivo as três modalidades (Cênicas, Musical, Plástica) implementação de oficinas, instalação de salas ambiente, atuação de recursos humanos habilitados, inclusão da disciplina em maior número de séries do 1.º Grau

* Atenção especial a alfabetização através da, retomada do ensino da língua materna, nas séries iniciais do ensino do 1.º Grau, como meio de compreensão e atuação sobre o contexto social (Psicolinguística).

* Garantia de orientação geral do sistema Pedagógico - criação de um setor de orientação Pedagógica, na SE, formada por um grupo de especialistas com estudos avançados e experiência de ensino.

* Descentralização das ações Pedagógicas, possibilitando experiências de ensino diversas e vinculação com as Faculdades e Universidades Regionais.

* Valorização e apoio Pedagógico ao Professor das séries Iniciais

* Provimento da infra-estrutura escolar adequada para o trabalho em classes de alfabetização.

* Reestudo da estrutura organizacional das Escolas, Delegacias de Educação e Secretaria de Educação.

* Informatização através de um Plano Diretor de Informática da SE, interligando todas as DÊs com SE.

P R O J E T O S E S P E C I A I S

* MENINOS DE RUA-ESCOLA ABERTA

* EDUCAÇÃO INDÍGENA E NOS ASSENTAMENTOS AGRÍCOLAS

* ATENDIMENTO AO IDOSO

* INCLUSÃO DE ESTUDOS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NAS SÉRIES INICIAIS

* EDUCAÇÃO ECOLÓGICA

* CONSELHOS ESCOLARES E C.P.Ms

* ENSINO NOTURNO

SAÚDE

1 -DIAGNÓSTICO

Podemos afirmar, que a saúde em nosso Estado, da forma como vem sendo gerida, é uma evidência do grau de irresponsabilidade, com que são tratados os direitos mais fundamentais da nossa coletividade.

Se observarmos os indicadores de saúde, verifica-se que aumenta o risco de morte precoce, nas periferias dos centros urbanos e entre a população carente do Estado. Doenças de fácil controle proliferam sem o devido tratamento. Deficiências nutricionais atingem a população infantil e o saneamento urbano precário compromete de forma irreparável as próprias condições de vida nestas comunidades.

Grupos majoritários de nossa população, na verdade, não têm acesso aos serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde.

No Rio Grande do Sul, o Setor de Saúde apresenta os seguintes pontos críticos:

1.1 -Queda da Cobertura Vacinal e a Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil no Rio Grande do Sul, enquanto média geral, apresenta níveis reduzidos face ao conjunto do País. Em 1988, era de 21,96 para mil crianças nascidas vivas. Este indicador, no entanto, oculta as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais vigentes em nosso Estado. Assim, os dados disponíveis evidenciam que a mortalidade infantil é 3,2 vezes maior nas vilas periféricas do que nas populações das zonas centrais de Porto Alegre.

Por sua vez, um dos fatores que sabidamente contribui para a diminuição da mortalidade infantil é a melhor cobertura vacinal. Por isso, é extremamente grave a diminuição da cobertura vacinal que se observa, a partir de 1986, em nosso Estado:

- Vacinação contra Pólio.....queda de 17,0
- Vacinação contra Sarampo.....queda de 17,0
- Vacinação Tripla (tétano/difteria/coquel....queda de 17,0

-A Saúde do Trabalhador

No Rio Grande do Sul, em 1989, para uma população segurada de 1.900.000 trabalhadores, foram registrados os seguintes agravos à saúde ocupacional:

- acidentes do trabalho.....	100.373
- doenças Profissionais.....	2.949
- acidentes de trajeto.....	4.133
- incapacidade permanente (novos casos).....	1.333
- óbitos.....	478

Como o número de acidentados do trabalho, incluindo os trabalhadores urbanos com relação formal de emprego, trabalho informal, rurais, autônomos e domésticos, foi de aproximadamente de 300.000 em 1989, podemos dizer que 15% de nossa população trabalhadora sofreu acidentes do trabalho. Tal fato, coloca o Rio Grande do Sul entre os primeiros em número de ocorrências.

-A Qualidade dos Alimentos

A qualidade do alimento colocado à disposição da comunidade, juntamente com a convivência desta com insetos, roedores e outros animais, e o conseqüente dano à saúde provocado por estes têm feito aumentar, consideravelmente, o quadro mórbido em nosso Estado. Nesta área da vigilância sanitária e controle de vetores, a carência de recursos humanos, na ponta do sistema, é alarmante.

A Organização Mundial da Saúde preconiza a necessidade de 1(um) fiscal para cada 10.000 habitantes. Porto Alegre, com 1.500.000 habitantes, conta com apenas 12 fiscais.

Ademais, o Laboratório de Controle e Análise de Alimentos do Estado perdeu a sua ação de fiscalização sanitária, restringindo a sua atividade ao burocrático registro dos produtos alimentícios.

-O Sistema de Saúde - SUS

O conjunto de ações de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

Desde a sua implantação, até o momento atual é possível observar:

- perda vertiginosa de prestígio do setor público;
- manutenção do mesmo modelo assistencial;
- aumento das responsabilidades e encargos das prefeituras, sem o respectivo repasse dos recursos financeiros adequados, aliado à ausência de autonomia para a sua gerência;
- falta de dotação orçamentária para o SUS ao nível da União e do Estado;
- ausência de critérios populacionais e de avaliações das necessidades reais dos municípios com vistas a dar fundamento aos repasses de verbas do Estado. Em 1989, os recursos recebidos pelo Estado, para o SUS, foram distribuídos da seguinte forma:
 - 56,44% .. para serviços ambulatoriais privados contratados
 - 17,49% .. para pagamento de pessoal da rede pública
 - 15,68% .. para a rede pública estadual
 - 8,40% .. para as municipalizações
 - 1,99% .. para órgãos federais, empresas e sindicatos.

15

-Os Recursos Humanos

Os principais problemas existentes na área de recursos humanos da Saúde poderiam ser resumidos nos seguintes tópicos:

- baixos salários em todos os níveis;
- falta de recursos humanos em várias áreas, como por exemplo, na área de enfermagem. Hoje existe, no quadro do Estado, um número de auxiliares de enfermagem suficiente para atender no máximo a 0,5% das necessidades da rede. Aliás, esta função vem sendo exercida pela atendente de enfermagem que não possui as mesmas condições técnicas e legais;
- a esmagadora maioria dos funcionários (mais de 80%) tem os seus contratos de trabalho regidos pela CLT;
- falta de uma política de formação e capacitação dos recursos humanos, agravada pela ausência de um Plano de Carreira para o servidor da Saúde e,
- convivência no mesmo posto, exercendo as mesmas funções, a partir da implantação do SUS, de funcionários federais com salários, por vezes, 150% maiores do que aqueles percebidos pelos funcionários estaduais ou municipais.

A Escola de Saúde Pública não vem cumprindo adequadamente a sua função de formar os recursos humanos necessários para atuar na rede de prestação de serviços do SUS/RS.

Dos 17 cursos planejados para o ano de 1998, apenas 3 estão sendo realizados. Além disso, a escola de há muito deixou de produzir conhecimentos e realizar pesquisas que viabilizassem a busca de novos conceitos sobre a saúde/doença de nossa população.

Dentre as causas dessa situação, é possível apresentar:

- inadequada destinação orçamentária;
- ausência de uma política global de recursos humanos;
- carência de recursos humanos especializados no ensino de saúde pública e de gerência do sistema de assistência e,
- desvinculação entre os programas de ensino da escola e aqueles de assistência à Saúde, da Secretaria.

17 -Conclusão

A situação atual do Setor de Saúde no Rio Grande do Sul, nos mostra uma realidade constrangedora: uma rede de postos de saúde sucateados, usuários mal atendidos e filas cada vez maiores nos hospitais, ausência de medicamentos e de vacinas, além da falta de condições mínimas de trabalho. Salários aviltados convivem com inúmeros privilégios setoriais, o que traz como resultado uma notável desmotivação do seu quadro funcional. Por fim, uma Secretaria Estadual desestruturada e desacreditada, fruto de uma gestão verdadeiramente ruïnosa.

2 -PROPOSTAS

A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA assume o compromisso de reverter esta situação, a partir das seguintes propostas:

21 -Saúde e Educação : Planejamento em Conjunto

No GOVERNO COLLARES Saúde e Educação vão estar Juntas. Assistiremos às crianças desde o ventre materno, durante o período pré-escolar e escolar, integrando a assistência materno-infantil e a suplementação alimentar.

Ao planejar, juntamente com a área de Educação do Governo, pretendemos desenvolver programas de assistência à saúde que serão executados nos Centros Integrados de Educação Pública e à nível de suas comunidades, com as seguintes características:

- assistência médica em tempo integral, a ser executada por Médicos Comunitário e de Família, que além da assistência individual, trabalharão fundamentalmente com a família e as comunidades atendidas pelos CIEPs.
- assistência odontológica com vistas a corrigir o sistema atual, impedindo a destruição do esmalte dentário. Buscaremos desenvolver uma nova metodologia, onde a atuação dar-se-á sobre as superfícies dentárias sadias, utilizando os métodos de prevenção.
- desenvolvimento de programas de educação em saúde, com o concurso de uma equipe multiprofissional, com ênfase no:
 - tratamento ao dependente do álcool e drogas;
 - planejamento familiar;
 - pré-natal com destaque ao controle da gravidez de alto risco;
 - atendimento convencional ou em grupos para diabéticos, hipertensos e obesos e,
 - suplementação alimentar com descaterização do aspecto exclusivo de assistencialismo e a vinculação a programas de atendimento às famílias e às gestantes de alto risco.
- serão utilizados os meios de comunicação de massa, em particular a nossa TVE, para divulgar e orientar a população de nossos programas de Educação e Saúde.

22

-Médico de Família

A prática do médico geral e comunitário é a que mais se aproxima do médico de família, que já existiu entre nós.

Hoje, este profissional começa a ser formado e a atuar em várias instituições de ensino e assistência de nosso Estado. A sua formação básica lhe permite além do conhecimento em clínica geral, desenvolver programas de saúde pública voltados ao atendimento da comunidade.

No GOVERNO COLLARES, vamos utilizar essas profissionais que atuarão, principalmente, em nossos postos situados nas periferias dos centros urbanos e, na medida do viável, com residência na comunidade a ser assistida. Este médico atuará em conjunto com toda uma equipe de saúde.

3 -Municipalização da Saúde

O GOVERNO COLLARES assume um inequívoco compromisso com a municipalização da Saúde, sob a coordenação do Estado. Entendemos ser este o caminho para que, de fato, melhorem as condições de saúde da nossa população.

Para tanto, asseguramos:

- 31 - a implantação de uma verdadeira municipalização, que privilegie a gerência efetiva dos recursos financeiros repassados ao município, de forma a permitir a ampliação gradativa de sua rede de prestação de serviços;
- 32 - a efetiva participação da população, através dos Conselhos de Saúde, com poder deliberativo;
- 33 - a aplicação dos critérios definidos na Lei Orgânica da Saúde para os repasses dos recursos financeiros aos municípios;
- 34 - a realização de cursos de formação de recursos humanos com reciclagem, treinamento e acompanhamento permanente para os trabalhadores e gerentes do SUS, de forma regionalizada, através da Escola de Saúde Pública e,
- 35 - a avaliação da eficiência e da eficácia dos planos municipais de Saúde, através da municipalização da vigilância epidemiológica e garantindo o registro permanente do impacto das ações de Saúde sobre a melhoria das condições de vida da população.

4 -Fiscalização de Medicamentos e Alimentos

Cabe ao Estado disciplinar e fiscalizar a produção, a distribuição, as responsabilidades e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos, e outros meios de tratamento e diagnóstico, estabelecendo para isso um sistema coerente de vigilância sanitária. Nesse sentido, o GOVERNO COLLARES fará a:

- 41 - a implantação de um Laboratório Fiscal de Medicamentos e Correlatos, visando corrigir problemas com os medicamentos comercializados que, muitas vezes, apresentam alterações de sua composição química, estabilidade de fórmula e teor, trazendo prejuízos à saúde da população. Para tanto, objetiva-se:
 - integrar as atividades normativas e técnicas da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, do Instituto de Pesquisas Biológicas e do Laboratório Farmacêutico do Estado, num trabalho cooperativo. Estes organismos funcionarão como um verdadeiro Centro de

Qualidade de Medicamentos, com poder de polícia sanitária, com vistas à intervir naquelas situações de risco à saúde da população.

42 -a recuperação do Laboratório de Controle e Análise Fiscal de Alimentos, restituindo-lhe a sua capacidade de fiscalização e permitindo, assim, que a população tenha maior segurança na qualidade dos alimentos que consome.

5 -Centros de Saúde do Trabalhador

Na realidade brasileira, a incorporação de atividades de saúde ocupacional na rede serviços da Saúde é praticamente a única via que existe para que seja adotada uma cobertura abrangente da população, no que se refere ao diagnóstico precoce das doenças profissionais, a atenção oportuna às lesões e recebimento de declarações compulsórias sobre doenças profissionais.

No GOVERNO COLLARES vamos treinar as equipes da rede de postos de saúde para capacitá-las ao diagnóstico precoce e ao tratamento das doenças profissionais próprias a cada região do Estado.

Tal equipe contará com o apoio de investigações especializadas do Instituto de Pesquisas Biológicas e atuará nos Centros de Saúde do Trabalhador, que serão implantados em todas as delegacias de saúde de nosso Estado.

6 -Postos de Saúde: Implantação e Reforma

Hoje, aproximadamente um terço dos postos de saúde do SUS/RS encontram-se em precárias condições físicas por absoluta falta de manutenção, ampliação ou reformas.

Em nosso Governo, vamos executar o projeto "Nosso Posto, Nossa Casa". Iremos utilizar os recursos orçamentários do SUS, com vistas à empreender a imediata reforma destas unidades, num trabalho conjunto com as Prefeituras e com os Conselhos Municipais de Saúde.

-Centrais Regionais de Leitos Hospitalares

-Centrais Regionais de Leitos Hospitalares

Objetiva a organização de centrais regionais que possibilitem o controle da disponibilidade de leitos hospitalares, na rede pública ou privada, racionalizando a ocupação dos mesmos por especialidades. Estas centrais evitarão o deslocamento desnecessário e oneroso de viaturas e pacientes que, na maioria das vezes, tem seu estado de saúde agravado pelo transporte.

8 -Atendimentos por Unidades Maveis

A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA colocará a disposição das populações da periferia dos centros urbanos e onde o sistema de Saúde não se organizou de forma mais completa, as Unidades Maveis de Atendimento Basico, dotadas de todas as condições para prestar um atendimento voltado à criança, à gestante e ao idoso.

9 -Hospital Psiquiátrico São Pedro

O Hospital Psiquiátrico São Pedro, criado há mais de um século é o unico pertencente a rede pública estadual especializado no tratamento da doença mental.

Com uma área total de 13 hectares, uma área construída de 41.000 metros quadrados, 40 prédios e 23 unidades de internação, abriga 1.000 pacientes dos quais 866 crônicos com mais de 18 anos de internação sem condições de alta por perda total do vínculo com a família e a sociedade.

Hoje os problemas existentes e que exigem pronta solução podem ser assim resumidos:

- falta de agilidade administrativa e financeira;
- recursos financeiros insuficientes: a programação orçamentária para o ano de 1990 previa um recurso na ordem de CR\$ 340.421.110,00, sendo que destes apenas foram aprovados CR\$ 210.200.000,00 .
- acentuada carência de recursos humanos principalmente nas áreas de Enfermagem, Lavanderia, Nutrição e Serviços de Saúde. Hoje para o atendimento de 1.000 pacientes existem 13 psiquiatras e 16 clínicos.
- os prédios estão a exigir reformas imediatas. O ultimo levantamento realizado (Dezembro 89) indicava que 56.075 metros quadrados deveriam ser imediatamente recuperados.

Sabemos que um pequeno percentual da população de doentes mentais necessitam efetivamente ser internados em hospital psiquiátrico.

As alternativas de tratamento existentes tais como: regime ambulatorial, hospital dia, pensão protegida, comunidades terapêuticas com internação noturna, em hospital geral, devem ser permanentemente implementadas.

Porém, urge a reversão das atuais condições de funcionamento do nosso Hospital São Pedro. Para tanto propomos:

- 91 - a criação de uma infra-estrutura que permita ao Hospital o gerenciamento dos recursos de forma eficaz, além de implantar uma estrutura organizacional e física mais adequada voltada tanto para a área de pacientes agudos como para a área asilar.
- 92 - a ampliação do número de leitos oferecidos aos pacientes agudos passando dos 100 atuais para 500, junto com o adequado redimensionamento da área física e dos recursos humanos necessários.
- 93 - Ademais, a garantia que a área asilar abrigue e atenda seus pacientes dentro do primado do respeito à dignidade humana.

HABITAÇÃO

=DIAGNÓSTICO

O crescimento acelerado de núcleos de subabitação, especialmente em Porto Alegre, passa a ocorrer no final da década de 40, em decorrência do processo de industrialização que atrai grandes contingentes de população do interior do Estado. A impossibilidade desta população de se integrar no sistema econômico e produtivo, origina a construção de casas em precárias condições, sem infraestrutura e aglomeradas, aleatoriamente, em terrenos vazios e sem autorização dos proprietários.

As primeiras medidas adotadas ao nível local buscaram a remoção destes assentamentos para locais mais distantes do centro urbano, em áreas periféricas e segregadas do restante da população.

Inicia, também, nesta época programas habitacionais de relativo porte que atendia aos trabalhadores vinculados aos antigos institutos de previdência. É deste período, ainda no governo Vargas, a construção da 'Vila IAPI', até hoje considerada como uma dos melhores exemplos de conjunto habitacional no Rio Grande do Sul.

Durante toda a década de 50, o processo de migração campo/cidade continua ocorrendo e fazendo com que outras cidades passem a assistir o mesmo fenômeno. A partir da década de 60 e 70, o processo de urbanização continua com altas taxas, agora acrescido da expulsão de trabalhadores do campo, pelo nível de mecanização que ocorre. Consolida-se os aglomerados urbanos e a estrutura da Região Metropolitana de Porto Alegre, acentuando-se ao mesmo tempo, o fenômeno da favelização.

O governo instalado no País, a partir de 1964, não reverte esta situação, na medida em que o modelo econômico agrava ainda mais a questão social do trabalhador, aumentando a parcela da população não integrada no processo produtivo.

=A CRISE HABITACIONAL-BNH

A criação do BNH em 1964, considerado como instrumento central do sistema financeiro da habitação do governo que se instalava, não produziu a regressão do problema da carência de moradia e infra-estrutura urbana. Todos os seus programas voltados para as populações de baixa renda como o PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular-1973), PROFILURB (Programa de Lotes Urbanizados), FICAM (Programa de

Financiamento da Construção da Moradia), PROMDRAR (Programa de Erradicação da Subabitacão), etc, não reverteram o processo de favelização e, apesar de algumas experiências consideradas boas, os volumes alcançados são insignificantes face à demanda existente.

A crise habitacional, decorrente do empobrecimento da população e crescimento acelerado das cidades consideradas pólos regionais, que recebem contingentes de migrantes do campo e de cidades menores, agrava outros problemas, tendo em vista a forma como a população enfrenta a necessidade de moradia: invasões de terrenos, ocupação de áreas inadequadas sem infra-estrutura e a conseqüente inexistência de equipamentos como escolas, postos de saúde, creches, etc.

No entanto, se a forma como se procedia a implantação de programas habitacionais resultou em equívocos, o desmantelamento do Ministério do Desenvolvimento Urbano e BNA (1987), conjuntamente com a inoperância dos órgãos estaduais, principalmente pela falta de recursos, acabou por inibir qualquer ação para enfrentar o déficit habitacional no Rio Grande do Sul de mais de 500.000 unidades.

A incorporação pela Caixa Econômica Federal da questão urbana e habitacional, tornou mais difícil a implantação de programas voltados para as populações de baixa renda, que exigem, para sua viabilização, maiores subsídios e participação dos órgãos públicos, sejam federais, estaduais ou municipais.

ASPECTOS POPULACIONAIS

O Rio Grande do Sul possui uma população de aproximadamente 9.200.000 habitantes, conforme estimativa do IBGE para o ano de 1990. As taxas de crescimento estão em ritmo decrescente: a média 80/90 é de 1,41 e, no ano de 1990, é de 1,29.

As populações rurais e urbanas têm crescimentos diferentes. Enquanto a população urbana do Estado tem altas taxas positivas (70/80: 3,98%), a taxa da população rural é negativa (70/80: -2,08%). Isto faz com que a "urbanização seja inevitável" e que a questão habitacional deva ser entendida como um problema que tem sua solução baseada num novo modelo de desenvolvimento regional.

Este novo modelo de desenvolvimento deve ter como objetivo descentralizar o desenvolvimento econômico-demográfico e buscar atender, de forma integrada com os municípios, as populações mais pobres, através de programas habitacionais, saneamento básico e implantação de equipamentos sociais.

As cidades que apresentam as maiores taxas de favelização são Porto Alegre, cidades da região

metropolitana, Santa Maria, Caxias do Sul, Pelotas e Passo Fundo. A Cohab estima um déficit habitacional para todo o Estado em 550.000 unidades, sendo que aproximadamente 250.000 unidades na região metropolitana.

O crescimento da subabitação fica mais claro quando examinamos o caso de Porto Alegre, cujos levantamentos são mais periódicos e sistemáticos. Enquanto a taxa média de crescimento populacional pode ser estimada em 1,80 ao ano, a taxa de crescimento das vilas é de aproximadamente 8,0. Esta situação é decorrente, principalmente, do empobrecimento da população, que não tendo alternativas e condições econômicas, busca resolver o problema da moradia alugando ou construindo subabitações para reduzir despesas e continuar sobrevivendo.

SITUAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO E DA COHAB

Os governos estaduais e a COHAB sempre estiveram atrelados às iniciativas do Governo Federal. Desde a sua criação, há 25 anos, a COHAB produziu 99.000 unidades habitacionais. O primeiro grande conjunto implantado em Porto Alegre, a Vila Farrapos, até hoje apresenta problemas de infraestrutura e só recentemente teve regularizada sua situação.

Além das questões relativas à regularização, os conjuntos habitacionais se constituem em empreendimentos de baixa qualidade técnica e carentes de equipamentos para atender às demandas dos moradores. Temos hoje, portanto, como consequência sua degradação física e a necessidade de manutenção e correção dos equívocos realizados.

Em relação ao pagamento pelos mutuários, a inadimplência é alta (38%), principalmente dos programas Promorar que atende as populações de menor renda. Dos 82.000 mutuários que ainda estão pagando suas prestações, 19% pagam até CR\$ 200,00, 40 até CR\$ 500,00 e 62% até CR\$ 1.000,00 (Agosto/90).

Outra questão que demonstra a falência dos programas habitacionais está expressa na quantidade de unidades inacabadas e que foram invadidas como: Guajuviras, Alvorada, Ruben Berta e Beco dos Peixotos, que totalizam 12.000 unidades.

Atualmente, pretende a COHAB retomar investimentos para construção de 1940 unidades com recursos da CEF, cujos contratos já tramitam há bastante tempo. Está lançado o programa PROLURB que objetiva implantar 20.000 lotes urbanizados, com recursos orçamentários do governo do Estado a serem transferidos aos municípios à fundo perdido, para a execução da infra-estrutura. O valor de 120 VRFs (CR\$ 64.215,00 em Agosto/90) por lote deverá ser suplementado pelos municípios, além de contribuírem com as áreas necessárias para os empreendimentos.

Apresenta, também, o governo do Estado o programa PIMES-Programa Integrado de Melhorias Sociais, que pretende atuar nas áreas de infra-estrutura urbana, saneamento, meio ambiente e equipamentos sociais comunitários, cujos recursos de US\$ 227 milhões serão aplicados em cinco anos. Estes recursos se originam: US\$ 100 milhões do BIRD, US\$ 76,2 milhões do Estado e US\$ 50,8 milhões dos municípios que integram o programa.

O Governo Federal, atualmente, está apresentando o Plano de Ação Imediata (PAI) para a construção de 20.000 unidades habitacionais no Rio Grande do Sul, com aproximadamente 25 metros quadrados. Tal programa será implementado com os municípios, com recurso da CEF, sendo que as Prefeituras deverão entrar com os lotes urbanizados. Os juros para os financiamentos estão sendo considerados altos, tendo em vista as faixas de renda que o programa pretende atingir.

Ao examinar os programas do governo estadual e da União, podemos concluir que estamos longe de metas razoáveis para enfrentar o déficit habitacional no Estado. Os dados levantados demonstram que o governo do Estado não atacou o problema do déficit habitacional conforme devia, tendo em vista as altas taxas de crescimento da população sem moradia. Não é de estranhar que, somente neste último ano apresente programas que tentam recuperar a ausência de ações nos anos anteriores.

O modelo econômico, dependente e concentrador, é responsável pelo acelerado processo de urbanização das cidades e região metropolitana. As áreas urbanas crescem rapidamente, formando um cinturão de miséria em sua periferia, resultante do empobrecimento da população e das migrações. A falta de um planejamento regional integrado (econômico, social e espacial) contribui para que ocorra a situação caótica e desesperante das cidades. Parcelas significativas da população estão vivendo em condições subumanas: sem moradia adequada, sem água, sem esgoto, sem transporte, demandando vultosos investimentos sociais e exigindo uma tomada de posição por parte do poder público.

II PROPOSIÇÕES

Para resolver a questão habitacional, a FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA implantará o Sistema Estadual de Habitação, onde serão adotadas medidas articuladas e integradas entre os órgãos estaduais e municípios, visando a definição de prioridades e otimização dos meios para implementação das ações nos dois níveis de governo. Os fatores que deverão receber especial atenção são:

- política de recursos que deverá articular os programas federais, atuação dos órgãos estaduais e alternativas de participação dos municípios; e

- política de terras que deverá programar a formação de um estoque de terras para os planos habitacionais integrados, equacionando as questões de aquisição, desapropriação e aproveitamento dos bens da União, Estado e municípios.

O Governo COLLARES realizará tais objetivos através das seguintes ações :

1 - REGULARIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

-Meta: regularizar todos os conjuntos habitacionais da COHAB, (em torno de 70), que ainda não estão regularizados. Ao mesmo tempo, com a participação dos moradores, alcançar a recuperação daqueles que estão deteriorados.

2 - REGULARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE VILAS

-Meta: alcançar a regularização fundiária e urbanização das vilas de subabitação que apresentam maiores carências e problemas sociais, através de um planejamento a médio prazo e em conjunto com os municípios.

3 - TERRAS PARA A HABITAÇÃO

-Meta: formar um estoque de terras para os programas habitacionais, com aproveitamento das terras da União, Estado e Municípios, que permita gerar nos próximos 4 anos, 200.000 lotes urbanizados.

4 - HABITAÇÃO PARA OS TRABALHADORES

41 - LOTES URBANIZADOS

-Meta: implantar 200.000 lotes urbanizados com infra-estrutura para assentamento de urgência.

42 - MUTIRÕES HABITACIONAIS

-Meta: executar 50.000 unidades habitacionais nos próximos 4 anos em conjunto com os municípios, em regime de mutirão, e através da formação de bancos de materiais de construção com as prefeituras.

43 - CASA PARA OS TRABALHADORES

-Meta: alcançar a construção de 10.000 unidades habitacionais, através de estímulo e participação das empresas que tenham número relativamente alto de trabalhadores, contribuindo, assim, para a redução do déficit de habitações.

44 -HABITACOES COOPERATIVADAS

-Meta: construir 10.000 unidades habitacionais para as populações trabalhadoras da classe média, através de programas cooperativados, equacionando a questão financeira com a União e com a participação dos municípios.

TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Fruto do modelo econômico dependente e concentrador de renda imposto ao país nos últimos anos, nunca foram tão precárias as condições de vida do povo gaúcho. Certamente, a atual política recessiva imposta pelo Governo Federal com o Plano Collor só tem agravado essa situação.

Os salários atingiram o mais baixo nível da nossa história, aumentando o número de famílias a viver de forma precária, sem condições mínimas de subsistência, num contexto de violência e privação que coloca em situação de risco a população, excluída dos direitos de cidadania.

Cresce o desemprego aberto e disfarçado pelo subemprego. Por outro lado, há carência de mão de obra qualificada. Inúmeros trabalhadores, expulsos do campo, chegam às grandes cidades em busca de trabalho, moradia, escola e assistência, formando verdadeiros cinturões de miséria e marginalidade. Já se disse que, no Rio Grande do Sul, está se fazendo a reforma agrária ao contrário, destruindo-se a pequena propriedade e a agricultura de subsistência e aumentando as vastas extensões de monoculturas destinadas à exportação.

As políticas sociais básicas de educação, saúde, saneamento, empregos e salários são precárias e desarticuladas, não atingindo a maioria da população. Os resultados são as ainda altas taxas de mortalidade infantil, a proliferação das doenças, inclusive as imuno-preveníveis, o aumento dos índices de desnutrição, o analfabetismo que cresce entre crianças e jovens, aumento do número de merinos e meninas na rua e aumento da criminalidade. A falência das políticas sociais básicas coloca ao desamparo os segmentos mais vulneráveis da população, que são as crianças e os velhos.

Diante desse quadro, fica evidente a necessidade de uma política de assistência social que supere a visão paternalista baseada no pressuposto de que as camadas mais pobres da população se encontram marginalizadas por incapacidades pessoais e que, por essa razão, necessitam ser tuteladas por um Estado aparentemente generoso ou por entidades assistenciais particulares.

Os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, que regem a assistência social, seus objetivos e diretrizes, determinam que ela seja prestada a quem dela necessitar e atribuem sua coordenação a esfera estadual. Na Constituição Estadual, são assim definidos os objetivos da assistência social (art. 191).

I - Proteção a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice;

II - Amparo aos carentes e desassistidos;

III - Promoção da integração no mercado de trabalho;

IV - Habilitação e reabilitação das pessoas portadores de deficiência e promoção de sua integração na vida social e comunitária.

Além desses objetivos gerais, a Carta Estadual apresenta, ainda, uma seção dedicada a família, a criança, ao adolescente e ao idoso (artigos 260 a 263), onde são especificadas as determinações de atendimento a essas camadas populacionais. No parágrafo 2o. do art 260, são criados o conselho do idoso, da criança e do adolescente.

Na atual estrutura administrativa do Estado, as competências referentes a assistência social são exercidas pela Secretaria de Trabalho, Ação Social e Comunitária - STASC e pelos organismos a ela vinculados:

- Fundação Riograndense Senador Tarso Dutra - FUNDASUL
- Fundação Gaúcha do Trabalho - FGT
- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM
- CONAB (Companhia de economia mista que trata da habitação)
- Centros Sociais Urbanos - CSU

O que se verifica é que, mesmo com a existência da STASC, não se conta no Estado com uma política de assistência social. Os organismos que compõem a Secretaria agem de forma desarticulada, propiciando paralelismo e superposição de ações em algumas áreas, enquanto que em outras há verdadeiros vazios.

Apesar do que determinam as Constituições Federal e Estadual e do recém promulgado Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê no art. 23 que "a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder", cabendo a família manter seus filhos com encaminhamento obrigatório a programas oficiais de auxílio).

NÃO EXISTEM ENTIDADES DO PODER PÚBLICO ESTADUAL QUE DISPONHAM DE PROGRAMAS DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FINANCEIRA AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA.

Em matéria de assistência social, o que prevalece hoje são convênios com instituições particulares, em quantidade totalmente insuficiente e onde predomina a perspectiva paternalista.

No que diz respeito a criança e ao adolescente em situação particularmente difícil, é preciso afirmar, em primeiro lugar, que a FEBEM, pela ineficiência das políticas básicas, torna-se o receptáculo de todas as omissões. Na verdade, essa Fundação deveria se dedicar as crianças abandonadas ou afastadas da família temporariamente e aos adolescentes com graves

perturbações de conduta e autores de infração penal. Na falta de escolas públicas adequadas às classes populares, preferentemente em tempo integral, como os CIEPs, de creches destinadas às crianças com até 6 anos de idade e de assistência às famílias de baixa renda, a FEBEM despende suas verbas e recursos humanos no atendimento a crianças e adolescentes carentes. Desse modo, sua ação é insuficiente para resolver problemas sociais que merecem a mobilização de toda a administração pública e incompetente para atender a clientela específica. Como resultado, os programas para infratores são de péssima qualidade, levando, em diversos municípios do Estado, a existência de inúmeros adolescentes nos presídios destinados a adultos. As crianças carentes e abandonadas, misturadas em internatos próprios ou mediante convênio, têm uma assistência deplorável. Não é demais dizer que a maioria ingressa nas instituições por pobreza e acaba se tornando abandonada por falta de programas de assistência às suas famílias.

Assim, programas destinados a superar as condições de abandono, terminam por contribuir para "fabricar" novos abandonados.

Ainda em relação à área social, resta acrescentar que, embora a deterioração das condições de vida seja evidente, não se dispõem de estatísticas confiáveis e de estudos científicos consistentes que permitam a elaboração de programas eficientes e eficazes para resgatar a cidadania destes segmentos mais vulneráveis.

Há que se reconhecer que os estudos e pesquisas nessa área não têm merecido a mesma atenção que os, igualmente necessários, nas áreas tecnológica e econômica.

PROPOSTAS

A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA AMPLIARÁ OS INVESTIMENTOS NA ÁREA SOCIAL

Lutando por uma profunda alteração do atual modelo econômico, visando a uma melhor distribuição de renda e maior crescimento - com suas consequências sobre o nível de emprego - e a produção voltada prioritariamente para o mercado interno. Procurando contribuir para isso, o Estado ampliará seus investimentos nas diversas áreas sociais.

A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA PROMOVERÁ A QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Ao mesmo tempo que buscará criar condições para a fixação do homem no campo, o Governo investirá na formação de mão-de-obra qualificada e ampliará os instrumentos facilitando o acesso ao mercado de trabalho.

A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA INVESTIRÁ NA SEGURANÇA DO TRABALHO

Criando uma Divisão de Segurança do Trabalho na STASC, que elabore Programas de Ação e Formação na área da Segurança do Trabalho (urbana e rural) - em colaboração com as instituições públicas, autarquias, sindicatos de trabalhadores e patronais e associações comunitárias - e complementemente, operacionalize e fiscalize o cumprimento da legislação pertinente.

A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA DARÁ APOIO AO ASSOCIATIVISMO SINDICAL

Preservando o princípio de não-intervenção, o governo fortalecerá o movimento sindical gaúcho, apoiando suas atividades de formação, simpósios, congressos, etc.

A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA TERÁ UMA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dando a Secretaria de Trabalho e Ação Social e Comunitária uma estrutura ágil, com a fusão de órgãos e programas atualmente superpostos e assumindo o papel constitucional de coordenador das ações, inclusive daquelas financiadas com verbas federais.

Descentralizando as ações, distribuindo os recursos considerando as desigualdades regionais e estimulando os municípios, mediante programas de capacitação de recursos humanos, a assumir a execução dos programas.

Implantando mecanismos de participação popular no estabelecimento das prioridades e controle das ações, mediante a

criação de órgãos colegiados com a presença de entidades sociais e comunitárias representativas.

Mantendo articulação permanente entre as diversas Secretarias da área social e da área econômica do planejamento e execução de programas.

Criando e mantendo programas de assistência a famílias de baixa renda, sem paternalismos e estimulando a profissionalização e geração de renda em condições dignas.

Estabelecendo programas destinados a idosos e aposentados, estimulando a participação social e comunitária e atividades que possam complementar a renda, levando em consideração as diretrizes do Conselho Estadual do Idoso.

A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA DARÁ PRIORIDADE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Implementando as ações do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, com a participação da comunidade e de associações e movimentos populares, como determinam a Constituição Federal a Constituição Estadual e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Implantando creches comunitárias, incentivando programas articulados com o setor público e o setor privado, com a participação das áreas de educação, saúde e assistência.

Mantendo as crianças e adolescentes carentes na própria família, com parentes e na sua comunidade, facilitando o acesso a programas de assistência social, a creches e escolas de tempo integral, evitando assim a sua internação.

Privilegiando e apoiando ações especiais para atendimento educacional, de saúde e de geração de renda de meninos e meninas de rua, articuladas com os movimentos sociais organizados.

Criando e estimulando os municípios para que criem programas descentralizados para apoiar a Justiça de Menores, evitando, assim, o deslocamento de crianças e adolescentes para a Capital.

Mantendo articulação com os órgãos de segurança pública, na prevenção da violência contra crianças e jovens.

Reestruturando a FEBEM, para que esta assuma com competência suas funções junto aos adolescentes infratores e as crianças e adolescentes abandonados, em articulação com os Juizados de Menores.

Transferindo imediatamente todos os adolescentes recolhidos a estabelecimentos prisionais ou policiais destinados a adultos para entidades especializadas, adequadas a sua condição de pessoa em desenvolvimento, de acordo com o que

determina a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Promovendo a criação de centros residenciais comunitários para crianças e adolescentes definitivamente separados de suas famílias e sem condições para serem adotados.

A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA ESTIMULARÁ A PESQUISA CIENTÍFICA

Promovendo a articulação com as Universidades do Estado, para a realização de estudos e pesquisas na área social, com a finalidade de embasar seus programas destinados a família, a criança, ao adolescente e ao idoso.

FINALMENTE, A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA RECONHECE QUE, A MÉDIO E LONGO PRAZO, A QUESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL QUE ASSEGURE PROTEÇÃO A FAMÍLIA, A INFÂNCIA, A ADOLESCÊNCIA E A VELHICE - PRIORIDADE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - PRECISA SER TRATADA NO BOJO DAS POLÍTICAS SOCIAIS ABRANGENTES. NO ENTANTO, DADA A GRAVIDADE DA CRISE SOCIAL E ECONÔMICA ATRAVESSADA PELO ESTADO, NÃO É POSSÍVEL AGUARDAR TEMPO ALGUM PARA RESGATAR O HOJE DOS QUE ESTÃO EXCLUÍDOS.

Diante desse quadro, o desafio a eficiência da máquina estatal é gigantesco. Existe um caminho a ser percorrido entre a presente situação de exclusão e o acesso as políticas sociais universais.

ENFRENTAR ESTE CAMINHO É META PRIORITÁRIA DE UM GOVERNO COMPROMETIDO COM A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE.

SEGURANÇA

I DIAGNOSTICO

A questão da Segurança Pública, hoje no Brasil e consequentemente no Rio Grande, ganha uma importância extraordinária.

A Segurança Pública é analisada, criticada, contestada em seus métodos, exigindo com mais intensidade a ação do Poder Público, por isto, é discutida do mais humilde trabalhador da periferia urbana, ao industrial e empreendedor de elite da sociedade brasileira.

Os níveis de violência atingem a sociedade que já chega a uma situação de intranquilidade, obrigando as pessoas a mudar seus hábitos e costumes.

O cidadão, hoje, vive enclausurado em seu domicílio, as pessoas tem medo de sair a noite, formam-se grupos para treinar o manejo de armas de fogo, as mulheres treinam defesa pessoal, proliferam empresas de segurança e sofisticados sistemas de prevenção. A delinquência aumenta, os presídios estão superlotados, os tribunais abarrotados de processos, circulam pelas ruas das nossas cidades milhares de criminosos com penas já estabelecidas pela Justiça, mas o Poder Público tem se mostrado insensível a esses problemas.

A problemática da Segurança Pública e os níveis de violência devem ser abordados, observando-se os seguintes fatores:

1 — A Condição Moral do Homem em Evolução.

O Homem é um ser em evolução, a sua matriz moral combina virtudes e defeitos, o vício, o egoísmo, as deformações de toda a ordem estão presentes no ser humano independentemente do nível cultural e condições materiais.

Em síntese, o ser humano delinque, independente do lugar e do meio em que esteja, aí estão os exemplos em todas as latitudes que queiramos considerar.

2 — A Estrutura Econômico-Social.

A estrutura econômico-social vigente em nosso País, onde predomina a concentração de rendas, com os salários aviltados, faz com que a população não tenha acesso as necessidades básicas.

Proliferam favelas de famintos, de doentes, analfabetos, crianças abandonadas. Este clima de condição desumana, favorece a violência hoje encrustada na nossa sociedade.

-A Estrutura Legal do Sistema Policial Brasileiro.

O sistema policial brasileiro, no que diz respeito às unidades federais, apresenta uma estrutura organizacional onde aparecem duas polícias: uma polícia ostensiva (Polícia Militar) e uma polícia judiciária (Polícia Civil), com atribuições definidas constitucionalmente. A Segurança Pública, sinteticamente, engloba prevenção e repressão (investigação e apuração da infração penal), coleta preliminar de provas e encaminhamento circunstanciado destas à Justiça (Inquérito Policial). Nesta sequência de ações e procedimentos está identificado o campo de atuação das duas organizações policiais. São atribuições sequenciais, onde o limite de uma ação para outra, as vezes, é de difícil identificação. Neste sentido, nossas organizações policiais devem atuar em harmonia, tendo como meta final a preservação da ordem pública, o combate ao crime e a tranquilidade da sociedade.

-A Qualidade das Organizações Policiais e Prioridade de Governantes em Relação à Segurança Pública.

As nossas organizações policiais estão, no que diz respeito a investimentos, paradas no tempo. O governo atual, em que pese a população clamar por segurança, não tem priorizado este setor. Nossas duas organizações trabalham como a vinte anos atrás.

Em 1986 a Brigada Militar por exemplo, possuía 1386 viaturas para fazer policiamento. Hoje, em que pese a propaganda do governo, possui uma frota de 1873 veículos. Os equipamentos de comunicações, principalmente os rádios de comunicação individual do policial que é um equipamento até mais importante do que a própria arma, quase inexistem.

No que diz respeito a recursos humanos, os cursos tem que se adequarem a realidade social atual. Os cursos serão direcionados na busca da especialização.

Os currículos ainda estão viciados, com disciplinas militares ditadas pelo Exército, como no tempo da ditadura, onde a polícia servia mais ao Estado em detrimento do cidadão.

Nestes quatro fatores estão contidas todas as variáveis que interferem decisivamente no quadro da Segurança Pública e conseqüentemente no maior ou menor grau de violência praticado no meio social.

II - PLANO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

Como a FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA, como o nosso programa de governo vê este importante assunto e como pretendemos equacioná-lo favoravelmente, indo ao encontro das aspirações da comunidade rio-grandense, dando-lhe a segurança necessária e consequentemente diminuindo os alarmantes índices de violência hoje?

Em primeiro lugar, segurança para nós é também um fator de educação. E é assim que nós queremos, por exemplo, a atuação da nossa Brigada Militar, que é a encarregada da polícia ostensiva, isto é, que atue essencialmente na prevenção. É que a nossa Polícia Civil, na condição de polícia judiciária, aumente a eficácia na apuração de infrações penais.

A polícia cabe dar combate à criminalidade. A violência tem suas raízes nas desigualdades sociais. A fome, a doença, o analfabetismo e a infância desassistida são fatores motivadores da violência.

Porém, estas são as causas; à polícia cabe combater os efeitos. A Brigada Militar e a Polícia Civil têm que estar preparadas para corresponder aos anseios da comunidade, assegurando o direito individual e coletivo do cidadão, protegendo a vida e o patrimônio. Haverá prioridade na prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, o patrimônio, ao tráfico de entorpecentes e ao crime organizado. Os viciados receberão tratamento médico e assistencial adequado. O governo da FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA pretende modernizar nossas organizações policiais, dando-lhes condições para combater a criminalidade de acordo com os anseios da comunidade rio-grandense.

1 - PROPOSTA DE EXTINÇÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Para modernizar a Segurança Pública, o governo da FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA extinguirá a Secretaria da Segurança Pública. Esta área atingiu tal importância que o Governador deverá assumir diretamente a coordenação política da segurança. Hoje, em muitos aspectos, as duas corporações (Brigada Militar e Polícia Civil) competem entre si e realizam tarefas sobrepostas. O Secretário de Segurança é mais um elo político entre o Governador e as Instituições Policiais. Por não ser um profissional da área, muitas vezes atrapalha o processo decisório das ações. A extinção da Secretaria Pública encontra amparo legal na Constituição Federal Art 144, item IV, alínea 6 e Constituição Estadual Art 82, item I e XIII.

A extinção da Secretaria de Segurança Pública trará os seguintes benefícios:

1.1 - Racionalização Administrativa

- 111- Enxugamento da nossa pesada máquina estatal;
- 112- Transferência de recursos humanos da atividade administrativa para o setor operacional;

113- Transferência de recursos financeiros para o serviço de policiamento ostensivo e investigação criminal (Orçamento da SSP, em 1990, destina Cr\$ 49 milhões para a Administração Superior da Secretaria).

2 - Integração Operacional

121- Ligação direta do Comandante Geral e Chefe da Polícia Civil com o Governador. São profissionais e conhecem profundamente os recursos humanos e materiais das organizações que dirigem;

122- A materialização da integração operacional será facilitada a partir da formação de um banco de dados de informações (Justiça, SUSEP, Polícia, Veículos e Identificação), com acesso direto de todas as organizações.

123- Na área de ensino o intercâmbio de professores nos diversos cursos, bem como a matrícula em cursos a nível de pós-graduação nas duas organizações.

- PROPOSTAS DE IMPLANTAÇÃO DE DIRETRIZES DE MODERNIZAÇÃO

- DIRETRIZ DE RECURSOS HUMANOS

O homem é o bem maior, é a essência, e o patrimônio mais valioso de uma Nação e, conseqüentemente, de qualquer organização. Temos que investir no homem, no policial civil ou militar, para que ele possa produzir o que a comunidade espera em serviço de proteção e segurança. Completar os efetivos de acordo com as previsões legais e ampliar de acordo com as reais necessidades e desenvolver os seguintes PROGRAMAS:

1.1 - VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Consistirá em medidas que integrarão os seguintes SUBPROGRAMAS:

1.1.1 - REFORMA DO ENSINO

Será integrado pelos seguintes itens:

- Revisão dos Currículos: No que diz respeito a Brigada Militar, os currículos dos diversos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento devem adequar-se integralmente as atividades de Polícia Ostensiva que é a atribuição essencial da Corporação. As disciplinas de cunho militar devem limitar-se a uma formação básica para a manutenção da disciplina consciente e a hierarquia, fundamento universal, natural e sadio de qualquer instituição que pautar pela eficiência e utilidade. Quanto a Polícia Civil deve prevalecer os currículos que levem ao aprimoramento das técnicas de investigação criminal e a apuração de provas. Vamos estabelecer currículos que habilitem os policiais no trato com crianças e adolescentes, tanto na orientação como no atendimento de atos infracionais.

- Humanização dos Cursos: O aumento da carga horária de

matérias de cunho humanístico e relações humanas, bem como a inserção de matérias de cunho sociológico e psicológico se faz necessário, porque a essência da polícia ostensiva, por exemplo, e a prevenção e esta se apresenta de maneira ampla.

A prevenção se consoma pela presença física ostensiva, pela orientação, pelo contato do policial com a população ordeira, pela troca de idéias com a comunidade, pela sugestão de normas corretivas do funcionamento dos diversos serviços públicos, enfim, pela integração social polícia-comunidade. Para o desempenho desta importante tarefa de cunho preventivo/educativo o policial deve receber na sua formação básica um conteúdo disciplinar que lhe capacite o desempenho eficiente dessa missão. Por exemplo: a criação de um quadro permanente de professores e instrutores e/ou convênios com Universidades. Serão profissionais com tempo integral, para a pesquisa, a atualização das disciplinas com o fim de manter os currículos atualizados e compatíveis com a evolução social.

2.12 - INCREMENTO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O policial só usa a força quando lhe faltam os argumentos. O policial deve ser um profissional qualificado. Nas ações preventivas e repressivas a técnica sobrepõe-se a força e ao imprevisto. A relevância da função impõe a qualificação e a especialização (Policiamento Florestal, Rodoviário, Aéreo, Grupo Anti-Sequestro, etc). A qualidade deve impor-se sobre a quantidade, um policial bem preparado rende por dois. A revisão dos currículos é um imperativo.

2.13 - ELEVACÃO DA VALORIZAÇÃO SOCIAL

A valorização social do policial é uma necessidade humanitária. No plano habitacional, que é um problema gravíssimo vivido atualmente, a celebração de convênios com instituições desta área para viabilizar a aquisição da casa própria pelo policial, é uma necessidade. Convênios para a construção de crèches para os filhos dos policiais também é um dos projetos que visa a valorização social deste defensor da lei.

O fator principal de valorização social para o profissional é uma remuneração condigna, isto é, o policial deve ter uma retribuição pecuniária que lhe dê tranquilidade e segurança para atender adequadamente as necessidades básicas de sua família, o que não acontece hoje. Como consequência, o policial terá condições psicológicas para apresentar um serviço de melhor qualidade.

3 - DIRETRIZ DE RECURSOS MATERIAIS E INVESTIMENTOS

Os recursos materiais e investimentos devem ser direcionados para a atividade fim, isto é, o policiamento ostensivo, investigação criminal e atividade cartorária. Segurança é um serviço caro, requer a inversão de altas somas em recursos financeiros. Vamos maximizar a aplicação de investimentos nesta área, buscando um retorno imediato. A funcionalidade e a simplicidade devem prevalecer sobre outras formas de estrutura. Sempre que possível, respeitada

as características locais, deve ser adotada a padronização no que diz respeito a obras, materiais e equipamentos.

Sobre materiais, o sistema operativo da Polícia Ostensiva e Judiciária está apoiado no conjunto: viatura equipada, comunicações e sistema de manutenção agil. Em consequencia, as Corporações devem ter uma frota de veículos novos, um sistema de comunicação eficiente (rádio do veículo e individual) e um sistema de abastecimento e manutenção ágil, capaz de atender todas as demandas requeridas pela sociedade. Os criminosos andam rápido e bem equipados. O policial deve estar no mínimo em condições de igualdade em equipamentos para um combate sem tréguas ao crime. Também será efetivada a instalação de delegacias e frações da Brigada Militar nos novos municípios, bem como a descentralização e aperfeiçoamento dos órgãos técnicos, pois hoje, a defasagem de recursos materiais é muito grande.

-DIRETRIZ DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Esta diretriz ou programa, tem um significado profundo. Busca o desenvolvimento de métodos e processos, no âmbito das corporações, com a finalidade de ajustá-las a realidade presente. Vai levá-las à modernidade. A Brigada Militar por exemplo, é uma organização sesquicentenária, com uma estrutura tradicional, que vem ao longo do tempo adaptando-se às novas realidades.

Porém, dois fatores importantes aceleram atualmente a necessidade de transformação na estrutura organizacional da Brigada Militar e Polícia Civil:

- a previsão legal e o alargamento das atividades delegadas pela constituição de 1988;
- o movimento atual da sociedade brasileira, principalmente da conquista da cidadania, que exige um serviço de segurança na medida das necessidades atuais.

Esta diretriz contém os seguintes SUBPROGRAMAS:

-RACIONALIZAÇÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS

A estrutura organizacional das Corporações são pesadas para as demandas da atualidade. Hoje, as normas da Brigada Militar, por exemplo, preveem, que um máximo de 12% do efetivo estejam empregados na atividade burocrática das unidades de policiamento. Sabemos que na pratica esta relação dificilmente é conseguida. Como pretendemos aumentar o número de policiais no serviço de policiamento?

Racionalizando rotinas administrativas, centralizando controles e registros e aprofundando o uso da informática. Só para exemplificar: a Brigada Militar emprega hoje na Capital mais de duzentos servidores em cozinhas orgânicas das unidades. Com uma cozinha industrial, com 10% desse efetivo se atenderia toda a demanda com um serviço de melhor qualidade, liberando-se o restante para o policiamento.

Essa racionalização será efetivada também no setor de materias e equipamentos, métodos e processos de administração de pessoal, material e patrimônio. A Brigada Militar e a Polícia Civil serão organizações leves, ágeis e essencialmente operacionais.

42 - FLEXIBILIZAÇÃO DE EFETIVOS

O valor numérico de efetivo numa determinada localidade deve ser estabelecido a partir da estrutura formal militar e a importância econômico-social da mesma, isto é, 30 policiais num município podem ser comandados por um Tenente, noutra por um Capitão. Vai influir o nível econômico-social da mesma.

5 - DIRETRIZ DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Esta diretriz ou programa vai desenvolver a pesquisa no sentido de buscar o aprimoramento profissional, se antecipar as demandas futuras, com o objetivo de sempre levar o melhor serviço de segurança ao povo. Basicamente conta com dois SUBPROGRAMAS:

51 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA

Vai estudar cientificamente qual a melhor estrutura vertical de postos e graduações, as relações posto/cargo e amplitude das responsabilidades assumidas.

Vai realizar pesquisa de compilação visando criar uma história/memória do trabalho das Instituições no seu ambiente.

52 - PESQUISA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS

Pesquisar e desenvolver recursos materiais de toda ordem, otimizando o uso para aumentar a eficácia. Abrange os seguintes itens:

-Instalações Físicas: estudar o tipo ideal de aquartelamento/delegacia, bem como a estrutura mais econômica de construção (módulos pré-fabricados);

-Equipamentos Individuais: pesquisar todos os equipamentos utilizados para execução das tarefas das Organizações.

-Meios de Locomoção: qual o tipo ideal de viatura para o policiamento, qual delas se adequa mais para cada tipo de missão.

4 - DIRETRIZ DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA

Esta diretriz ou programa será constituída dos seguintes SUBPROGRAMAS:

61 - CRIAÇÃO DO CONSELHO POPULAR DE SEGURANÇA PÚBLICA

A integração da Brigada Militar e a Polícia Civil através das suas diversas frações, com as comunidade locais em todo o território gaúcho é de suma importância e tem um significado extraordinário, na medida em que vai qualificar o serviço de Segurança Pública na localidade considerada.

Hoje existem os CONSEPROS (Conselhos Pró Segurança Pública), podemos considerá-los como um embrião dos Conselhos Populares de Segurança Pública. A criação desses Conselhos vai oportunizar a participação efetiva da comunidade local, através de suas lideranças representativas, na discussão dos assuntos relacionados a Segurança Pública, não só com o aporte de recursos (como os COSEPROS hoje), mas aos reais problemas da comunidade nesta área.

Estes Conselhos serão estruturados em três níveis:

-Nível Regional: integra o Conselho Regional de Desenvolvimento;

-Nível Municipal;

-Por bairros em cidades de médio e grande porte.

A constituição básica destes Conselhos é:

-Comandante de frações da Brigada Militar (Policiamento Ostensivo e Bombeiros);

-Titulares de Delegacias de Polícia;

-Associações de Bairro e Sindicatos;

-Representantes de Áreas de Ensino;

-Associações Comerciais e Industriais;

-Lideranças Comunitárias;

-Outras Entidades.

62 -DESCENTRALIZAÇÃO DE COMANDOS

Para a viabilidade destes Conselhos, é necessário a descentralização e fixação dos efetivos a nível de bairros e distritos. Com esta descentralização, o policial se identificará com a comunidade, porque seu setor de trabalho no policiamento ficará restrito aquele local, identificará as pessoas, seus hábitos e rotinas, participando e qualificando o serviço de segurança no local.

63 -CRIÇÃO DE CONSELHOS CONSULTIVOS

Os mesmos serão ocupados por policiais da reserva e aposentados com especialização técnica e conhecimentos profundos na área de atuação. Estes Conselhos terão o objetivo de assessorar o comando e chefia da fração local. Isto tem um alto significado, na medida que serão utilizados os conhecimentos da mão de obra qualificada que está na reserva.

7 -DIRETRIZ DE INCREMENTO DAS AÇÕES DOS BOMBEIROS E DEFESA CIVIL

O serviço de prevenção e combate ao fogo no Estado é uma atribuição da Brigada Militar, executada através do Corpo de Bombeiros, em convênio com os Municípios. É um serviço de extrema relevância para as comunidade e que exige altos investimentos em materiais e equipamentos.

As atividades de Defesa Civil também tem a participação efetiva dos bombeiros. Neste setor, além dos

serviços de rotina que esta atividade demanda, pretendemos desenvolver outras de suma importância que se constituirão nos seguintes SUBPROGRAMAS:

Z1 - CRIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MIRIM

A exemplo do que existe no Rio de Janeiro, será criado o Corpo de Bombeiros-Mirim, a partir do trabalho conjunto do Corpo de Bombeiros, Secretaria Estadual de Educação e Cultura e outras entidades assistenciais ou patrocinadoras. Terá os seguintes objetivos:

- Desenvolver o sentimento de civismo, bem como a concepção preservacionista dentro da sociedade, em especial de cuidados ecológicos;
- Aproveitamento da potencialidade da fase escolar para a formação de hábitos e condutas que levem a criança a sentir-se mais útil a sociedade integrando-se na comunidade. A frequência ao Corpo de Bombeiros não se limitará a permanência, mas poderá ocorrer como atividade extra-curricular.

Z2 - CRIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

É uma atividade comum e arraigada nos países desenvolvidos merecendo destaque os seguintes itens:

- na América Latina foram estruturados serviços voluntários na Argentina, Chile e Uruguai;
- no Rio Grande do Sul existem bombeiros profissionais somente em 17% dos Municípios;
- o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) classifica a tarifação conforme o fator risco/proteção;
- o tempo-resposta, consagrado internacionalmente é de 3 minutos, sendo que em Porto Alegre é de 17,5 minutos, porque o Corpo de Bombeiros só possui 10 frações, quando seriam necessárias 32.

Para o cumprimento desta diretriz, objetivando uma integração Bombeiros-Comunidade, redução da taxa de seguros, redução do tempo de resposta das frações dos bombeiros regulares e cobertura de áreas onde estes últimos não consigam atingir, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- treinamento/reciclagem das pessoas que integrarão o serviço de bombeiros voluntários;
- construção de Postos de Bombeiros Voluntários contando com os meios necessários e com um efetivo reduzido.

73 -RDEULARIZACÃO DA DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

A prevenção pressupõe educação e treinamento das crianças que transmitirão os conhecimentos adquiridos aos seus familiares, tornando-se no futuro, cidadãos conscientes. Portanto deverá constar no currículo das escolas públicas:

- técnicas simples para proteção pessoal em sinistros;
- como organizar a evacuação de prédios durante incêndios;
- treinamento dentro da própria escola, organizando equipes para o trabalho;
- definição do que deve ser feito e por quem;
- orientação do que deve ser feito pelas pessoas não integrantes das equipes de trabalho.

74 -INTENSIFICACÃO DO ENGAJAMENTO NA PREVENÇÃO

Saber-se que onde há prevenção não ocorre incêndios. A participação dos bombeiros nesta atividade será intensificada tanto no planejamento, fiscalização e apoio a entidades públicas e privadas, escolas e outros estabelecimentos onde se fizer necessário.

75 -IMPLANTACÃO DE CONSORCIOS DE BOMBEIROS

Os serviços de bombeiros são de extrema relevância para as comunidades e exigem altos investimentos em materiais e equipamentos, sendo difícil ao Estado aparelhar os Corpo de Bombeiros e estender aos municípios que não o possuem.

Uma só comunidade, muitas vezes, não tem condições de efetuar gastos em materiais de bombeiros, mas através do trabalho conjunto, poderá ser equipada uma cidade centro de uma região, posteriormente se expandindo para as demais cidades.

76 -PARTICIPACÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA

A preservação da natureza é um fator que vem tomando consciência em toda a sociedade. Tornou-se imperativo a participação do Estado nesta luta conjunta e o Governo Collares não se furtará desta tarefa.

A Brigada Militar atuará nas áreas de responsabilidade estadual (parques, reservas e estradas), e nos locais conveniados.

A estrutura de policiamento será adequada para esta missão através de policiamento especializado (florestal, aéreo, rodoviário).

JUSTIÇA

O conceito de JUSTIÇA é muito amplo, abrangendo desde as relações socioeconômicas até o exercício da função Jurisdicional a cargo do aparelhamento Judiciário.

A realização da Justiça é um dos objetivos fundamentais do Estado. Decidir do direito, no entanto, declarando a Justiça aos casos concretos é função específica do Poder Judiciário.

O Poder Executivo realiza a justiça não só em seu sentido mais amplo, mas através de uma atuação específica no campo da segurança, da polícia judiciária, do sistema penitenciário e do apoio e colaboração com o Poder Judiciário e com as instituições que exercem funções essenciais à Justiça, como o Ministério Público, a Advocacia Geral do Estado e a Defensoria Pública.

A Constituição Federal assegurou ao Ministério Público autonomia administrativa e funcional, concedendo, também, garantias especiais às demais instituições.

Atualmente, a Secretaria da Justiça ficou muito esvaziada, tendo como principais atribuições as relações consulares e a direção do Sistema Penitenciário. Pelo seu significado, tradição e pelo que pode representar na realização da Justiça, esta Secretaria deveria ter suas atribuições ampliadas.

A Constituição Federal consagra, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

A luta pelos direitos do cidadão é de séculos. Uma das principais conquistas da humanidade e um dos principais documentos da história foi a "DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO", de 1789, fruto da revolução francesa. Nesse documento se reconhece a igualdade de direitos, a liberdade de expressão e de crença, o direito de defesa, etc...

Quase 200 anos mais tarde, em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU -, o Brasil sendo signatário, promulga a "DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS", carta de reconhecimento de todas as nações da dignidade e do valor da pessoa humana.

Esta Declaração foi o mais importante documento da humanidade, onde a par do reconhecimento dos direitos individuais, civis e políticos, se proclamam, também, os direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, à remuneração justa, a um padrão de vida capaz de assegurar ao trabalhador e à sua família saúde e bem-estar, à instrução gratuita, a participação cultural...

Muitas constituições inspiraram-se nestes princípios ao disporem sobre os direitos e garantias individuais. Entretanto, a maioria do povo continuou marginalizada, continuou a sofrer toda a sorte de violência, esquecida em seus direitos.

A nossa primeira Constituição, de 1824, estabelecia, entre outros, como direitos, a liberdade de expressão e de crença, a inviolabilidade da residência, a igualdade de todos perante a lei, a gratuidade do ensino a todos os cidadãos, o direito de reclamação e de petição. Ademais abolia a tortura e as penas cruéis.

Todavia, manteve-se a escravidão, os açoites, as penas infamantes. Muitos foram perseguidos em suas opiniões; o ensino foi privilégio de poucos; mulheres, analfabetos, criados, empregados e religiosos não podiam votar. A cidadania foi apenas um rótulo; na verdade, privilégio de uma elite.

A Constituição da República, de 1891, amplia o leque dos direitos humanos e cria o habeas-corpus, instrumento jurídico para a garantia da liberdade, do direito de ir e vir.

As Constituições de 1934, 1946, de 1967/1969 reiteram os mesmos direitos, estabelecendo ainda outros, como o direito de associação, de reunião, do julgamento pelo Tribunal do Júri, em casos de crime de morte, etc...; mas foi na vigência da Constituição que o País foi submetido ao regime militar-autoritário, violador dos direitos garantidos pelas normas constitucionais outorgadas pelos próprios donos do poder..

A Constituição de 1988, inovando a própria estrutura do texto, coloca já no início, em Capítulo próprio, art. 5, um vasto elenco de direitos individuais, assegurando:

- igualdade de direitos;

- liberdade de manifestação do pensamento, de consciência, de expressão de atividade intelectual, o exercício de qualquer trabalho, de locomoção, de associação...;

- o direito de receber informações das repartições públicas e de petição aos Poderes Públicos, o direito de receber certidões...;

- o direito de resposta, de ampla defesa, de tratamento digno ao preso, sem a mínima ofensa a integridade física;

- o direito a qualquer cidadão de propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público;

- o direito dos Partidos Políticos, dos Sindicatos, Entidades de classe e Associações de impetrarem mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros ou associações;

- o exercício dos direitos políticos;
- o direito à saúde, à educação, à previdência social, a um meio ambiente ecologicamente equilibrado...

A atual Constituição inova e avança ao estabelecer alguns instrumentos para a salvaguarda ou reivindicação desses direitos, como:

- a ação de inconstitucionalidade;
- a ação popular;
- assistência jurídica integral e gratuita;
- habeas corpus;
- habeas-data;
- mandado de injunção;
- mandado de segurança, inclusive, coletivo.

Como conquista social sem precedentes em nosso direito constitucional, fruto de ampla mobilização popular, a Carta Magna estabelece a Participação do povo, da comunidade, dos órgãos de representação social.

A democracia brasileira tem um conteúdo participativo; o poder que emana do povo, não é só exercido por representantes eleitos, mas diretamente, através de mecanismos institucionais como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de projeto de lei, a participação em órgãos colegiados, em conselhos, etc...

Como se percebe, houve uma mudança de valores no tempo. A questão não é mais a declaração de direitos, mas o efetivo exercício destes direitos.

Há cerca de 200 anos vem se proclamando os direitos do homem, do cidadão, mas continuam as injustiças, as desigualdades e exploração, a violência, a miséria, o aumento da pobreza e da marginalização.

As camadas menos favorecidas da população temem a polícia, temem as autoridades e não confiam na Justiça, e não fazem uso dos remédios legais para a defesa ou reivindicação de seus direitos ou por ignorância, ou por receio ou por não disporem de condições ou meios adequados.

Desde os mais simples direitos, a partir do registro de nascimento, da obtenção da carteira de trabalho, até direitos mais complexos, como o direito à saúde, à educação, à seguridade social, à assistência jurídica integral..., as dificuldades são grandes para que a população pobre e desprotegida possa usufruí-los.

É tarefa do Governo possibilitar e garantir a todos o exercício de seus direitos, inclusive esclarecendo e orientando para o pleno exercício da cidadania.

Cabe à Secretaria da Justiça assumir este importante papel, colocando-se a serviço da cidadania, articulando-se com as organizações sociais de defesa dos direitos humanos, da sociedade e do meio ambiente.

A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA quer criar um espaço especial para a defesa da cidadania, como serviço a todos os cidadãos.

Ao lado de outros órgãos e de outras organizações já existentes, a Secretaria da Justiça e da Cidadania deverá assumir uma tarefa importante para o homem do povo, para o trabalhador, para a dona de casa, para o vileiro, para o sem-terra, para todos, enfim, que estão sendo prejudicados em seus direitos e não sabem a quem recorrer. Quantas vezes, gente do povo vai de repartição em repartição e cansa e se desespera!

O Governo da FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA vai ter um local de orientação, de encaminhamento, de serviço. A primeira tarefa será de distribuir cartilhas, em linguagem popular, para mostrar quais direitos que o povo tem, para informar do que fazer para reclamar, para exigir, para reivindicar direitos.

A Constituição não será só leitura das elites, dos juristas, dos intelectuais, dos políticos, mas catecismo do povo, instrumento de luta, realidade e prática.

É claro que para isso é necessário contar com a colaboração das entidades, das organizações sociais, dos cidadãos que desejarem contribuir para que se operacionalizem tantos princípios programáticos, para que se coloque à disposição de todos, ao alcance de cada pessoa o acesso, a garantia dos direitos que a constituição proclama.

O propósito de co-participação se estende, também, às entidades comunitárias, às organizações de defesa da sociedade e do meio ambiente. Duzenas, centenas de entidades vem surgindo, mostrando a vontade de participar de tanta gente: umas em defesa dos direitos humanos, outras, do equilíbrio ecológico, outras ainda, de interesses dos bairros, das vilas: saneamento, água, luz, escola, etc...

Esta rica diversidade de associações e de movimentos muitas vezes necessitam de espaço e de apoio para a realização de seus objetivos, para o encaminhamento de suas propostas, denúncias e reclamações. As entidades mais fortes, mais estruturadas, já têm canais próprios, enquanto muitas outras lutam com dificuldades e, às vezes, sequer são reconhecidas pelo mundo oficial.

A Secretaria da Justiça será este espaço de apoio e articulação das entidades e organizações, sem perda de sua independência e autonomia. Estes setores sociais de representação

e participação poderão contar com a colaboração do Poder Público, com apoio e assessoria quando necessárias.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Estado conta com uma população carcerária de 6.500 apenados, 50% abrigados nas casas prisionais de Porto Alegre e Charqueadas e os 50% restantes nos 05 presídios municipais existentes no Rio Grande do Sul.

A crise penitenciária é aguda e permanente, anotando-se como causas:

- administrações penitenciárias incompetentes, inexperientes e inoperantes, mergulhadas numa burocracia oficial inconsequente;
- corrupção penitenciária, envolvendo direcções, funcionários penitenciários e apenados em níveis diversificados e alarmantes;
- superlotações carcerárias injustificáveis e irracionais em determinadas casas prisionais, gerando ociosidade noutras;
- violência carcerária, com execução de presos, torturas, castigos cruéis e espancamentos;
- ociosidade carcerária absoluta e generalizada como método oficial de ampliação e brutalização da pena imposta pela Justiça;
- promiscuidade carcerária, com degradação física e moral;
- falta de organicidade, devido a grande burocracia e à dispersão por inúmeros mini-órgãos burocráticos;
- inconcebível centralização carcerária, com abandono do sistema penitenciário do interior do Estado;
- desvalorização e desestímulo dos funcionários penitenciários, quer pela degradação salarial, quer pela falta de atualização e aperfeiçoamento funcional; e,
- falta de uma política penitenciária definida, objetiva e racional, restando ao sistema a prática da pena-expição e da pena-castigo.

PROPOSTAS

=====

NA ÁREA DA JUSTIÇA:

=====

i - Criação da SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

=====

ii- A Secretaria da Justiça passará a denominar-se "SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA".

12- A Secretaria da Justiça e da Cidadania tem como objetivos fundamentais a defesa dos direitos da cidadania e da sociedade, em articulação com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com a Procuradoria Geral do Estado e com a Defensoria Pública.

Serão tarefas específicas da Secretaria da Justiça e Cidadania:

- proporcionar a todo cidadão o conhecimento de seus direitos e a forma e os meios de exercê-los;
- instituir um sistema penitenciário baseado na preparação do homem para a liberdade, através da educação, do trabalho, da formação para a cidadania;
- reorganizar e dinamizar as atividades de defesa do consumidor;
- estabelecer uma política eficaz de prevenção e combate ao tóxico;
- prestar assistência jurídica às entidades comunitárias e às organizações de defesa da sociedade e do meio ambiente;
- manter um serviço de recebimento e encaminhamento de denúncias e reclamações inerentes à atuação dos órgãos e servidores públicos;
- adequar as relações consulares à nova conjuntura internacional, dando ênfase à integração latino-americana, em especial com países do Conse-Sul.

2 - REESTRUTURAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

=====

Dar condições para a adequação do Ministério Público às suas novas atribuições constitucionais em defesa da sociedade, da ordem jurídica e do meio ambiente.

3 - MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

=====

Modernização dos serviços da Procuradoria Geral do Estado para o exercício pleno de suas funções constitucionais de representação judicial e de consultoria jurídica do Estado.

4 - INSTITUIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

- 41- Implantação da Defensoria Pública para a eficiente prestação de orientação jurídica e de defesa dos necessitados.
- 42- Estabelecimento de convênios com as Universidades e com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul, para a colaboração de estagiários de Direito, supervisionados pela Defensoria Pública.
- 43- Pronto encaminhamento de projeto de lei disciplinando a organização, a estrutura e as atribuições da Defensoria Pública.

NA ÁREA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

- 1 - Instituição de um autêntico sistema penitenciário, baseado numa política penitenciária de preparação do homem para a liberdade e para a cidadania, através da educação, do trabalho prisional produtivo e gerador de recursos que contribuam para a manutenção e melhoria do sistema penitenciário.
- 2 - Divisão do Estado em Regiões Penitenciárias, com o fim de descentralização, respeitando a situação do familiar do apenado e mantendo em cada região uma penitenciária (regime fechado), uma colônia penal (regime semi-aberto), além de presídios para presos provisórios.
- 3 - Reestruturação administrativa da SUSEPE, com a extinção de órgãos desnecessários e nova estruturação moderna e funcional.
- 4 - Criação de Conselhos Penitenciários Regionais e descentralização dos exames técnicos.
- 5 - Manter em todos os presídios uma sala de Direitos Humanos, à disposição da DAB, das entidades e da imprensa.
- 6 - Instituição do Código Estadual de Execução Penal.
- 7 - Reorganização funcional, com a criação de um quadro de carreira, instituindo o estatuto do funcionário penitenciário e transformando a Escola de Serviços Penitenciários com vista a adequá-las à formação de pessoal qualificado, ao aperfeiçoamento dos funcionários e aos laboratórios de pesquisas penitenciárias.
- 8 - Recuperação da Ilha do Presídio, da Penitenciária Feminina Madre Pelletier e conclusão da reforma do Instituto Psiquiátrico Forense.
- 9 - Reativação do Patronato Lima Drumond para abrigar apenados de regime aberto.

b- Permuta do prédio central da SUSEPE (mediante procedimento regular) em troca de edificação de uma nova sede mais funcional e outros órgãos penitenciários.

i- Construção de um Centro de Recolhimento Penitenciário, destinado ao recolhimento de presos no trânsito, presos em flagrante, presos preventivos ou em situação provisória.

LAZER

DESPORTO

RECREAÇÃO

Conforme a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU "Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável de horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas". E, segundo GAELZER (1985), Lazer é a harmonia individual entre a atitude, o desenvolvimento integral e a disponibilidade de si mesmo. É um estado mental ativo, associado a uma situação de liberdade, habilidade e de prazer.

O tempo livre é aquele não comprometido com a subsistência, fora dos compromissos com o trabalho, e disponível para o indivíduo restabelecer suas forças físicas, psíquicas e espirituais. É, fundamentalmente, o espaço de tempo que as pessoas dispõem para integrarem-se ao seu meio ambiente e fortalecerem suas relações com a família e com a sociedade.

As atividades de lazer entrelaçam-se com as desportivas e recreativas, fundamentando na educação física o principal ponto de apoio e desenvolvimento. Tem forte ligação com a cultura, hábitos e formação do povo, o que indica um grande espaço para o seu desenvolvimento.

A Constituição Estadual determina ao Estado o dever de fomentar e amparar o desporto, o lazer e a recreação (Art. 232 e 233). No entanto, pouco tem sido feito pelo setor público nesse sentido, ficando a cargo de iniciativas particulares, organizadas em clubes, onde as necessidades de investimentos inviabilizam a participação da população de baixa renda.

A maioria dos gaúchos tem tempo livre, mas não dispõem de alternativas para o lazer, no que tange a locais públicos - acessíveis a todas as camadas sociais.

Institucionalmente, na Secretaria Estadual de Educação, existe a sub-secretaria de Desporto que tem a atribuição de estabelecer e implementar uma política de lazer, desporto e recreação, voltada aos interesses e necessidades da população, o que não é feito pelo descaso estatal para com o setor. Esta sub-secretaria apresenta uma estrutura ineficiente, não tem uma política de ação, conta com reduzido número de pessoal e recursos financeiros insuficientes. Sobretudo, não atua de forma articulada com as atividades escolares, onde se abre um espaço importante para a formação de hábitos e costumes na população, voltados ao lazer, desporto e recreação. É através da formação da criança que se modifica e se induz comportamentos sociais e o sistema educacional tem estado divorciado da preocupação com a formação integral do futuro cidadão. Há quem se ter presente, também, que as escolas não dispõem de espaços adequados para atividades de lazer.

PROPOSTAS

1. OS CIEPS SERÃO ESPAÇOS IMPORTANTES PARA O LAZER POPULAR.

Uma quadra esportiva é parte integrante dos CIEPS nesse espaço, ficará disponível para a população fora do horário das aulas, que o usará para práticas esportivas e realização de festas populares.

2. O GOVERNO COLLARES VAI RECUPERAR A BALNEABILIDADE DO RIO GUAIBA

Dentro de um amplo programa de recuperação do meio ambiente, com prioridade para os rios que desaguam no Guaíba, será recuperado esse importante instrumento para o lazer popular, representados pelos rios.

3. A EDUCAÇÃO PARA O LAZER FARÁ PARTE DOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Além da prática, será desenvolvida nas escolas a consciência da importância do lazer sadio para a saúde psíquica e social da população.

4. A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA PROMOVERÁ O LAZER, O DESPORTO E A RECREAÇÃO.

Será incentivada a prática esportiva estudantil, com promoção de competições municipais, regionais e uma olimpíada estadual anual.

- Priorizando o atendimento de famílias das classes populares, crianças, em especial os meninos de rua, deficientes e a terceira idade.

- Incentivando a educação física, promovendo o depósito escolar e comunitário, a recreação nas escolas, a formação de equipes e a promoção de eventos.

- Os profissionais de educação que atuarem nas atividades de lazer, desportos e recreação, devido suas características e exigências de trabalho em fim de semana e feriados, terão uma regulamentação específica.

5. COLLARES DESCENTRALIZARÁ AS ATIVIDADES.

Criando e implantando coordenadorias e centros de treinamento regionais, núcleos urbanos e rurais de lazer, desportos e recreação, principalmente em locais públicos, em horários que se compatibilizem com as atividades profissionais e estudantis.

CULTURA

Nós formamos, na parte meridional do país, uma cultura específica e forte. As fronteiras do Rio Grande, se diz, foram demarcadas "a pata de cavalo". Vê-se, então, que o homem, desde o começo, escureceu a história como agente nominador. O sujeito da história. A cultura desde esse começo acentuou o seu significado para que o Rio Grande seja conhecido, hoje, como um país cultural. E se impõe a indagação: o que é cultura?

Em todos os países do ocidente, a palavra cultura tem uma raiz comum. Nas línguas românicas ou germânicas, está presente o étimo latino: Kultur, em alemão. Culture, em Inglês, que o poeta Ezra Pound cunhou o "logos" Kulchur. Do latim, vem do verbo "colo-cultum-colere", que quer dizer "cultivar", que noutra significação pode ser "habitar" ou "viver". O viver dos gaúchos, sua habitação, são as primeiras manifestações de nossa cultura. O gaúcho, o senhor do pampa, descendente de espanhóis, índios e portugueses, e o "in çola", ou seja o habitante do chão que lhe é próprio. O homem primeiro da cultura do Rio Grande.

Uma etnia é uma cultura. E, hoje, para entendermos a cultura do Rio Grande, temos que compreender a participação das etnias que predominam em nosso Estado, onde destacam-se a Alemã, Italiana, Africana, Indígena, entre outras. Essas etnias, agregadas pelo seu desenvolvimento econômico social, político, enriquecem o Rio Grande e fazem dele um verdadeiro mosaico cultural. As varias regiões desse desenvolvimento, ao invés dividirem, tornam-se pólos de profundo engrandecimento de nosso Estado. Assim, elas não colidem mas somam. Vejamos as regiões e suas cidades símbolos, dentre outras, só como exemplo: Missões, Fronteira, Centro Sul, Planalto, Litoral, Colonia Alemã e Colonia Italiana.

Assim, pensamos que verdadeiramente a cultura é a pedra angular da sociedade. O Estado do Rio Grande do Sul, embora nos últimos tenha investido em alguns projetos na área cultural, teve uma atitude tímida, por não pensar na cultura como um todo, mas também como um ato pedagógico e educacional. Pensar cultura é pensar nas várias facetas de que é composta a representatividade da expressão humana em sua época e em seu lugar. Assim, é necessário assumir para com a cultura um comprometimento concreto. Lembrar que só existe um estado forte se existir uma cultura forte. Lembrar o sentimento de nação existente no coração dos gaúchos. E voltamos a afirmar que o Rio Grande é um país cultural, para o qual pela primeira vez existirá, com Collares, uma política cultural formalizadora à altura. Então, trabalhar com independência, principalmente ao eixo Rio-São Paulo, evitando a subservância o colonialismo, que a mídia da indústria cultural tem submetido a comunidade gaúcha. Claro que é através destes dois pólos que as multinacionais, que investem nas áreas da cultura, estabelecem toda sua exploração. E só ver os setores do cinema, livro, disco, entre outros, totalmente

dominados pelos estrangeiros. Tentar escapar do monopólio da Rede Globo é um princípio básico que se impõe. É sempre bom lembrar que um povo que não preserva sua cultura é um povo sem história e sem identidade.

Permanecer no Rio Grande é a palavra de ordem. Para isso, é necessário realizar uma política cultural para que nossos artistas aqui tenham condições de trabalhar e viver, evitando assim o grande exodo que até hoje tem acontecido. O Governo Collares vai criar um mercado de trabalho para os artistas gaúchos, através do Grande Circuito da Arte do Rio Grande, para o andamento das manifestações artísticas aqui geradas. Este circuito vai girar em torno de nossas regiões étnicas, econômicas, culturais, e vai contar com o amplo apoio da TVE. Os municípios, como células principais, representativas das populações, cabe a tarefa de apontar os focos de interesse e criar espaços para os investimentos da Política Cultural do Estado. As regiões serão as sedes aglutinadoras e expositoras das manifestações geradas pelos municípios.

É preciso, também, manter vivo o nosso imenso Patrimônio Cultural. Que vai das Missões Jesuíticas às Charqueadas de Pelotas. Das tradições italianas e alemãs à açoriana, exemplificada pela Igreja de Viamão. Do gaúcho da fronteira ao do alto da serra. Da universidade de Santa Maria a de Rio Grande. É necessário preservar, resgatar, manter vivos os valores culturais dos que participaram de nossa formação, repassando para as futuras gerações a contribuição inestimável dos que nos antecederam.

Os chineses, a mais antiga nação do mundo, diferenciavam-se dos outros povos por serem capazes de uma cultura. Daí a palavra "wen-ming", que significa cultura do povo ou povo da cultura.

O Rio Grande é um povo da cultura, que deve manter bem presente a manifestação regional de sua arte, nem perder a noção do Moderno e do Universal. Nada mais Universal do que a Regional quando traduzido pela estética inovadora de um grande artista.

PROPOSTAS

1. O GOVERNO COLLARES CRIARÁ O GRANDE CIRCUITO DA ARTE DO RIO GRANDE.

* Criando um circuito para o andamento e apresentação das manifestações artísticas aqui geradas na música, teatro, literatura, dança, cinema, artes plásticas, folclore, etc. Este circuito apoiar-se-á nas regiões culturais e econômicas de nosso Estado. Contará com um amplo apoio da TVE.

2. COLLARES FOMENTARÁ O SISTEMA REGIONAL DE CULTURA

* Criando as condições para que todas as regiões sejam representadas culturalmente. Que seus interesses e manifestações participem do governo, evitando o dogmatismo, onde predomina a metrópole sobre a região, a capital sobre o interior.

3. O GOVERNO COLLARES REALIZARÁ O INVENTÁRIO, CADASTRAMENTO E DIVULGAÇÃO DO ACERVO CULTURAL DO ESTADO.

* Estabelecendo uma ação imediata nas seguintes áreas:

- 1) Patrimônio Arquitetônico (Missões, Igrejas, Zonas de Imigração, Arquitetura Urbana);
- 2) Patrimônio Natural, Ambiental, Ecológico, Paisagístico, Paleontológico, Arqueológico, Paleobotânico;
- 3) Patrimônio Musical (Erudito e Popular);
- 4) Patrimônio Literário (Prosa e Verso);
- 5) Patrimônio Artístico (Cinema, Vídeo, Artes Plásticas - Escultura, Desenho, Gravuras, Pintura), Teatro, Dança, Manifestações de Vanguarda);
- 6) Patrimônio do Folclore (Festas, Artesanato, Corais, Grupos de Dança, Aspectos Linguísticos (dialéto));
- 7) Patrimônio Documental (Jornais, Certidões, Fotografias, etc.).

4) COLLARES MONTARÁ A ILHA DE INFORMÁTICA CULTURAL

* Criará um Banco de Dados sobre a Arte do Rio Grande, onde será armazenado o acervo e a produção da Cultura Gaúcha.

5) COLLARES PROPORÁ UMA POLÍTICA CULTURAL DA AMÉRICA LATINA

* Realizando intercâmbio, principalmente com o Uruguai, Argentina, Chile, num sistema de ida e volta, capaz de representar um grande pólo de trabalho e divulgação da arte gaúcha. Uma política de troca e não de subserviência como a que até hoje tem imperado nas relações com Rio e São Paulo, que mandam produtos culturais sem uma adequada reciprocidade.

6) COLLARES INCENTIVARÁ LIVROS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

* Incrementando projetos de estímulo a leitura e a Feiras do Livro, integrando-as à política de regionalização cultural.

7) O GOVERNO COLLARES CRIARÁ O BALÉ FOLCLÓRICO DO RIO GRANDE

* O Rio Grande do Sul é muito conhecido, no Brasil e no exterior, pela beleza e variedade de suas danças. Assim, se impõe a criação de um corpo de balé para essas manifestações.

8) COLLARES REALIZARÁ OFICINAS DE ARTE POPULAR EM CTGs E ESCOLAS DE SAMBA

* Criará Oficinas de Artes Plásticas junto as Escolas de Samba e Centros de Tradições Gaúchas, aproveitando e desenvolvendo o espaço e a energia criadora já disponíveis nestes núcleos.

9) COLLARES REALIZARÁ O ANO DAS ARTES CÊNICAS GAÚCHAS

* Realização em 1992 de ampla Campanha Institucional, com recursos de verbas das estatais, iminentemente fortalecedora e divulgadora das Artes Cênicas locais.

10) O GOVERNO COLLARES CRIARÁ O CIRCO RODA-CARRETA

* Montará um Circo com espetáculos tipicamente populares, para percorrer o Estado.

11) COLLARES PROMOVERÁ O FESTIVAL DE MÚSICA DA AMÉRICA LATINA

* Realizando em Porto Alegre um grande Festival de Música Nativista, envolvendo a América Latina. Seria o grande momento da síntese cultural dos mais de 60 Festivais de Música Nativista que hoje se realizam no Rio Grande. A realização seria em Porto Alegre, onde nenhum destes festivais aconteceu.

12) COLLARES PROMOVERÁ A BIENAL LATINO-AMERICANA DE ARTE

* Criando um grande evento que mostre as artes plásticas da América Latina, como um marco inovador em todo o continente, pontificando o Rio Grande no conceito internacional. Esse acontecimento poderá ser realizado em sintonia com o Instituto de Artes da UFRGS.

* Será feita uma mostra de artesanato e de culinária da América Latina.

13) A FRENTE PROGRESSISTA PARTICIPARÁ DOS 500 ANOS DO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA

* Realizando um projeto cultural que nos integre em 1992 as comemorações já programadas pela Espanha.

14) O GOVERNO COLLARES REALIZARÁ UM CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESCRITORES

* Reunindo no Rio Grande escritores, principalmente, da América Latina, aproveitando a importância desses escritores no conceito cultural da atualidade.

15) A FRENTE PROGRESSISTA INSTALARÁ A CASA DA AMÉRICA LATINA

* Criando um espaço destinado a aglutinar e representar interesses e manifestações da política cultural voltada para a América Latina. Esta casa será o marco físico e também filosófico de um Governo determinado para o intercâmbio abrangente que se dará com a América Latina nestes anos noventa.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A informação dos atos governamentais deve fluir de forma clara e veraz entre o governo e a sociedade. A adequada circulação aproxima o Governo e o cidadão.

Ao mesmo tempo, é necessário viabilizar a sociedade civil organizada a possibilidade de apresentar publicamente suas idéias, postulações e discordâncias em espaços atualmente inexistentes.

Quanto aos meios de comunicação de massa, na maioria dos casos a existência de pouco espaço à divulgação da cultura nacional e regional, bem como, para as campanhas educativas e destinados a formação do cidadão.

Observar-se, também, tratamento diferenciado, da parte do governo, entre os órgãos de comunicação, no que tange a divulgação, as informações e a propaganda institucional revelando a falta de transferência no tratamento dessa questão.

PROPOSTAS

=====

COLLARES PRESTARÁ CONTAS À SOCIEDADE DOS ATOS DO GOVERNO

A prestação de contas à sociedade é um dever do Governo Democrático, sobretudo quando a proposta é de participação popular na gestão e fiscalização da coisa pública. A transparência das ações do Governo é condição de manter a legitimidade obtida no processo eleitoral.

Assim, a prestação de contas no Diário Oficial, como determina a Constituição Estadual, deverá ser colocada à disposição de toda a imprensa, a fim de informar a coletividade sobre a natureza e consequência dos atos do Governo, a execução orçamentária, a situação da dívida, as despesas com pessoal da administração direta e indireta, os contratos firmados pelo poder público e assim por diante.

O GOVERNO DA FRENTE PROGRESSISTA COLOCARÁ OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO VINCULADOS AO ESTADO A SERVIÇO DE TODA A SOCIEDADE.

A Fundação Piratini de Rádio e Televisão (TVE e Radio Cultura) estará aberta a todas as manifestações culturais e sociais do Estado e dará prioridade a movimentos e organizações populares.

Conforme a Constituição Estadual que determina que os órgãos de comunicação pertencentes ao Estado serão utilizados de modo a salvaguardar sua independência a assegurar a possibilidade de expressão e confronto de diversas correntes de opinião.

O Governo empreenderá melhorias nos serviços de rádio e televisão educativos do Estado, para que suas potencialidades sejam desenvolvidas ao máximo, em projetos de alto interesse da comunidade, como educação à distância e apoiar atividades dos demais órgãos públicos de Educação e Cultura.

COLLARES UTILIZARÁ OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO

O Governo dará prioridade a ampla divulgação nos meios de comunicação social de programas e campanhas de interesse social, especialmente nas áreas de educação, saúde, higiene, segurança, incentivo ao associativismo e iniciativas comunitárias, voltadas para a população urbana e rural. (Exemplos: hortas domésticas, criação de pequenos animais, receitas culinárias econômicas, prevenção das desidratações infantis, importância das vacinas, etc.)

COLLARES PROMOVERÁ A INTEGRAÇÃO DO GOVERNO COM MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Os meios de comunicação são concessões públicas e o Estado pode contribuir para zelar pela sua correta utilização no cumprimento de sua função.

Ao promover, com transparência, a publicação de informações sobre a ação governamental, o Governo publicará, também, a discriminação de seus gastos com comunicação social e de sua distribuição entre os veículos de todo o Estado.

O GOVERNO DA FRENTE PROGRESSISTA IMPLEMENTARÁ O CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

Constituição Estadual é formado por representantes da Assembleia Legislativa, universidades, órgãos culturais e de educação do Estado e do Município, bem como da sociedade civil e dos servidores, será garantida a independência e democratização dos órgãos de comunicação social vinculados ao Estado.

MEIO AMBIENTE

O SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

ARGUMENTOS

O SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, previsto na Constituição Estadual (Art. 252), necessita de legislação complementar para a sua efetiva implantação e de providências administrativas capazes de consolidá-lo e torná-lo competente para gerenciar a questão ambiental no Rio Grande do Sul.

Observação: A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), foi criada pela Lei no. 9077 de 4 de junho de 1990;

O Governo da FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA tomará as seguintes providências:

PROVIDÊNCIAS

Favorecer, com apoios materiais e humanos, a efetiva transformação do atual Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) em Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM);

Dar início imediato a estudos visando a reorganização dos órgãos estaduais da área de meio ambiente, visando, entre outros objetivos, a integração entre a recém criada FEPAM e a Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul e o Departamento de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

Criar o CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, integrado por representantes de todos os segmentos da sociedade e do governo, com o objetivo de propor e de supervisionar a política estadual do meio ambiente e em especial, assegurar a adoção de critérios ecológicos para o modelo de desenvolvimento do Estado;

Promover a descentralização das atividades da FEPAM, instalando representações regionais do órgão, aparelhadas com recursos materiais e humanos adequados para o cumprimento de suas tarefas técnicas, de licenciamento e de fiscalização;

Instituir o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado das questões ambientais, por BACIAS HIDROGRÁFICAS, de acordo com a Constituição Estadual (Artigos 171 e 252);

Áreas criadas pelo Decr. 23.798/75 não implementadas:

- Parque Estadual do Camaquã (Mun. Camaquã/S.Lourenço, 7.992 ha)
- Parque Estadual do Ibitira (Mun. Vacaria/Bom Jesus, 415 ha)
- Parque Estadual do Espinilho (Mun. Uruguaiana, 276 ha)
- Parque Estadual do Tainhas (Mun. Cambará do Sul/São Francisco de Paula, 4.924 ha)
- Parque Estadual do Podocarpus (Mun. Encruzilhada do Sul, 3.645 ha)
- Reserva Biológica do Mato Grande (Mun. Arroio Grande, 5.161 ha)
- Reserva Biológica de São Donato (Mun. Itaqui, 4.392 ha)
- Reserva Biológica do Schariaiu (Mun. S. Leopoldo/Novo Hamburgo, 54 ha)

Casos Especiais:

- Parque Estadual de Itapuã (Mun. Viçosa, 3.783 ha)
Sem fiscalização ou infraestrutura, 3.000 moradias de invasores da Praia de Fora. Pedro Simon, acompanhado da imprensa, visitou o local em 1989, fez muitas promessas mas nada fez para resolver o problema.
- Parque Estadual do Delta do Jacuí (Mun. de Porto Alegre/Eldorado do Sul/Canoas e Triunfo, 17.245 ha)
Impossível implantar sem amplo programa social e ecológico

PROVIDÊNCIAS

Declarar o RESGATE das áreas de preservação permanente como PROJETO PRIORITARIO DO GOVERNO COLLARES

Resolver os inumeros problemas fundiários e sociais pendentes nas áreas de preservação;

Fortalecer o Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos, do qual participam 24 Municípios e o Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Gravataí, do qual participam 6 municípios, ambos já criados.

Criar Comitês em todas as bacias críticas do Estado.

Cada uma das bacias hidrográficas, com destaque para aquelas que se encontram em situação mais crítica, terá um PROGRAMA DE GERENCIAMENTO, que envolverá:

- O planejamento ambiental;
- A gestão de um Fundo de Investimento;
- O licenciamento das atividades;
- O monitoramento e fiscalização da qualidade ambiental;
- A tarifação pelo uso dos recursos ambientais;
- As obras que visam melhorar a qualidade ambiental e salvar os rios do Estado.

OS PARQUES E RESERVAS ESTADUAIS

ARGUMENTOS

Dos 86.000 hectares previstos nas leis Estaduais, apenas 41.000, ou seja, 47,67%, foram precariamente implantados.

A situação atual das áreas destinadas a preservação é a seguinte:

Áreas instaladas precariamente:

- Parque Estadual do Turvo (Mun. Tenente Portela, 1000 ha, Secr. Agr. Abast.)
- Reserva Biológica do Ibirapuitã (Mun. Alegrete, 351 ha)
- Parque Estadual de Rondinha (Mun. Rondinha, 1000 ha)

Parques e Reservas com problemas fundiários, usucapiões, invasores, delimitação imprecisa ou sem infraestrutura:

- Parque Estadual de Nonoai (Mun. Nonoai/Planalto, Liberato Salzano/Rodeio Bonito, 17.498 ha)
- Parque Estadual do Espigão Alto (Mun. Barracao, 1.181 ha)
- Reserva Biológica da Serra Geral (Mun. Osorio, 1.700 ha)

Recriar a função de Guarda Florestal extinta no governo de Amaral de Souza, revendo o convênio que subordina os policiais florestais do Batalhão Florestal da Brigada Militar ao IBAMA;

Acrescentar cerca de 20.000 ha (mais 50%) as áreas de preservação já criadas por lei Estadual;

Destacar no orçamento anual do Estado, recursos especiais para a implantação e manutenção dos Parques e Reservas Estaduais.

Dar um tratamento especial e prioritário aos Parques Estaduais de Itapuã e do Delta do Jacuí, levando em conta os aspectos sociais envolvidos com a presença de moradores na área destinada a preservação permanente.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ARGUMENTOS

A importância da questão ambiental no mundo contemporâneo passou a exigir das pessoas, de todos os níveis sociais e em todos os países, um conjunto mínimo de informações sobre as relações do homem com o meio ambiente. Mais do que a simples assimilação de informações técnicas ou científicas, espera-se que os cidadãos incorporem a seus hábitos de vida, em todos os campos da atividade e cada vez mais, princípios e procedimentos ecologicamente adequados.

Especialmente no Rio Grande do Sul, onde os problemas ambientais vem assumindo importância cada vez maior, espera-se que o Estado ofereça à sociedade os meios necessários para que os seus membros aprendam a viver de forma harmônica com a Natureza e saibam conquistar e manter uma qualidade de vida satisfatória.

A implantação de um amplo Programa de Educação Ambiental no Rio Grande do Sul, será uma opção prioritária na ação governamental a partir do Governo da Frente Progressista Gaúcha, visando os objetivos acima referidos.

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL será desenvolvido de acordo com os seguintes parâmetros:

- Centralização das atividades no SISTEMA ESCOLAR, principalmente nos CIEPs urbanos e rurais, com irradiação, através da família, para a comunidade em geral.
- Desenvolvimento das seguintes atividades principais:
 - Manejo didático de hortas escolares, de pequenos cultivos agrícolas, de áreas de vegetação nativa, de pequenas comunidades de animais silvestres, de praças e de jardins públicos.

- Trabalhos práticos e experimentais sobre o manejo do lixo doméstico e urbano; sobre a reciclagem de resíduos; sobre tecnologias alternativas na agricultura, na geração, usos e conservação da energia; sobre os usos da água e sobre os efluentes líquidos e gasosos em geral.

- Campanhas públicas junto a todos os segmentos da comunidade rural e urbana, a partir da escola, visando a ampliação das experiências de aprendizagem e ainda a implementação de projetos de florestamento e reflorestamento, a recuperação de paisagens, de proteção a espécies ameaçadas de extinção e outros.

PROVIDENCIAS

Criação de um grupo de trabalho especial para a elaboração de um Plano de Ação para o Programa de Educação Ambiental, com representantes da Secretaria de Educação, Da Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (FEPAM), da Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul, das Universidades e demais institutos e entidades ecológicas, visando a definição dos recursos humanos e materiais necessários.

ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

ENERGIA E MINAS

TELECOMUNICAÇÕES

VIAÇÃO E TRANSPORTE

SANEAMENTO/REC.HÍDRICOS

MINAS E ENERGIA

A situação das áreas de energia e minas no Estado não é nada animadora, especialmente se considerarmos que constituem a infraestrutura necessária para viabilizar qualquer desenvolvimento posterior. Além disso é fortemente dependente do governo federal, seja do ponto de vista de legislação, seja do ponto de vista financeiro quanto a investimentos, preços, subsídios e expansão do setor.

No setor de minas, o carvão energético, o carvão metalúrgico e as pedras preciosas e ornamentais são as grandes riquezas minerais, todas carecendo de atenção do Estado para uma correta exploração das suas potencialidades.

O carvão, nossa principal riqueza mineral, que representa reserva energética nacional cinco vezes maior do que as petrolíferas, está abandonado. Na matriz energética nacional, o carvão representa menos de 2%, enquanto nos países do primeiro mundo participa com mais de 20%.

É importante lembrar que 90% das reservas nacionais de carvão estão no Rio Grande do Sul e talvez seja esta a razão para o descaso com essa riqueza brasileira; afinal estamos longe do núcleo que comanda o processo de desenvolvimento nacional e os governos estaduais tem sido extensões da vontade central.

No setor de energia elétrica, tem-se os maiores problemas. No Estado é gerado 60% do total consumido, sendo 41% através das usinas da CEEE e 19% através das usinas da ELETROSUL aqui localizadas, e o restante suprido através do sistema interligado. Esta dependência é preocupante por duas razões principais:

- os investimentos no setor elétrico no País estão paralisados o que poderá resultar em colapso do sistema no médio prazo.
- estamos longe das fontes geradoras de energia elétrica e temos um consumo em relação ao total do País de apenas 6,5%, o que contrasta e enfraquece a nossa posição perante os 66% consumidos na Região Sudeste, nossa virtual competidora.

Nas áreas de transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica há limitações em todas as regiões do Estado. A sobrecarga do sistema de transmissão inviabiliza o necessário aumento da oferta de energia elétrica às cidades e ao campo, comprometendo, nos próximos anos, o desenvolvimento do Estado.

[Handwritten mark]

A questão energética é crítica para o futuro do Estado e a sociedade gaúcha tem se mobilizado neste sentido, principalmente para trazer o gás natural argentino ao Rio Grande do Sul. Este projeto merecerá estudos quanto a sua viabilidade dada a sua importância como uma nova alternativa energética para adequar a oferta.

A CEEE, criada no governo trabalhista de Leonel Brizola (1958-62) para desobstaculizar o processo de desenvolvimento estadual, foi e tem sido fundamental para o Estado na abertura de possibilidades de desenvolvimento, propiciando a infra-estrutura básica necessária. Hoje, no entanto, está em dificuldade, não dispõe mais de recursos para os investimentos necessários, além de apresentar uma elevada dívida. Esta empresa deverá merecer uma atenção especial em termos de gestão, planejamento e criteriosa priorização dos seus projetos, que são vitais para a sociedade rio-grandense.

A seguir apresentaremos os Programas da área de Energia e Minas:

1. PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO E FONTES COMPLEMENTARES DE ENERGIA ELÉTRICA

O Governo Collares estará empenhado em garantir o suprimento estável e aumentar a oferta de energia a todo o Estado, visando implementar o desenvolvimento homogêneo de todas as regiões, tendo em conta suas necessidades e potencialidades.

1.1 SUBPROGRAMAS COMPONENTES:

1.1.1 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE ENERGIA ELÉTRICA.

FINALIDADE: intensificar os trabalhos na área de conservação de energia visando a redução do consumo.

META : aumentar a disponibilidade de energia elétrica em aproximadamente 10%

1.1.2 DESENVOLVIMENTO DE PEQUENAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS (PCHs).

FINALIDADE: aproveitar as potencialidades das pequenas quedas d'água existentes no Estado.

META : aumentar a potência disponível no Estado em 10% (250 megawatts).

1.1.3 DESENVOLVIMENTO DE PEQUENAS CENTRAIS TERMOELÉTRICAS (PCTs).

FINALIDADE: aumento de geração própria no Estado com ênfase no desenvolvimento do processo de queima de carvão em leito fluidizado.

META : aumentar a potência disponível no Estado em 50 KwH no quadriênio.

2 =PROGRAMA DE EXPANSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.

O Governo Collares desenvolverá esforços no sentido de atender as demandas reprimidas existentes em algumas regiões do Estado, através da expansão dos sistemas de geração, transmissão e principalmente distribuição de energia elétrica, tanto urbana como rural.

2.1 =SUBPROGRAMAS COMPONENTES:

2.1.1 =GERAÇÃO HIDROELÉTRICA E TERMOELÉTRICA DE BASE.

FINALIDADE: aumento da geração de energia elétrica pelo Estado, diminuindo a dependência de outras regiões do País.

METAS : 1-desenvolver a plena operação de CANDIOTA II, aumentando a sua utilização.
2-implantar as obras do complexo termoeletrico de CANDIOTA III, aumentando a potência disponível no Estado em 14% (350 megawatts)
3-implantar as obras de Dona Francisca, aumentando a potência disponível no Estado em 5% (125 megawatts).

2.1.2 =TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.

FINALIDADE: realizar a expansão do sistema de transmissão adequando o suprimento de energia elétrica às necessidades do mercado consumidor do Estado.

METAS : 1-construção de 850 km de linhas de transmissão,
2-acrécimo de 2.200 MVA (megavoltampere) ao sistema de transformação.
3-instalação de três compensadores síncronos, na região da Fronteira Oeste.
4-implantar a infra-estrutura básica para o Projeto Litoral Sul.

2.1.3 =DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.

FINALIDADE: atendimento do mercado consumidor, oportunizando o desenvolvimento social e econômico de nosso Estado.

METAS : 1-ampliar as redes de distribuição urbana no próximo quadriênio em 2.750 km, acrescidos aos 29.300 km existentes.
2-instalação de mais 800 unidades transformadoras.

2.1.4 =ELETRIFICAÇÃO RURAL

FINALIDADE: levar ao homem do campo os benefícios da eletricidade, oportunizando melhores condições de vida e aumento da produtividade.

METAS :1-ampliar as redes de distribuição rurais no próximo quadriênio em mais 11.500 km, acrescidos aos 71.200 km existentes, beneficiando 25.000 novos consumidores agropecuários.

2-complementar o Projeto Fronteira Oeste, beneficiando a produção orizícola dos municípios de Alegrete ,Uruguaiana, Itaqui e S.Borja.

3-implantar o Projeto Litoral Sul, beneficiando a produção arrozeira dos municípios de S.Vitória do Palmar e Rio Grande.

4-reavaliar o Projeto Litoral Centro, que atingirá as regiões de Mostardas, S.José do Norte, Tavares e Osório.

3 =PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO CARVÃO GAÚCHO

O Governo Collares promoverá prioritariamente o desenvolvimento do carvão gaúcho, que representa mais de 90% das reservas nacionais, de forma integrada desde a pesquisa e desenvolvimento tecnológico, até a utilização final de seus produtos, visando dar a esta riqueza a importância econômica que desfruta no resto do mundo.

A utilização do carvão mineral como componente significativo na matriz energética de qualquer nação, sempre foi e será decisão política de elevado nível. O aspecto do crescimento do uso do carvão gaúcho na matriz energética brasileira passa obrigatoriamente por uma política de preços, incentivos e resoluções de âmbito político.

O Governo Collares levará a efeito uma ampla negociação política com os representantes gaúchos no Congresso Nacional constituindo uma frente parlamentar em prol do carvão mineral rio-grandense e demais representantes do Estado no Conselho Nacional do Carvão junto ao Ministério da Infra-estrutura.

3.1 =SUBPROGRAMAS COMPONENTES

3.1.1 =CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DO CARVÃO MINERAL GAÚCHO.

FINALIDADE : desenvolver tecnologias para o melhor aproveitamento e diversificação da utilização do carvão, com vistas a desenvolver e aperfeiçoar tecnologias de beneficiamento, queima, gaseificação na boca da mina, novos produtos, aproveitamento de rejeitos e carboquímica.

4.2. ELEMENTOS DE PÓLOS ENERGÉTICOS E CARBOQUÍMICOS A PARTIR DO DO CARVÃO MINERAL.

FINALIDADE : Promover a formação e desenvolvimento de pólos de aproveitamento e desenvolvimento integral do carvão mineral nas regiões produtoras, tendo como base as Centrais Termoeletricas e desenvolvendo a tecnologia correspondente (leito fluidizado, gaseificação, carboquímica). Os objetivos são de aumentar a produção de carvão, diversificando e enobrecendo a sua utilização em forma de produtos de maior valor agregado e em segundo lugar a formação de pólos industriais junto às minas de carvão, modificando a matriz energética na região carbonífera (Iruí, Cachoeira, Butiá e S. Jerônimo).

A. PROGRAMA DE EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DA CRM

A CRM - Companhia Rio Grandense de Mineração para expandir sua produção de carvão mineral e de outros bens minerais, necessita dos seguintes itens:

A1. SUBPROGRAMAS COMPONENTES

A1.1. SUPRIMENTO DE CARVÃO À CANDIDATA II-EASE B

Objetivando suprir de carvão a termoeletrica, quando esta atingir a plena potência (446 Mw)

A1.2. SUPRIMENTO DE CARVÃO À CANDIDATA III

A meta é adequar-se para suprir o Programa Candidata III, à medida da conclusão de cada etapa do projeto. Prevê-se o consumo de 15 milhões de toneladas/ano de carvão de Candidata

A1.3. SUPRIMENTO DE CARVÃO À JACUI I (350 Mw)

O objetivo é de garantir o suprimento pela CRM, que será uma forma de expansão substancial, já acordada com o Governo Federal (Eletrosul)

A1.4. LIGAÇÕES FERROVIÁRIAS MELHORANDO O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DE CARVÃO (18 KM MINA CANDIDATA RAMALZ. BASE-PELOTAS)

Buscaremos aumentar o escoamento do carvão e melhorar a eficiência do sistema de transporte.

B. PROGRAMA DE FONTES RENOVÁVEIS E NÃO CONVENCIONAIS DE ENERGIA

Estimular o desenvolvimento tecnológico, viabilizando em conjunto com as comunidades e de acordo com as necessidades de cada região, o uso de recursos energéticos alternativos

tais como: biomassa, pequenas quedas d'água (PCHs), solar, lenha, biogás, resíduos agrícolas e industriais, reduzindo a dependência do Estado quanto a insumos externos que hoje chegam a 50% e atingir a auto-suficiência municipal em energia.

51 -SUBPROGRAMAS COMPONENTES

511 -REFORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CONERGS-CONS. EST. DE ENERGIA

O objetivo é de incentivar a criação dos Conselhos Regionais de Energia com vistas ao levantamento dos potenciais por microrregião objetivando o planejamento, proposta de ação, sistematização e divulgação da tecnologia do setor.

512 -FORTALECER A AÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO EXECUTIVO PARA APOIAR AS DECISÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE ENERGIA

O objetivo é aportar recursos necessários, divulgar projetos de pesquisa sobre energia e implementar os projetos já elaborados

513 -ESCOLHIMENTO DE PROJETO PÍLOTO MUNICIPAL

O projeto consiste em tornar um município estrategicamente escolhido, auto-suficiente, apresentando uma solução concreta ao proposto, nos seguintes aspectos:

- reflorestamento em áreas não agricultáveis para produção de lenha
- utilização de pequenas quedas d'água (micro) para geração de hidroeletricidade
- aproveitamento de energia solar
- aproveitamento de energia eólica
- construção de microdestilarias de álcool
- reaproveitamento energético de resíduos
- construção de biodigestores
- aproveitamento da turfa na produção agrícola, no controle da erosão e como insumo energético

514 -FORNECIMENTO DE ENERGIA PARA OS CONDOMÍNIOS RURAIS

O objetivo é tornar estas comunidades autônomas do ponto de vista energético, suplementando o fornecimento de energia elétrica da CEEE.

RECURSOS : sua captação se dará de forma descentralizada, integrando o Estado/Município/Órgãos de Financiamento/Iniciativa Privada.

6 -PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO DA ARGENTINA

A perspectiva de falta de energia elétrica nos próximos anos por falta de investimentos no setor, tem trazido a intranquilidade ao setor industrial. Os atrasos nos

cronogramas das hidroelétricas e termoeelétricas motivaram a perspectiva de uso do gás natural argentino como componente auxiliar na matriz energética gaúcha.

O Governo Collares envidará esforços na implementação e uso do gás natural argentino, conciliando simultaneamente o maior aproveitamento de carvão gaúcho e favorecendo a integração latino-americana.

3.1. SUBPROGRAMAS COMPONENTES

3.1.1. IMPORTAÇÃO DE GÁS NATURAL DA ARGENTINA

O objetivo é a produção e co-geração de energia elétrica, vapor e calor na indústria rio-grandense.

3.2. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS MINERAIS

O Governo Collares trabalhará no sentido de valorizar os bens minerais e os recursos hídricos do Estado em benefício do povo gaúcho.

3.2.1. SUBPROGRAMAS COMPONENTES

3.2.1.1. IMPLEMENTAÇÃO DA COORDENADORIA DE RECURSOS MINERAIS

A valorização das áreas citadas se dará através da implementação da Coordenadoria que desenvolverá as seguintes atividades:

- Apoiar, fiscalizar, fomentar, dar incentivo, facilitar as pequenas e médias empresas de mineração, dando assistência técnica às prefeituras e gerenciando os recursos hídricos.

- Realizar o cadastramento mineral e mapas de controle dos recursos minerais.

- Promover o aumento da arrecadação do Estado pelo incentivo e fomento da produção de pedras de revestimentos (granitos, basaltes, arenitos).

- Promover a fiscalização de gemas e pedras preciosas, visando evitar a evasão de divisas.

- Promover a redução de impactos ambientais, pela assistência técnica às lavras clandestinas (areia, argila e calcário).

- Implantar um programa de análise mineral gratuito às prefeituras do interior através da CRM, CIENTEC e CPRM.

- Implantar a Divisão gerencial de recursos hídricos (água subterrânea, poços de abastecimento).

-Promover a criação de cooperativas e escolas de lapidação (ágatas, ametistas em zonas de garimpo, através do aproveitamento dos CIEPs rurais.

-Promover a legalização da exploração e apoio técnico à lavra de minerais classe II (areia, argila, cascalho .

PROGRAMA MULTISECTORIAL DE MODERNIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS

O Governo Coliares promoverá a modernização da gestão das empresas estatais, estimulando a participação da iniciativa privada nos investimentos do setor, através do aporte de recursos necessários a execução dos programas e seus componentes, mantendo porém o controle acionário e o poder de decisão do Estado.

PROGRAMAS COMPONENTES

1.1 CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS

FINALIDADE : abertura do capital das empresas com a captação de recursos para a aplicação em investimentos pre-estabelecidos, reduzindo a participação do Governo do Estado no capital social das empresas, sem perder o controle acionário.

1.2 REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS NA DIREÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS

FINALIDADE: participação de representante dos trabalhadores nas decisões da empresa, contribuindo, assim, para otimização da aplicação dos recursos da sociedade, regulamentando o artigo 25 da Constituição Estadual.

TELECOMUNICAÇÕES

1 - DIAGNÓSTICO

A CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações é uma empresa estatal responsável pelos serviços de telecomunicações no Rio Grande do Sul. Sua atribuição compreende a prestação dos serviços, o planejamento, os projetos, a instalação, a manutenção e comercialização, no que se refere a telefonia, comunicação de dados e telemática.

Atualmente, verifica-se que os usuários dos serviços da CRT e a comunidade em geral têm demonstrado um alto grau de insatisfação, estando a reclamar:

- A qualidade dos serviços prestados, em especial o congestionamento das centrais e das rotas que ocasionam demora do tom de discar e dificuldades na obtenção de linhas desocupadas nas ligações locais e intermunicipais (de cada 100 ligações, 51 não são completadas);
- Os constantes defeitos que afetam os telefones residenciais, comerciais e de uso público. A cada 100 reparos de linha solicitados, apenas 40 são atendidos no prazo;
- Interrupções, linhas cruzadas, ruídos, apropriação indébita de fichas telefônicas, espera e impossibilidade de transferir de endereço o terminal telefônico;
- A demora na entrega de novos terminais já contratados, estando mais de 5.000 terminais telefônicos adquiridos em 1985, pendentes de instalação;
- Oferta de telefones aquém da demanda, posicionando nosso Estado abaixo da média nacional que é de 5,7 / 100 habitantes;
- Prazos excessivos no atendimento de solicitações, como linha de dados, telex e canais de voz. Estão pendentes de instalação mais de 3.800 linhas especiais para Comunicação de Dados.

Ante a incapacidade de atender a demanda telefônica, a CRT tentou fazê-lo através de um Sistema Compartilhado, apoderando-se de terminais de baixo tráfego revendendo-os a novos usuários, sem autorização dos proprietários que receberam em troca, um terminal via tronco comunitário.

2 - PROPOSTAS

A FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA resgatará a qualidade e eficiência nas telecomunicações através das seguintes ações:

21 - Melhoria da eficácia dos serviços prestados pela CRT procurando:

- elevar o índice de recuperação de telefones com defeito;
- recuperar a rede de cabos que se encontra em processo de deterioração, estando, em grande parte, no final da vida útil;
- priorizar a execução dos contratos vencidos (estão pendentes as instalações de 5.000 telefones);
- ampliar as rotas urbanas e interurbanas de forma racional, possibilitando, ao usuário, acesso imediato à linha;
- implementar programas de manutenção corretiva das centrais telefônicas, de forma a evitar interrupções na oferta dos serviços de telecomunicações.

22 - O GOVERNO COLLABRES elevará a oferta dos serviços de telecomunicações através de:

- Recuperação da CRT: será recuperada a capacidade de investimentos da CRT, de forma a capacitá-la a resgatar a demanda insatisfeita dos serviços de telecomunicações.
- Telefone Compartilhado: objetivando dar acesso ao telefone para a população de menor poder aquisitivo, será colocado à disposição telefones para uso em edifícios e vilas populares, mediante fracionamento de uma linha em vários ramais, com custo reduzido para os usuários.
- Telefone Comunitário: será implementado um amplo programa de telefones comunitários, abrangendo telefonia rural, sistema e de multiacesso.
- Telefone Público: será ampliado o número de telefones públicos, principalmente junto as comunidades de baixa renda, ampliando esse serviço de grande alcance social.
- Telefone Residencial/Comercial: após mapear os principais estrangulamentos dos serviços de telecomunicações no Estado, será realizado um grande esforço visando ampliar a oferta, priorizando as regiões com maiores problemas.

23 - Implantação de Postos de Serviços Integrados Urbanos-PSIUs.

- O PSIU compreende uma central de informações e solicitações de serviços para a população prestados pelo setor público

(CRT, CEEE, CORSAN/DMAE, Rodoviária, entre outras), através de terminais de computador, no intuito de descentralizar o acesso aos serviços públicos. Os PSUs serão instalados em pontos estratégicos da capital e interior.

24 -Instalações de Centrais de Informações de Fretes

- A CRT, juntamente com a Secretaria de Transportes, implantará Centrais de Informações de Fretes, interligando os detentores de cargas a serem transportadas com os transportadores em viagem, com vistas a racionalizar o uso dos equipamentos de transporte, reduzindo os deslocamentos.

25 -Viabilização da Rede Estadual de Comunicação de Dados e Telemática

A Rede Estadual de Comunicação de Dados é um sistema que vai operar paralelamente à rede telefônica. A sua implantação é uma imposição para o desenvolvimento econômico e integração do Estado ao País e ao mundo. Ela vem atender as necessidades de modernização dos setores financeiros, industrial e comercial.

Como se sabe, hoje, os bancos necessitam interligar suas agências aos centros de processamento de dados. A modernização na indústria também está se manifestando. Atualmente, a troca de documentação é feita por fax-simile, o recebimento de pedidos é automático, isto é, realiza-se por interação de máquinas sem intervenção humana no processo de comunicação. O setor comercial cada vez mais é dependente de bancos de dados que centralizam informações de crédito e estoque.

Cabe agora aos concessionários de telecomunicações realizarem sua parte, implantando novos serviços de telecomunicações que torne conseqüente os investimentos já realizados pelos setores públicos e privado na modernização.

Assim, urge o estabelecimento de uma nova sistemática que permita à CRT explorar em sua área de concessão os serviços especializados de comunicações de dados, como faculta a legislação em vigor e como tem feito outras unidades da federação.

A configuração inicial da rede deverá apresentar vários nós (centrais) nas cidades de Caxias do Sul e Porto Alegre e um nó (central) em cada sede de região, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Novo Hamburgo, Santo Ângelo, Santa Maria e Pelotas.

26 -Modernização Administrativo - Operacional

-Instituir uma política de recursos humanos, baseada no fortalecimento da interação empresa-funcionário e buscando elevar o nível motivacional na CRT;

-Promover a reciclagem do corpo funcional quanto a adaptação aos avanços tecnológicos;

-Priorizar o aproveitamento integral do quadro de pessoal da empresa, ficando a contratação de mão-de-obra de terceiros restrita a critérios técnicos rígidos.

VIAÇÃO E TRANSPORTES

DIAGNOSTICO

Plano de Governo da FRENTE PROGRESSISTA GAUCHA considera fundamental para o fortalecimento da economia gaúcha a expansão de sua infra-estrutura, em especial a área de Viação e Transporte, para apoiar o crescimento da movimentação de cargas e de passageiros que será gerado, dentro e fora das fronteiras do Estado, pela implementação das ações básicas das forças dinamizantes do próprio Governo.

Para a racionalização do uso e expansão do sistema de transporte, em suas modalidades rodo-ferro-hidro-aero e rodoviárias, tornam-se necessárias ações destinadas à elaboração e implantação de diretrizes de um PLANO DIRETOR DE TRANSPORTES do Estado, consultados os interesses das comunidades produtoras, consumidoras, prestadoras de serviços e da população em geral.

A elaboração e implantação do Plano Diretor de Transportes deverá, também, considerar a integração do Rio Grande do Sul no mercado comum da América Latina, em especial com os países limítrofes e outros do denominado Cone-Sul.

Os sistemas Hidroviário, Ferroviário e Aeroviário estão na dependência, quase que exclusiva, do Governo Federal.

O sistema Hidroviário oferece boas condições de navegação, entretanto, está mal-aproveitado. Com a extinção da Portobrás, pelo Governo Collor, a situação Hidroviária tende a piorar.

O Estado administra o sistema Hidroviário, através do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais-DEPRC, mediante contrato de concessão da União que vencerá em 1994.

A indefinição do Estado quanto à política para o setor teve como consequência a deterioração dos equipamentos e instalações, bem como a desorganização nas áreas administrativa e operacional do DEPRC.

As ferrovias, além de oferecerem redes mal conservadas e em bitola métrica inadequada, apresentam material rodante em progressivo sucateamento. A RFFSA deve modernizar-se para não dificultar o desenvolvimento do Estado.

O sistema Aeroviário necessita de maior rapidez no processo de sua interiorização e desenvolvimento, bem como dotar de infra-estrutura adequada nos aeroportos (pistas de pouso compatíveis, conservação e manutenção e equipamentos de proteção ao voo).

O Departamento Aeroviário do Estado-DAE, carece de recursos para a execução de seus programas e objetivos.

A rede Rodoviária Estadual (Federal, Estadual e Municipal) é constituída por mais de 90% de estradas de leito natural. Estudos recentes indicam que o Estado tem um déficit de cerca de 10.000 km de rodovias asfaltadas.

O sistema Rodoviário se mostra precário na conservação e manutenção das rodovias federais, cuja degeneração se constitui não só em dificuldades de circulação como no aumento dos riscos de acidentes.

O DAER mantém, aproximadamente, 3.500 km de estradas pavimentadas e cerca de 6.500 km de estradas ensaiadas. O sistema Rodoviário Estadual não dispõe de um conjunto de vias transversais/anéis rodoviários que interliguem os principais pólos de desenvolvimento.

O Transporte de Passageiros em seus diferentes modais (rodoviário e ferroviário) está desarticulado e deficiente. A frota de ônibus, tanto a suburbana quanto a de longo curso, possui idade média avançada (mais de 10 anos).

ÁREAS ESTADUAIS EXECUIDORES DO TRANSPORTE

-Secretaria de Estado dos Transportes: responsável pela política de transportes no Estado.

-Departamento Estadual de Estradas de Rodagem-DAER: responsável pelo planejamento do sistema Rodoviário Estadual, bem como implantação, pavimentação, conservação e melhoria de suas rodovias.

-Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras-CINTEA: tem por objetivo prioritário realizar estudos e projetos de construção, melhoria e conservação de estradas sob responsabilidade municipal, identificadas como alimentadoras do sistema rodoviário estadual e federal.

-Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais-DEPRC: responsável pelo planejamento, execução e fiscalização dos serviços de conservação, melhoramento, ampliação, construção e balizamento dos portos, dos canais de acesso e das vias fluviais, lacustres e marítimas do Estado. Administra os portos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

-Departamento Aeroviário do Estado-DAE: responsável pelo projeto, construção e melhoramento dos aeroportos e

aeródromos do Estado. Executa também a manutenção das aeronáves do Estado.

-METROPLAN: responsável pelo planejamento e operação do transporte de passageiros na região metropolitana.

Além destes, interferem na área de transporte, ao nível federal, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER, a Rede Ferroviária Federal SA-RFFSA e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos-CBTU.

2 RESÍNTÍESE DAS PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES

O Plano de Governo dará ênfase as integrações intermodais, levando em consideração na sua implementação as variáveis técnicas, econômicas e sociais e será constituído em etapas conforme a seguinte estrutura:

- Programa de Ação Imediata-PAI, com ações a serem implementadas no primeiro ano do governo.
- Programa de Ações de Curto Prazo-PAC, com ações implementadas até o segundo ano de governo.
- Programa de Ações a Longo Prazo-PAL, com ações que se efetivarão nos próximos anos, com horizonte no ano 2.000.

Para a implementação das ações previstas no Plano de Transportes, os órgãos setoriais estaduais, como o DAER, a CINTEA, o DEPRC, o DAE e a METROPLAN, deverão sofrer uma revisão de suas respectivas estruturas organizacionais, objetivando, entre outras vantagens, a informatização de suas rotinas ou atividades e uma perfeita coordenação das ações a serem empreendidas na área de transportes pelo novo Governo.

2.1 PLANO DIRETOR DE TRANSPORTES DO ESTADO

Elaboração e implantação do Plano Diretor de Transportes, a partir de estudos, debates e contribuições dos seminários promovidos pela FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA e está sendo apresentado para ampla discussão com a sociedade civil, sindicatos, associações classistas e lideranças comunitárias abrangendo:

2.1.1 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

- Implantação do Plano Rodoviário do Estado devidamente atualizado e revisado.
- Conservação, restauração e manutenção da Rede Rodoviária Estadual, mantendo em condições de tráfego e segurança aproximadamente 10.000 km de rodovias pavimentadas e ensaiçadas.

- Pavimentação de novas estradas, com prioridade para as estradas vicinais alimentadoras e trechos de futuras ligações transversais (aproximadamente 3.000 km).
- Aumento do policiamento, da fiscalização e do controle de tráfego nas rodovias.
- Implantação de terminais rodo-hidro-ferroviários, como o de Cachoeira do Sul em execução. Será adotado em Rio Pardo e Dona Francisca, extendendo-se a outras regiões do Estado.
- Ampliação da ligação rodoviária do Estado com países do Prata e Chile (Cone-Sul), através da construção da ponte São Borja-São Tomé e outra na região do Alto Uruguai.
- Numa visão de longo prazo, estudo para a implantação de novo terminal rodoviário de passageiros para o transporte de longo curso, em Porto Alegre, e reestruturação dos demais terminais no Estado, em padrões compatíveis de segurança e conforto.
- Criação de linhas de ônibus transversais metropolitanas, integradas com o TRENURB.
- Construção de terminal rodoviário turístico na região metropolitana de Porto Alegre e cidades pólos do Estado.
- Tratamento adequado das confluências das rodovias federais com as rodovias estaduais e municipais (DNER, DAER, Prefeituras), objetivando a redução do número de acidentes.
- Avaliação da viabilidade da utilização de novas tecnologias para o transporte tais como: Troleibus, Aeromóvel, Bondes Leves, promovendo ligações que requeiram sistemas de maior capacidade na Região Metropolitana de Porto Alegre e cidades pólos do Rio Grande do Sul.

2.1.2 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO

- Planejamento integrado com os demais modais de transportes (passageiros e bens), em articulação com o Governo Federal (RFFSA).
- Ampliação da rede a longo prazo através de convênio com a União, dentro de um plano estratégico de desenvolvimento regional (ligações de pólos de produção do Estado e ligação internacional com os países do Prata).
- Desenvolvimento de alternativas, em conjunto com a CBTU para melhor aproveitamento das potencialidades do TRENURB, até 300.000 passageiros/dia.
- Ampliação a rede do TRENURB para outros municípios da Grande Porto Alegre

213-TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

- Atualização e implementação do Plano Hidroviário do Estado.
- Exame da ligação das Bacias do Ibicuí-Jacuí, quanto a sua viabilidade, a médio e longo prazos, com a alternativa de transporte-ligações: Porto de Rio Grande-Rio Uruguai.
- Reativação do Porto de Porto Alegre, aproveitando o máximo de suas potencialidades e promovendo uma melhor integração intermodal de transportes.
- Estudo de viabilidade do aproveitamento hidroviário entre Porto Alegre/Guaíba para o transporte de passageiros.
- Melhoria das condições de navegabilidade e sinalização da rede hidroviária estadual: rios Jacuí, Taquari, Caí, Sinos, Gravataí, Guaíba, Lagoa dos Patos e do canal de acesso ao Porto de Rio Grande.
- Reavaliação dos equipamentos e das instalações portuárias dos Portos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.
- Estudo de viabilidade do aproveitamento da hidrovia da Lagoa Mirim visando a integração Uruguai-Porto de Rio Grande.

214-TRANSPORTE AERVIÁRIO

- Reparcelhamento dos aeroportos regionais, visando aumentar a segurança de voo e promover a integração das rotas aéreas das cidades pólos de desenvolvimento da região metropolitana de Porto Alegre, Zona Sul, Serra, Campanha, Planalto e Alto Uruguai, Missões e Planalto Médio, Centro-Oeste, Fronteira Oeste e Litoral Norte.
- Promover a construção de campos de aviação ou de pequenas pistas de pouso para aviões executivos e de aviação agrícola, nos municípios do interior.

215-TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

- Ampliar a integração do transporte rodoviário (urbano e metropolitano) com o TRENSURB, objetivando a redução de despesa com transporte, ampliação das alternativas de deslocamento dos usuários e redução do consumo energético.
- Reestruturação do sistema de transporte coletivo de passageiros por ônibus da região metropolitana de Porto Alegre e de longo curso (intermunicipal), quanto aos aspectos institucionais, operacionais e tarifários.

-Revisão dos critérios atuais de cálculos tarifários do DAER para a elaboração de Metodologia de Cálculo de Tarifas, submetendo à apreciação da Assembleia Legislativa, sob forma de Projeto de Lei.

-Revisão da legislação das concessões para o transporte metropolitano e intermunicipal de passageiros, com vistas ao aperfeiçoamento.

-Implantação de um efetivo sistema de fiscalização da qualidade do serviço de transporte de passageiros metropolitano e intermunicipal.

-Elaboração de um Programa de Adequação e Renovação da frota metropolitana, objetivando a inclusão de, no mínimo, 1.000 ônibus novos.

-Elaboração de um Programa de Adequação e Renovação da frota intermunicipal (longo curso), prevendo-se a inclusão de 1.000 ônibus novos.

-Programa de implantação de abrigos para passageiros e sinalização complementar nos pontos de paradas do transporte coletivo metropolitano e intermunicipal, tendo como meta a colocação de 1.000 abrigos para passageiros.

SANEAMENTO E RECURSOS

I - DIAGNOSTICO

CONFIDENCIAL

A Constituição Federal atribuiu aos municípios a responsabilidade de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos e industriais. Diante da dimensão dos recursos envolvidos e, reconhecendo a impossibilidade da grande maioria dos municípios de suprir tais necessidades, permitiu a outorga destes serviços ao Estado.

O Rio Grande do Sul apresenta, ainda hoje, baixos índices de atendimento de esgoto sanitário. Existem apenas 20% das redes coletoras necessárias e o seu tratamento é praticamente nulo. Assimale-se que, nas periferias das zonas urbanas, a ausência de coleta regular de lixo pelas municipalidades, a inexistência de drenagem, associada à ausência de esgotos cloacais tornam mais dramático o quadro sanitário, comprometendo inexoravelmente as condições de vida destas populações.

Em termos de esgotamento sanitário verifica-se que os padrões de atendimento são baixíssimos no que se refere à coleta e insignificantes no que diz respeito ao tratamento. A rigor, apenas parcialmente em algumas cidades (Santa Maria, Torres e Santa Cruz) e na área do Pólo Petroquímico (SITEL) existem eficientes sistemas de tratamento e destinação de esgotos. O mesmo ocorre em relação aos resíduos sólidos.

Quanto a distribuição de água tratada, embora o índice atingido no Estado possa ser considerado elevado (cerca de 90% das populações urbanas), é altamente preocupante que o sistema como um todo já tenha atingido níveis de saturação. É que as Estações de Tratamento e Bombeamento, bem como as redes adutoras e distribuidoras foram projetadas e implantadas para suportar taxas de crescimento inferiores às que realmente ocorreram. Hoje já se verifica deficiências em determinados sistemas do conjunto (cerca de 70 municípios, incluindo toda a região metropolitana). Também, neste aspecto, as populações marginalizadas são as mais atingidas.

Por sua vez, apesar de todos os municípios exercerem a coleta de lixo domiciliar - resíduos sólidos - não o fazem de forma a abranger toda a malha urbana, especialmente as periferias. Acresça-se a este fato a inexistência de coleta de lixo industrial e hospitalar na grande maioria dos municípios. Por certo, a fiscalização e a normatização do destino adequado destes resíduos é dever do Estado, uma vez que causa reflexos imediatos no meio ambiente e na saúde pública.

Por outro lado a drenagem urbana não tem merecido o menor aporte do Estado, quer técnico, quer financeiro. As obras de macrodrenagem (proteção contra cheias e canalização de arroios) que vinham sendo executadas pelo DNOS estão completamente paralisadas face à extinção daquele Órgão.

Quanto à defesa dos recursos hídricos, esboçam-se tímidas tentativas limitadas à área de estudos gerenciais das condições de determinadas bacias, através de Comitês.

A Constituição determina ao Estado a defesa de seus recursos hídricos. Na verdade, as condições dos nossos recursos hídricos apresentam um quadro preocupante e, se medidas sérias não forem já tomadas estaremos comprometendo, inevitavelmente, as futuras gerações.

É inadmissível, hoje, o antigo conceito de que a água se dispõe na natureza em quantidades ilimitadas e como fonte inesgotável.

O saneamento básico, à exceção da coleta e disposição final do lixo e, mesmo estes em parte, giram fundamentalmente em torno do elemento água. O uso conflitante e indiscriminado das águas, com o aumento conseqüente do consumo; o desmatamento constante de áreas marginais e de nascentes, associados ao emprego intensivo de defensivos agrícolas e despejos de resíduos industriais, vem contribuindo de forma acentuada para a progressiva degradação de nossos recursos hídricos.

Há pois a urgente necessidade de encarar-se um programa sério de Saneamento Básico para proteção de saúde pública e da qualidade ambiental de nossos mananciais. Este posicionamento implica na alocação de vultosos recursos financeiros. Tal aplicação deverá ser estruturada preferencialmente a nível de bacias cujas delimitações, via de regra, extrapolam os limites municipais, exigindo por conseqüência a intervenção do poder público estadual.

Aliás, é indispensável o reerguimento do órgão estadual responsável pelo saneamento - CORSAN. Atualmente é praticamente nula a capacidade de investimento desta empresa, posto que 66% de sua receita é consumida nos serviços de exploração do sistema, 13% para fazer frente a despesas de depreciação e 21% corresponde ao pagamento dos serviços da dívida.

Sem dúvida, a recuperação da CORSAN é essencial a viabilização, por exemplo, do atendimento mais amplo em esgotamento sanitário.

Recursos, orçamentários ou não, de todos os níveis de Governo devem ser buscados. Vastos são os argumentos para a sua alocação, fundamentados na importância sócio-econômica destes investimentos, traduzida pela intensiva utilização de mão-de-obra, ao propiciar elevada taxa de emprego por unidade de capital.

Cabe assinalar ainda que nosso Estado tem a característica de ser o único da Federação onde a concessão do serviço de água e esgoto da Capital não é da Cia. Estadual. Além disso, outras grandes cidades do Estado dispõem de serviços autônomos eficientes, nos quais as redes de esgotamento sanitário tem maior configuração do que as da CORSAN tanto em termos percentuais, como em termos globais.

É programa da Frente Progressista Gaúcha enfatizar a atuação desta empresa Estadual, ampliando e mantendo seus serviços de água e esgoto ao mesmo tempo em que propiciará apoio institucional e creditício aos serviços autônomos.

II - OBJETIVOS

Em vista do quadro existente serão fixados os seguintes objetivos da nossa Política de Saneamento e Recursos Hídricos:

- Proteção da Saúde Pública quanto a doenças de veiculação hídrica, pela distribuição de água potável e destinação adequada dos efluentes líquidos.
- Proteção da Saúde Pública pela limpeza urbana e adequada destinação dos resíduos sólidos (lixo).
- Proteção da População e de Imóveis contra enchentes e enxurradas.
- Proteção do Meio Ambiente pelo controle e adequado tratamento de agentes poluidores.
- Proteção do Meio Ambiente pelo controle do escoamento de águas pluviais, em áreas sujeitas a erosões e inundações.

III - PROPOSIÇÕES

O Governo da Frente Progressista Gaúcha para dar realidade a estes objetivos, se propõe a desenvolver as seguintes medidas:

- 1.-Fortalecimento e instrumentalização do Conselho de Recursos Hídricos do Estado (CRH/RS) com vistas a possibilitar o cumprimento de suas atribuições no planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos estaduais.

Ao CRH será atribuída a elaboração e implementação de um Plano Diretor de Recursos Hídricos do RS no qual ficarão consubstanciadas as ações do Governo Estadual em relação a:

- Saneamento Básico Urbano Industrial
- Irrigação e Drenagem
- Controle Hidrológico
- Conservação Ambiental

- Transporte Fluvial Lacustre
- Saneamento Rural

Com base nos objetivos e diretrizes do Plano Diretor far-se-á a hierarquização das ações alternativas situando-se em horizontes de curto, médio e longo prazos e detalhando no que respeita ao Saneamento Básico, aquelas ações voltadas para o atingimento das metas físicas para o período 1990-1994.

2-Criação de um fundo Estadual de Saneamento (FES) em substituição aos atuais FAE, com critérios de distribuição de recursos claros e objetivos (de preferência relacionados aos números populacionais), fiscalizados e dirigidos por um CES (Conselho Estadual de Saneamento), com representação paritária a nível estadual e municipal.

O fundo operaria com recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, de acordo com a natureza dos investimentos, e com critérios rígidos para a distribuição e alocação.

3-Valorização da CORSAN

-Viabilizar a reformulação tarifária com vistas a adoção de tarifa diferenciada, socialmente justa. Trata-se de, ao longo do Governo, implantar a Tarifa-Consumo necessariamente associada à ampliação dos níveis de medição, a fim de garantir a estabilidade financeira da Cia.

-Estabelecer indicadores operacionais reconhecidos nacionalmente, visando definir critérios para um aproveitamento mais racional do potencial técnico dos recursos humanos da CORSAN, aumentando a sua produtividade.

-Definir mecanismos que evitem a apropriação dos eventuais recursos superavitários do setor para outras atividades.

-Buscar parcelas de recursos orçamentários, não incidentes no cálculo das tarifas futuras, fato essencial para o atendimento mais amplo em esgoto sanitário.

4-Implementação de um Programa de Saneamento Urbano visando atingir as seguintes metas:

-Ampliação do Abastecimento de Água das zonas urbanas para atender à 95% da população em 1994.

-Ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário Urbano para atender à 50% da população em 1994 (índice atual de 20%).

-Implantação de instalações hidráulicas domiciliares mínimas de água e esgotos em sub-habitações urbanas periféricas.

SECRET

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

SECRET

CONFIDENTIAL

ABASTECIMENTO

DIAGNÓSTICO DO SETOR PRIMÁRIO

O setor primário do RS tem apresentado taxas de crescimento superiores à média nacional verificada nos últimos 30 anos. O mesmo aconteceu com a renda "per capita". Profundas mudanças estruturais aconteceram nesse período. Na metade do século, dois terços da população gaúcha era rural. Hoje apenas um terço dos habitantes vive no campo. Isso foi possível devido à acumulação de capital no setor e ao aumento da produtividade. Atualmente um trabalhador rural produz cinco vezes mais do que em 1950.

O setor tem reagido positivamente às contínuas mudanças políticas, estruturais e tecnológicas. No entanto, os ganhos sociais não acompanharam o mesmo ritmo. Não se registraram melhorias na distribuição da renda e no bem estar da população. Ao contrário, cresceu assustadoramente a pobreza no campo e nas cidades. Isso fica evidenciado pela proliferação de minifúndios no meio rural e das favelas nos centros urbanos.

Apesar de exibir indicadores econômicos satisfatórios, a economia do setor primário gaúcho apresenta extensos segmentos com baixa produtividade dos fatores terra, capital e trabalho. Existem empresas agropecuárias modernas, altamente capitalizadas e com apreciáveis índices de produtividade, ao lado de outras em situação oposta, como é o caso dos minifúndios e dos estabelecimentos que se dedicam à pecuária extensiva.

Por outro lado, é preciso registrar que o uso impróprio de práticas culturais e produtos químicos nas atividades rurais, tem causado danos lamentáveis ao ambiente e à saúde humana.

No RS, existem 20 milhões de hectares, dos quais 15 milhões são agricultáveis, estando, porém, apenas 50% cultivados. No meio rural, vivem 2,7 milhões de pessoas (1/3 da população) e estima-se que 1,5 milhão estejam marginalizadas.

A estrutura fundiária é extremamente concentrada. Enquanto 430 mil propriedades, com menos de 50 ha detém 25% da área total, 8 mil latifundiárias concentram 42% das terras. Existem 700 mil agricultores sem-terra, ou com terra insuficiente. Os minifúndios, parceiros, meeiros e arrendatários se multiplicam num cenário de baixa renda. O êxodo rural é uma das consequências deste quadro. A outra

consequência é a marginalização do homem do campo, população expressiva que constitui o contingente de agricultores sem-terra.

Os pequenos proprietários, de até 50 ha - desamparados de qualquer política agrícola, sem acesso a crédito e carentes de um maior apoio governamental - produzem mais de 97% do milho, do feijão, da mandioca, 77% do leite, 50% da soja, 40% do trigo e 20% do arroz. Absorvem 87% da mão-de-obra no campo, 62% dos tratores e detém 85% dos rebanhos suínos e de aves. Outra importante parcela da produção se deve aos médios proprietários.

Já os latifúndios absorvem somente 1,4% da mão-de-obra, 5,6% dos tratores e possuem 47% do rebanho bovino e menos de 2% do rebanho suíno e de aves.

É mínimo o apoio ao cooperativismo.

A introdução da tecnologia tem favorecido o aumento da produção nos setores voltados à exportação, mas minimamente, a produção voltada para o mercado interno. Este, inclusive, diminuiu em termos absolutos e relativos. Assim, produzimos 15,4 milhões de toneladas de grãos, abatemos 1,3 milhões de bovinos, 2 milhões de suínos e 176 milhões de frangos, enquanto o nosso povo passa fome e vive mal. Precisamos, também, importar 50% dos hortifrutigranjeiros, deixando de gerar empregos e reter rendas.

A pecuária bovina apresenta baixos índices de produtividade. A taxa de natalidade situa-se em apenas 50%, o desfrute em 12% e a idade de abate é elevada. Estes indicadores, quando comparados com os padrões internacionais, dão a dimensão do baixo nível tecnológico empregado. Como se sabe, em nosso Estado, predomina a criação extensiva.

A produtividade na bovinocultura de leite também deixa a desejar, em função da baixa qualidade dos rebanhos e das práticas produtivas adotadas. Atividade típica de pequenas propriedades, a produção de leite tem sido desestimulada mediante o controle do preço do produto pelo governo federal, cujos reajustes ficam abaixo do índice inflacionário, seguindo o achatamento salarial dos trabalhadores. Dessa forma, o produtor de leite tem subsidiado o baixo salário da classe assalariada.

A intermediação entre produtor e consumidor tem conformação monopolista, com reflexos negativos nos preços, seja para o produtor, seja para o consumidor.

O sistema estatal de assistência técnica encontra-se desparelhado e ineficiente. O solo está depauperado e os

rios sendo assoreados.

Observa-se uma elevada descapitalização dos empreendimentos rurais em benefício do sistema financeiro. O que se expressa na diminuição da área de lavoura de diversas culturas.

A política econômica do novo Governo Federal só tem agravado todos estes problemas, trazendo desestímulo aos produtores e prejuízos à sociedade.

A correção dessas distorções depende do esforço de toda a sociedade, sobretudo do setor público, na sua missão de agente indutor das mudanças e disciplinador das forças sociais, no sentido de assegurar para todos os benefícios do esforço coletivo.

INDIRETIZES

São compromissos prioritários:

- a) a modernização da agropecuária gaúcha;
- b) a democratização do capital destinado à produção da terra, ao trabalho e à agroindústria;
- c) as mudanças na forma e na eficiência do setor público estadual apoiar o setor primário;
- d) a promoção de uma agricultura voltada para os ganhos de produtividade da terra e do trabalho, para a redução do esforço físico e das doenças profissionais do campo, para a preservação do solo e do ambiente e para uma vida sadia e confortável no meio rural;
- e) a redução dos desperdícios na produção e na comercialização;
- f) a implementação de um sistema que assegure o abastecimento regular, permanente e acessível de bens essenciais às populações urbanas, especialmente aos aglomerados de menor poder aquisitivo;
- g) destinar recursos via Sistema Financeiro do Estado, preferencialmente para os produtores rurais organizados associativamente para a produção e comercialização de seus produtos;
- h) as cooperativas, sindicatos e associações terão participação direta nas decisões da Secretaria, relativas à produção agropecuária, através do Conselho Agropecuário e suas respectivas câmaras;
- i) finalmente, o compromisso de empreender esforços para elevar e melhor distribuir a renda no meio rural.

3 PROGRAMAS ESPECIAIS

31. Reorganização da Secretaria da Agricultura e Abastecimento

a) Remotivação e treinamento do quadro de pessoal para atingir dois objetivos principais:

- a recuperação da dignidade no exercício da função pública;
- aumentar o desempenho pelo exercício pleno de sua atividade profissional e prestar serviços à comunidade rio-grandense.

b) Modernização e implementação de modificações na estrutura organizacional e na forma de prestar serviços à produtores e empresários do setor rural.

c) Modernização de recursos materiais, financeiros e humanos, em conjunto com as entidades representativas dos produtores e empresários rurais através dos Conselhos Regionais.

d) Promoção de amplo debate com o meio rural, principalmente, sobre a oportunidade e a viabilidade de privatizar, reestruturar, realocar, extinguir órgãos vinculados à Secretaria.

32. Reforma Agrária

Desde o Banhado do Colégio e da Fazenda Noncai, o governo trabalhista tem a tradição do assentamento dos colonos sem-terra.

A reforma agrária tem sido, portanto, tema prioritário e historicamente defendido pelo trabalhismo no RS. Trata-se de matéria de competência federal, na qual o Governo Estadual atuará de forma complementar quanto à:

a) Negociação política com o Governo Federal para encaminhar soluções corretivas de distorções fundiárias e assentamentos de agricultores sem-terra.

b) Estímulo e promoção de assentamentos de agricultores sem-terra em conjunto com cooperativas de produtores rurais.

c) Estímulo à organização de Condomínios Rurais em projetos de assentamentos e reassentamentos de agricultores.

d) Organização de assentamentos observando a disposição natural das microbacias.

e) Equacionamento das questões de apoio aos assentados, especialmente no que respeita aos fluxos de abastecimento, escoamento da produção, assistência técnica e creditícia.

f) Regularização da situação domínial de imóveis produtivos

em convênios com o Governo Federal.

33 =Viabilização de Minifúndios

331 =Condomínio Rural

É uma forma associativa para viabilizar a propriedade rural, através da organização do estabelecimento, dos serviços, da comercialização e da agroindústria, dentro de uma visão que as comunidades rurais são as autoras, gestoras, executoras e beneficiárias do seu desenvolvimento econômico e social.

O Condomínio promoverá:

- a) a melhoria e a distribuição da renda e o conseqüente bem estar do produtor rural;
- b) a capacitação gerencial e empresarial do pequeno, médio produtor, meeiro, parceiro e arrendatário quanto a:
 - preservação dos recursos naturais
 - organização comunitária
 - verticalização da produção
 - a adoção de tecnologia e,
 - profissionalização da mão-de-obra;
- c) a mobilização do sistema financeiro estadual, na busca de recursos compatíveis com os objetivos do condomínio rural;
- d) o crédito para o condomínio rural se orientará sob a sistemática da equivalência em produto.

332 =Agroindústrias

Incentivar a implantação de agroindústrias junto a pólos regionais de produção de frutíferas, de produtos lácteos, de grãos, de raízes e olerícolas, integrando à produção de pequenos animais, produzidos de forma associativa, assim como apoiar a modernização tecnológica de agroindústrias já instaladas, será o propósito permanente do Governo.

A formação de agroindústrias em pólos regionais de desenvolvimento se fará:

- a) através de Conselhos Regionais de Desenvolvimento para identificar prioridades de investimentos em agroindústrias;
- b) pela atuação junto ao Governo Federal e a Órgãos de Financiamento Internacional para definir linhas de crédito a serem destinadas à agroindústria e ao custeio da produção associativa;
- c) pela organização de canais de comercialização para viabilizar, inclusive, o escoamento da produção através do

333 Associação de Produtores

a) Distrito de Irrigação:

- Construção de reservatórios de água para uso associativo na exploração agrícola.

b) Estímulo e ampliação dos programas de apoio à pequena propriedade:

- APSAT (Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica)

- FEAPER (Fundo Estadual de Apoio à Pequena Empresa Rural)

- Troca-Troca

- Feira de produtores agrícolas.

- Centrais Regionais de Abastecimento

34 Capacitação Massiva de Mão-de-Obra

Os propósitos de incorporação massiva de agricultores a um processo associativo, deve ser uma constante e um imperativo em todas as medidas e políticas de distribuição de terra, de crédito, de reorganização de minifúndios, de organização cooperativa, de armazenamento, de agroindústrias, de comercialização de produtos agrícola e, sobretudo, de PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO destinados a garantir a eficácia daquelas medidas.

Sem capacitação massiva, a maior parte dos agricultores permanece alheia aos esforços governamentais e, portanto, sujeita à descrença e à indiferença.

Assim, através de laboratórios e centros de treinamento, que serão realizados especialmente nas regiões mais pobres, se capacitarão os quadros de formadores e participantes das centenas de empresas (Condomínios Rurais) que surgirão naturalmente durante a execução do programa. Nesses laboratórios, também se promoverão cursos profissionalizantes em diferentes atividades de produção e serviços rurais e urbanos.

35 Extensão Rural

Fortalecer e apoiar o sistema oficial de extensão rural - EMATER, como instrumento de execução de programas de apoio à produção, tais como:

- difusão de tecnologia agropecuária;

- apoio à organização de Condomínios Rurais;

- gestão agrícola (Administração Rural);

- educação supletiva da família rural;

- capacitação da mão-de-obra rural;

- informação;

- crédito rural orientado;
- apoio à pequena agroindústria rural;
- fomento;
- extensão pesqueira;
- apoio aos assentamentos de reforma agrária;
- classificação de produtos vegetais;
- integração com as instituições de pesquisa e ensino.

36 - Pesquisa Agropecuária

- a) Definição dos objetivos da pesquisa agropecuária como retaguarda científica e tecnológica às diretrizes e programas da Frente Progressista Gaúcha.
- b) Destinação de recursos materiais, financeiros e humanos compatíveis para atingir os objetivos dos programas propostos.
- c) Articulação da pesquisa oficial do Estado com as Universidades, entidades privadas e organismos públicos federais afins.

37 - Conservação do Solo

- a) Ampliação do programa de microbacias hidrográficas.
- b) Subordinação do apoio creditício à adoção de práticas conservacionistas.
- c) Estímulo ao reflorestamento ecológico em áreas degradadas, margens de rios, nascentes e topo de morros, através de ações articuladas com os municípios e suas entidades comunitárias.
- d) Orientação aos órgãos oficiais de extensão rural e fomento para priorizarem ações voltadas para a preservação e recuperação da fertilidade do solo.

38 - Florestamento e Reflorestamento

- a) Estímulo à reposição da cobertura florestal do Estado.
- b) Apoio ao reflorestamento energético com vistas ao suprimento de lenha às empresas cerâmicas, olarias, padarias, estufas de fumo, carvoarias, secadores de grãos e outras.
- c) Realização de reflorestamento ecológico nas rodovias, fixação de dunas e áreas desertificáveis.
- d) Estímulo ao reflorestamento econômico para fins industriais: papel e celulose, madeira e móveis, construção civil e outros usos.
- e) Estímulo à implantação do pólo madeireiro na zona sul do

Estado.

f) Reparcelamento dos Parques e reservas biológicas do Estado.

39 IRRIGAÇÃO

a) Ampliação do levantamento dos recursos hídricos do Estado.

b) Ampliação do programa de irrigação de pequenas propriedades.

c) Extensão de energia elétrica às regiões arroyeiras do extremo sul e fronteira oeste do RS.

d) Apoio técnico a projetos de irrigação da iniciativa privada.

310 COOPERATIVISMO

A Frente Progressista Gaúcha incentivará o Cooperativismo:

- a participar no planejamento e implantação dos Condomínios Rurais e dos CIEPs rurais, bem como nas diversas áreas que alcançam seus interesses, especialmente através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento;

- a contribuir para o aumento da rentabilidade da pequena e média propriedade rural, através da agroindústria do produtor cooperativado e da intervenção nos mecanismos internacionais de troca desfavoráveis aos produtores;

- a superar a crise que atravessa nosso cooperativismo, contribuindo para sua afirmação como empresa social, tornando mais adequada a participação dos associados, conquistando um gerenciamento eficaz, unificando e fortalecendo a representatividade política;

- a formarem um Fundo Rotativo com recursos oriundos da tributação sobre suas atividades, que serão utilizados conforme as prioridades estabelecidas pelo conjunto do próprio sistema cooperativo.

O Governo Collares dará respaldo aos justos reclamos das cooperativas junto ao Governo Federal, especialmente em política agrícola.

4 PROGRAMAS DE APOIO À LAVOURA

41 MILHO

a) Aumento da produtividade com base na assistência técnica e extensão rural.

b) Redução das perdas posteriores à colheita:

- armazéns comunitários;
- Centros Integrados de Armazenagem;
- unidades coletoras junto aos centros de produção;
- países ao nível de propriedade;

c) Estímulo à irrigação nas pequenas propriedades.

42 =Feijão

a) Elevação do nível tecnológico:

- produção de novas variedades com potencial genético para elevar a produtividade;
- apoiar projetos de produção de sementes fiscalizadas.

b) Organização da produção.

c) Armazenagem comunitária.

d) Apoio à atuação do grupo Pró-Feijão.

43 =Cebola e Alho

a) Apoio à projetos de pesquisa de variedades de cebola:

- recuperação de material genético de boa qualidade;
- produção de novas variedades com adequada resistência à armazenagem e ao transporte.

b) Assistência técnica com ênfase na orientação sobre a fertilidade do solo.

c) Análise da possibilidade de aproveitamento das instalações da PROGRASA.

d) Adequação da estrutura da Estação Experimental Domingos Petroline para desenvolver projetos de pesquisa para alho e cebola.

e) Estimular a organização de condomínios rurais entre os produtores.

44 =ARROZ

a) Estímulo a programas de controle do arroz vermelho:

- rotação de culturas;
- sistematização do solo;
- fiscalização do comércio de sementes.

b) Pesquisa de alternativas técnicas e econômicas para a exploração de resteva de arroz.

c) Análise da estrutura que sustenta a pesquisa de arroz no RS com implantação das alternativas viáveis.

45 =Sua e Iriga

- a) Apoio a programas de recuperação da fertilidade e conservação de solos.
- b) Estímulos a programas de pesquisa para manter e melhorar o material genético com vistas ao aumento da produtividade.
- c) Estimular as formas associativas para o beneficiamento de trigo.

46 =Outras Lavouras

Com o intuito de apoiar todas as atividades produtivas que agreguem renda e diversifiquem a oferta de alimentos, o Governo estimulará a introdução de novos cultivos e a ampliação de outros já existentes, tais como: aveia, centeio, cevada, sorgo, linho, colza, girassol, milho-verde e milho pipoca, entre outros.

47 =Controle de Pragas e Doenças

- a) Serão desenvolvidos programas especiais de combate a pragas de ocorrência episódica, como o gafanhoto, e permanente, como a caturrita.
- b) Investir na infra-estrutura de laboratório e pesquisa de órgãos voltados para o controle fitossanitário.

5 =PROGRAMAS DE APOIO A OLERICULTURA E FRUTICULTURA

51 =Estimular a formação de pólos regionais de olericultura, com prioridades nas regiões:

- Litoral Norte
- Zona Sul

52 =Desagregações associativa rural:

- formação de mercados coletores;
- organização de sistemas para distribuição aos centros consumidores, a partir dos mercados coletores.

53 =Estímulo ao desenvolvimento de cinturões verdes, articulando a atuação do Estado, municípios e comunidades.

54 =Apoio à feira de produtores de olerícolas

55 =Macã

- a) Organização de pequenos produtores para a construção de câmaras frigoríficas comunitárias.
- b) Instalação de mercados coletores junto à região de pomicultura.

c) Desenvolvimento de pesquisa para alternativas econômicas de outras frutíferas na região da maçã.

56 = Vitivinicultura

a) Apoio à pesquisa na Estação Experimental de Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

b) Integração da atividade de pesquisa da Secretaria de Agricultura com a EMBRAPA.

c) Reorganização do sistema de fiscalização do vinho

d) Introdução de técnicas adequadas de manejo dos parreirais para melhorar a qualidade da uva produzida.

e) Viabilizar a organização de um núcleo regional de produtores de uva e vinho do Cone-Sul.

57 = Cênsens

a) Organização dos produtores em Condomínios Rurais para a formação de pequenas agroindústrias.

b) Intensificação da assistência técnica aos produtores.

58 = Mecanamento de mão-de-obra para serviços especializados em fruticultura junto às regiões produtoras.

6 = PROGRAMA DE ARMAZENAGEM

61 = Sílios de Armazenagem

Programa que tem por objetivo transformar as unidades da Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, em verdadeiros Centros Integrados de Armazenagem, através da implementação de medidas como:

a) Adequação das unidades existentes para uma prestação de serviços diversificados, tornando-as polivalentes.

b) Instalação regional de postos de coleta junto aos pequenos produtores, especialmente com vistas ao recolhimento de milho, feijão e hortigrangeiros.

c) Criação de Centros de Treinamento junto às Unidades da CESA, objetivando transferir para a comunidade os conhecimentos acumulados pela Companhia no campo de armazenagem.

d) Prestação de serviços à comunidade no que concerne à orientação técnica, elaboração e análise de projetos de armazenagem.

e) Articulação dos organismos públicos com atuação nessa área.

f) Integração com as cooperativas de produtores rurais no sentido do preenchimento de vazios na oferta de armazenagem em determinadas regiões.

g) Reparcelhamento das unidades da CESA com vistas à prestação de serviço de forma mais eficaz.

h) Integração com o setor de transportes objetivando facilitar a ligação entre os produtores e o armazenamento da produção.

2 - Armazenagem Comunitária

Através deste programa o Governo Collares pretende estimular os pequenos produtores rurais a se organizarem para a construção de armazéns comunitários.

Para isso, serão criadas facilidades por parte de órgãos públicos estaduais de extensão rural, fomento, armazenagem e crédito, os quais se articularão entre si e com as entidades representativas das comunidades, no sentido de apoiar aqueles produtores na implementação de projetos dessa natureza.

3 - Armazenagem Estratégica

Este programa pretende definir em conjunto com as entidades comunitárias, os projetos de armazenamento estratégico que interessam ao RS.

Os projetos dessa forma identificados, serão tecnicamente elaborados pela CESA no que tange à finalidade, tipo, capacidade e localização.

A concretização dos mesmos ficará a cargo de entidades públicas e de cooperativas de produtores, segundo as facilidades e conveniências de cada setor, para proporcionar ao Estado melhores condições de formar estoques reguladores a médio e longo prazos.

4 - Armazenagem a Nível de Propriedades

Programa de apoio aos pequenos e médios produtores rurais para a implantação de unidades armazenadoras em suas propriedades.

Será ampliado o programa de paióis de milho tipo Chapecó, modelo que vem dando resultado satisfatório em outros estados e no próprio RS, onde já existe experiência acumulada pela FETAB e EMATER na implementação de projetos desse tipo, inclusive com apoio financeiro do Governo

7 PROGRAMAS DE ABASTECIMENTO

Os programas de abastecimento estão voltados prioritariamente para o atendimento às populações de baixa renda, tanto do lado dos produtores como dos consumidores, especialmente com respeito aos bens essenciais de consumo.

- a) Integração de organismos municipais, estaduais e federais com responsabilidade nessa área.
- b) Articulação de entidades públicas com cooperativas para a solução de problemas de abastecimento.
- c) Elaboração e implementação de programas regionais de abastecimento, inclusive com a implantação de Centrais Regionais de Abastecimento.
- d) Promoção de articulações entre pequenos produtores com o setor empresarial, estimulando a cooperação recíproca na solução de problemas de abastecimento.
- e) Recuperação de experiências bem sucedidas que tenham sido abandonadas.
- f) Revisão e ampliação de experiências bem sucedidas ou promissoras que estejam em curso.

8 PROGRAMAS DE APOIO À PECUÁRIA E PISCICULTURA

81 Bovinocultura

811 Gado Leiteiro

- a) aumento de produtividade através de:
- intensificação da assistência técnica;
 - melhoramento do manejo
 - melhoramento alimentar

b) oficialização do controle leiteiro como prática de manejo em todos os rebanhos de raças leiteiras definidas, através de:

- associações de Criadores;
- Inspeções Veterinárias e Zootécnicas da Secretaria da Agricultura;
- Central Rio-Grandense de Inseminação Artificial - CRIA;
- EMATER;
- Prefeituras municipais;
- Universidades.

c) Formação de estoques reguladores de leite em pó.

d) Estímulo à organização dos produtores em condomínios rurais com vistas à construção de tambos e silos de

utilização associativa.

812 -Ovino de corte e búfalos

a) Programas de integração com a lavoura

b) Melhoramento zootécnico do rebanho.

c) Fomento e assistência técnica para os produtores de pequeno e médio portes com criação extensiva.

d) Incentivo à produção de novilhos precoces

e) Programas de poços e açudes nas regiões sujeitas à secas periódicas.

f) Estímulo à organização de cooperativas prestadoras de serviços.

g) Incentivo às feiras de terneiros.

h) Implementação da fiscalização sanitárias dos abates, através da Secretaria da Agricultura.

82 -Suinocultura

a) Fomento a implantação de condomínios suinícolas no Estado.

b) Estímulo à produção e armazenamento de milho na propriedade dos próprios criadores.

c) Programas de melhoramento genético e tecnológico.

d) Ampliação da extensão rural e assistência técnica aos pequenos produtores.

83 -Avicultura

a) Auto-suficiência de milho no Estado:

- elevação da produtividade;

- redução de perdas após a colheita;

- armazenagem estratégica.

b) Estímulos à produção e armazenamento do milho nas propriedades.

c) Programa para a formação de matrizes avícolas, integrado aos países do cone sul.

d) Apoio de assistência técnica e extensão rural aos produtores avícolas.

84 -Ovinicultura

a) Aumento de produtividade ao nível de pequenos e médios

criadores:

- intensificação da orientação técnica;
- melhoramento zootécnico.

b)Estímulo à criação de ovinos tipo carne nas pequenas propriedades.

85 -Criação de Pequenos Animais

Objetivando alternativas econômicas para a pequena propriedade e pequenos empresários, serãoacionados mecanismos de apoio à criação de animais como coelhos, codornas, chinchilas, rãs, escargots, abelhas e sericicultura, entre outras.

86 -Sanidade Animal

a)Reestruturação do Departamento de Produção Animal.

b)Integração das atividades do DPA com o Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor.

c)Destinação de recursos materiais e financeiros para a execução dos serviços de controle e orientação ao produtor.

d)Treinamento e aperfeiçoamento de técnicos e guardas sanitários rurais.

87 -Pesca Artesanal

a)Programas de recuperação dos ambientes naturais.

b)Apoio à fiscalização da pesca.

c)Promoção de convênios e articulações com órgãos encarregados da pesca como a Universidade de Rio Grande, SUDEPE, Prefeituras e Colônias de Pescadores.

88 -Piscicultura

a)Desenvolvimento de estudos científicos sobre o ambiente criatório, manejo, doenças, manutenção e alimentação de espécies de água doce.

b)Incentivo à formação de condomínios, associações e cooperativas para expandir a criação e distribuição de alevinos aos criadores e peixes aos consumidores.

c)Viabilização de apoio creditício para financiamento de projetos de piscicultura ao pequeno produtor.

d)Implantação de pequenas unidades frigoríficas junto às colônias de pescadores.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

I - Síntese do Diagnóstico

O PIB do Rio Grande do Sul atingiu a US\$ 27 bilhões em 1987, tendo alcançado uma evolução de 5,2% sobre o ano anterior. A economia rio-grandense participa com 7,5% no produto nacional.

A contribuição setorial na formação do produto gaúcho tem por base a seguinte estrutura: Agricultura 14%, Indústria 32% e Serviços 54%.

Historicamente, a economia gaúcha evoluiu através de forte participação do setor primário que deu suporte para a formação de uma base industrial diversificada, tanto produzindo matérias-primas para industrialização, como absorvendo bens para uso nas atividades agrícolas.

Após expansão acelerada na década de 70, quando obteve-se uma taxa média de crescimento anual de 9,6%, esta passou a modestos 2,3% a.a. nos anos 80. Nestas duas décadas, ao nível nacional, as taxas foram de 8,6% e 2,2%, respectivamente. O desempenho da economia gaúcha, verificado nesses últimos anos, deixou a desejar no que tange a melhoria dos níveis de vida da população, visto que foi sustentado fundamentalmente pela agricultura, produzindo poucos efeitos nas atividades urbanas, não gerando, conseqüentemente, empregos em volume necessário para abrigar o contingente de pessoas que ingressam no mercado de trabalho. Como resultado, ocorreu acentuada marginalização da população e incremento das atividades informais.

No período 1987/1989, enquanto o produto brasileiro acumulou 6,5% de acréscimo, o estadual apenas 1%, ficando muito aquém do crescimento populacional de 2% ao ano verificado no Estado e conflitando com a necessidade de geração de empregos que supera a 200.000 anuais.

Neste contexto, a indústria rio-grandense vem sinalizando enfraquecimento na capacidade de expansão. Após um crescimento acentuado na década de 70, cuja média atingiu 13,0% ao ano, esta caiu para 1,4%, em média, nos anos 80. No período 1987/1989, enquanto o setor cresceu 1,4% ao nível nacional, no Rio Grande do Sul decresceu 0,2%.

A indústria gaúcha responde por cerca de 7% do produto industrial nacional.

O conjunto de fatores que impulsionaram a indústria gaúcha na década de 70, pode ser atribuído à expansão da agricultura, a explosão no processo de urbanização e ao crescimento das exportações. Já a desaceleração nos anos 80 decorreu, fundamentalmente, de conjuntura econômica desfavorável, do descaso do Governo Federal com o Estado e da retração dos investimentos públicos de parte do governo estadual.

O setor industrial no Rio Grande do Sul apresenta a seguinte estrutura: Indústria de transformação (86,2%), construção civil (8,6%), serviços industriais de utilidade pública (5,0%) e extrativa mineral (0,2%).

Conforme se verifica na tabela 1, a indústria de transformação abriga 28.392 empresas, ocupa um contingente de mão-de-obra da ordem de 584.000 pessoas e responde por 64,5% do ICMS estadual. Em termos de valor agregado, os segmentos industriais que mais se destacam na economia gaúcha são: produtos alimentares (17%), calçados (13%), mecânica (10%), metalúrgica (9%) e química (8%). Na geração de empregos, os destaques são: calçados (29%), produtos alimentares (14%), metalúrgica (9%), mecânica (8%) e couros e peles (5%).

TABELA 1

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO, VALOR ADICIONADO E GERAÇÃO DE ICMs POR SEGMENTOS INDUSTRIAIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA

RIO GRANDE DO SUL - 1988

COD. IBGE	SEGMENTOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	NOM. EST.	PESS. OCUP.	PT. VL. ADIC.	PART. ICM
10	MINERAIS NÃO METÁLICOS	2367	19323	2,80	3,78
11	METALÚRGICA	3363	50159	8,74	7,37
12	MECÂNICA	1270	46486	10,29	7,50
13	MAT. ELETR. E DE COMUN.	334	12979	3,03	2,48
14	MATERIAL DE TRANSPORTE	611	21464	4,34	3,36
15	MADEIRA	2727	20090	1,57	1,37
16	MOBILIÁRIO	1942	24834	2,53	2,02
17	PAPEL E PAPELÃO	310	13280	3,01	2,50
18	BORRACHA	105	7237	1,93	1,82
19	Couro, PELES E SIMILARES	319	26748	3,89	8,74
20	QUÍMICA	225	9776	6,11	8,62
20-41	FERTILIZANTES	38	3187	1,59	0,01
21	PROD. FARMACÊUT. E VETERIN.	46	917	0,23	0,16
22	PERFUM, SABOES E VELAS	319	3010	0,61	0,73
23	PROD. DE MAT. PLÁSTICAS	303	7770	3,50	1,36
24	TÊXTIL	1276	15192	2,51	1,31
25	VEST. E ART. DE TECIDOS	1973	17680	1,48	0,98
25-41	CALÇADOS	4531	167158	12,82	4,04
26	PRODUTOS ALIMENTARES	4004	79009	18,95	32,07
27	BEBIDAS	588	10624	3,22	8,56
28	FUMO	67	6094	4,32	7,51
29	EDITORIAL E GRÁFICA	409	7967	0,70	0,08
30	DIVERSOS	972	13109	1,86	1,65
	TOTAL DA IND. DE TRANSFORM.	28392	1584093	100,00	100,00
	COMÉRCIO ATACADISTA	8328	70807	37,94	37,77
	COMÉRCIO VAREJISTA	1193827	1486704	62,06	62,23
	TOTAL DO SETOR COMERCIAL	112155	1557511	100,00	100,00
	PART. DA IND. DE TRANSF. NO ESTADO	-	-	-	64,55
	PART. COMÉRCIO NO ESTD.	-	-	-	35,45
	TOTAL	-	-	-	100,00

FONTES: Relatório de Estatísticas Econômico-fiscais do RS - 1988 - Secretaria da Fazenda.

Vale lembrar, também, que o setor industrial encerra efeitos multiplicadores na economia, com impactos sobre a geração de renda e emprego, bem como impulsiona outros negócios, como comércio, serviços, etc. Em decorrência disso, as regiões que alcançam maiores graus de concentração industrial apresentam perspectivas de bem estar social mais elevados e resultam atrativas nos movimentos migratórios internos.

O processo de industrialização surge e se desenvolve a partir da disponibilidade de fatores da produção e em decorrência de vantagens locacionais e quanto mais rapidamente ocorre a acumulação de capital em uma região, maior é o processo de aglomeração industrial.

Desse processo resultam as disparidades regionais, as quais podem ser modificadas através de ações governamentais, caracteristicamente de longo prazo, embasadas no planejamento, mecanismo que permite estabelecer um futuro desejado e sistematizar os esforços com vistas a sua concretização.

No Rio grande do Sul, a concentração industrial é acentuada. Vinte e nove municípios da região da grande Porto Alegre e Vale do Rio dos Sinos (conforme tabela 2) abrangem 40% das empresas, respondem por 53% da oferta de empregos, geram 50% da renda e 48% do ICMS da indústria de transformação. Acrescendo-se outros 21 municípios da Encosta Superior do Nordeste (Região de Caxias do Sul), aglutinam-se 59% das empresas industriais, 70% da oferta de emprego, 66% do produto e 61% do ICMS.

TABELA 2

NUMERO DE EMPRESAS, PESSOAL OCUPADO, VALOR AGREGADO E GERAÇÃO DO ICMS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, POR REGIÕES

RIO GRANDE DO SUL - 1988

REGIÃO	MUN. QT.	EMPRESAS QUANT.	PE. OC. QUANT.	V.A. %	G.I. %
Grande Porto Alegre e Vale do Rio dos Sinos	29	11.348	306.910	50	48
Encosta Superior do Nordeste (Caxias do Sul)	21	5.296	102.017	16	13
Zona Sul (Pelotas)	15	1.109	30.171	6	7
Vale do Rio Pardo (Sta Cruz do Sul)	10	964	21.362	5	6
Vale do Taquari (Lageado)	15	1.250	30.853	4	3

CONVENÇÃO: V.A=Valor Agregado / G.I=Geração de ICMS
 FONTE: Relatório de Estatística Econômico-Fiscais do RS
 Secretaria da Fazenda - 1988

Com a recessão imposta à economia brasileira pelo governo federal, em decorrência do sequestro dos recursos depositados nos bancos que provocou a desestruturação do mercado de consumo e a descapitalização das empresas, aliada à ameaça de abertura de mercado à economia internacional, há grande risco de sucateamento das empresas industriais menos competitivas, principalmente das pequenas e médias. Esta hipótese baseia-se no fato de que a indústria brasileira, regra geral, não tem a maturidade tecnológica e operacional necessária para competir com o resto do mundo.

O setor comercial no Rio Grande do Sul, conforme tabela 1, é formado por um conjunto de cerca de 112.200 empresas, absorve uma força de trabalho da ordem de 560.000 pessoas e gera 35% do ICMS. Sua participação no PIB estadual atinge a 16%, configurando-se como a principal atividade do setor de serviços onde responde por 30% do produto setorial.

O comércio caracteriza-se por ser uma atividade altamente dependente do poder aquisitivo da classe assalariada e vem sendo, conseqüentemente, afetado pelas medidas contracionistas do poder de compra dos salários nos últimos anos. No período 1987/89, apresentou desempenho negativo da ordem de 25%, mesmo com a expansão de 6,6% verificada em 1989.

Na expansão das atividades comerciais, há forte influência das leis de mercado e o setor se fortalece a partir do crescimento das atividades produtivas, sobrando pouco espaço para ações governamentais voltadas especificamente a sua promoção.

Isto posto, apresenta-se a seguir os principais problemas que se interpõem a uma expansão mais acelerada das atividades industriais e comerciais no Rio Grande do Sul:

- Escassez de mão-de-obra especializada, apesar do excesso de mão-de-obra não qualificada;
- Deficiente oferta de infra-estrutura de apoio à função produtiva, de responsabilidade do setor público (energia, vias de transporte, meios de comunicação, etc.);
- Pouca competitividade das pequenas e médias empresas industriais, em função de deficiências tecnológicas, falta de mão-de-obra especializada e falta de financiamento de longo prazo;
- Pequena representatividade de segmentos de alta tecnologia no conjunto da indústria;
- Excessiva concentração industrial, acentuando as disparidades regionais e provocando hipertrofia urbana em algumas cidades;
- Descaso estatal às micro e pequenas empresas, constringendo a formação de uma base econômica nas regiões menos desenvolvidas;
- Falta de apoio do governo estadual às iniciativas desenvolvimentistas dos municípios do interior, representados pelos conselhos de desenvolvimento;
- Contencioso dos governos gaúchos com o poder central durante os anos 80, com prejuízo ao setor petroquímico e à infra-estrutura econômica;
- Conjuntura econômica desfavorável, em função de políticas monetárias equivocadas;
- Nível de isenção fiscal para microempresas menor do que no resto do País, prejudicando a capitalização das mesmas.

O comércio caracteriza-se por ser uma atividade altamente dependente do poder aquisitivo da classe assalariada e vem sendo, conseqüentemente, afetado pelas medidas contracionistas do poder de compra dos salários nos últimos anos. No período 1987/89, apresentou desempenho negativo da ordem de 25%, mesmo com a expansão de 6,6% verificada em 1989.

Na expansão das atividades comerciais, há forte influência das leis de mercado e o setor se fortalece a partir do crescimento das atividades produtivas, sobrando pouco espaço para ações governamentais voltadas especificamente a sua promoção.

Isto posto, apresenta-se a seguir os principais problemas que se interpõem a uma expansão mais acelerada das atividades industriais e comerciais no Rio Grande do Sul:

- Escassez de mão-de-obra especializada, apesar do excesso de mão-de-obra não qualificada;
- Deficiente oferta de infra-estrutura de apoio à função produtiva, de responsabilidade do setor público (energia, vias de transporte, meios de comunicação, etc.);
- Pouca competitividade das pequenas e médias empresas industriais, em função de deficiências tecnológicas, falta de mão-de-obra especializada e falta de financiamento de longo prazo;
- Pequena representatividade de segmentos de alta tecnologia no conjunto da indústria;
- Excessiva concentração industrial, acentuando as disparidades regionais e provocando hipertrofia urbana em algumas cidades;
- Descaso estatal às micro e pequenas empresas, restringindo a formação de uma base econômica nas regiões menos desenvolvidas;
- Falta de apoio do governo estadual às iniciativas desenvolvimentistas dos municípios do interior, representados pelos conselhos de desenvolvimento;
- Contencioso dos governos gaúchos com o poder central durante os anos 80, com prejuízo ao setor petroquímico e à infra-estrutura econômica;
- Conjuntura econômica desfavorável, em função de políticas monetárias equivocadas;
- Nível de isenção fiscal para microempresas menor do que no resto do País, prejudicando a capitalização das mesmas.

II - AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

Com base no diagnóstico sintético apresentado, o Governo da FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA propõe-se a atuar em cinco campos, com vistas a fomentar as atividades industriais e comerciais no Estado. Em cada uma delas, reuniu-se um conjunto de ações que serão implementadas pelo nosso governo.

1 - FOMENTO EMPRESARIAL

- Instituir um sistema de planejamento ao nível governamental sob uma coordenação única, como forma de integrar e racionalizar todas as ações desenvolvimentistas voltadas aos setores produtivos;
- Instituir Conselhos Regionais de Desenvolvimento, visando integrar entidades representativas da sociedade e governo no processo de desenvolvimento social e econômico;
- Implementar programas regionais de expansão econômica, articulados dentro de uma visão global de desenvolvimento estadual, priorizando as regiões menos privilegiadas do interior do Estado;
- Identificar e incentivar a implantação de projetos de grande impacto para as regiões menos desenvolvidas, visando a formação de uma base econômica com efeito multiplicador sobre a economia microrregional e a oferta de empregos.

2 - PROMOÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS AGROINDUSTRIAIS

- Fomentar integrações agroindustriais no Estado a partir das potencialidades microrregionais, realizando os estudos necessários (diagnósticos e programas de apoio) e colocando recursos financeiros à disposição para a implementação das mesmas, através dos bancos de desenvolvimento;
- Incentivar as cooperativas a implantar sistemas integrados de produção e industrialização em suas áreas de atuação, buscando verticalizar a produção agropecuária ao nível de propriedade rural e de região;
- Implementar um programa de produção de álcool carburante baseado em microdestilarias, com vistas a diminuir a evasão de recursos da economia estadual com a aquisição do combustível, que supera a US\$ 200 milhões/ano;
- Incentivar a industrialização do milho, do qual deriva vários produtos destinados à alimentação da população de baixa renda.

3 - PRESERVAÇÃO DA INDÚSTRIA GAÚCHA

- Implementar um sistema de treinamento e qualificação de mão-de-obra, buscando oferecer meios para as micros, pequenas e médias indústrias elevarem seus níveis de produtividade (essa ação será desenvolvida em conjunto com a comunidade industrial, a partir da estrutura existente - SENAI, SENAC, ESCOLAS TÉCNICAS e outras);
- Apoiar o desenvolvimento tecnológico nas pequenas e médias indústrias, objetivando elevar a competitividade das empresas gaúchas, mediante o engajamento da CIENTEC no desenvolvimento/aprimoramento de produtos e a implantação de berçários tecnológicos regionais (vale lembrar que a Constituição Estadual prevê dotação mínima de 1,5% ao fomento do ensino e da pesquisa científica e tecnológica);
- Intensificar a atuação dos bancos de desenvolvimento no apoio creditício de longo prazo às micro e pequenas indústrias em todo o Estado, consorciando a ação dos mesmos com o BANRINSUL que se faz presente em todos os municípios;
- Incentivar a formação de cooperativas de comercialização de produtos artesanais ao nível regional, envolvendo as Prefeituras Municipais e colocando um espaço à disposição em Porto Alegre para comercialização dos mesmos, bem como incentivar feiras por ocasião de eventos turísticos no Estado;
- Priorizar as indústrias gaúchas no fornecimento dos produtos adquiridos pelo setor público estadual, incentivando, desta forma, a produção local dos bens e serviços, com vistas a substituir aqueles originários de fora do Estado.

4 - MODIFICAÇÃO DO PERFIL PRODUTIVO NA REGIÃO DA FRONTEIRA

- Elaborar estudos em conjunto com o Uruguai e Argentina, visando identificar projetos de grande impacto com repercussões sobre os três países;
- Diagnosticar oportunidades industriais para a região da fronteira, em decorrência do processo de integração dos países do Cone-Sul;
- Incentivar a implantação de indústrias nos municípios da fronteira, oferecendo incentivo financeiro especial via FUNDOPEM.

5 - COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO POLO PETROQUÍMICO

- Realizar estudos visando avaliar a situação atual e as perspectivas futuras do Pólo Petroquímico;

- Realizar forte ação política, junto ao governo federal, com vistas a ampliação da REFAP e Central de Matérias-Primas da COPEBUL;
- Incentivar a implantação de novas unidades de segunda geração, como forma de diversificar a oferta de matérias-primas básicas de origem petroquímica, principalmente no campo da química fina;
- Realizar estudos objetivando identificar e avaliar a viabilidade de indústrias de terceira geração, a partir das matérias-primas básicas que estão sendo produzidas.

Ciência Tecnologia Informática

A incorporação de tecnologia à produção gaúcha foi possível mediante a conjugação profícua da operosidade do trabalhador gaúcho com o conhecimento tecnológico trazido por milhares de imigrantes europeus, aqui chegados há mais de um século e meio.

Durante muitos anos, esse sistema - que inicialmente foi espontâneo e se propagou através do ensino familiar - foi assistido por uma rede de ensino técnico e universitário, preocupada em dar suporte educacional forte para o desenvolvimento tecnológico.

Esse sistema formou importantes empresários a partir de modestas iniciativas. A vocação latente da população criou serviços e transformou matérias em produtos para o consumo interno e à exportação.

Nos últimos 25 anos, o sistema foi degradado pelo desgoverno, enquanto outros Estados se tornaram competitivos e ameaçam nosso parque industrial, sem esboço de uma ação coordenada.

1 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM DIAGNÓSTICO

As atividades de ciência e tecnologia no Estado têm se desenvolvido de maneira desordenada, devido, principalmente, à diversidade de vínculo das instituições:

- CIENTEC e FAPERGS, vinculadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia;
- Fundação de Pesquisa Agropecuária e o IRGA, vinculadas a Secretaria de Agricultura;
- LAFERGS e IPB, vinculados à Secretaria da Saúde e Meio Ambiente;
- Instituições particulares vinculadas ao setor produtivo, como o Centro de Pesquisa da FECOTRIGO e o Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins.
- Ação autônoma das universidades federais, particulares e unidades da Embrapa.

Não é demais salientar que as próprias instituições não estão integradas organizadamente. A integração se efetiva mais informalmente, ao nível de pesquisadores. Uma tendência a reverter este fato encontra-se na criação da Fundação que agrupa IPAGRO, Desidério Finamor, Fundação Zoobotânica, etc.

Congênere a esta, está também sendo estruturada a já constituída Fundação do Meio Ambiente. Essas duas teriam estrutura semelhante à CIENTEC, esta caracterizada pela atuação na área industrial.

Além disso, a escassez de recursos financeiros e as perdas salariais estão levando o sistema estadual ao desaparecimento, resultando na ausência de projetos e desmobilizando o corpo técnico.

No que concerne à Secretaria de Ciência e Tecnologia, esta tem sido inexpressiva, pois sua ação se restringe somente a duas instituições estaduais, não tendo injunção sobre as outras peças do sistema. Uma mudança significativa deverá ocorrer com a aplicação de 1,5 % do orçamento no fomento ao ensino e a pesquisa.

Outra característica marcante do momento é a drástica diminuição no aporte de recursos federais, seja através de verbas para Universidades e unidades da EMBRAPA, seja através dos bancos de fomento como FINEP, FIPEC, CNPq e CAPES. Com isso, ressentem-se os tradicionais tomadores: setor produtivo e centros de pesquisa em geral. Considerando, então, a diminuição desses aportes federais e o acréscimo dos recursos através do Fundo Estadual (1,5 %), pode-se depreender que há uma transferência para o nível estadual da promoção e incentivo da área de Ciência e Tecnologia.

Finalmente, cumpre destacar que, pela natureza intrínseca da CIÊNCIA e TECNOLOGIA, que atua num horizonte temporal adiante do tempo presente, torna-se difícil a consulta direta aos beneficiários (sociedade em geral), como pode-se levar a cabo em outras áreas de ação. Assim, a condução de um diagnóstico é aparentemente menos democrática, pois tem que ser feita através da consulta de um número mais restrito de informantes privilegiados (Cientistas, Professores, Pesquisadores, Tecnólogos, Associações em geral, etc).

Destaque especial merece a posição de entidades da comunidade tecnológica, abaixo relacionadas, tendo como signatários seus dirigentes, em documento de 03/07/90:

- Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
- Associação Nacional de Pesquisa Industrial
- Sindicato dos Engenheiros do RS
- Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins
- Associação Profissional dos Engenheiros Químicos
- Fundação de Pesquisa Tecnológica da Indústria Química
- Sociedade de Engenharia do RS.

Representando 50 mil profissionais da área tecnológica, fundamentam sua contribuição em três proposições:

- 11 - transformação da Secretaria Especial de C&T em Secretaria de Estado (já acolhida pelo Legislativo e Executivo).

- 12 - questionamento da representatividade, "lato sensu", dos atuais elementos da área tecnológica no Conselho da FAPERGS;
- 13 - a alteração de escolha do Presidente da FAPERGS e da composição de seu Conselho, para que leve em conta o firme compromisso com a Tecnologia, (transcendendo a área de Ciência Pura e Humanística, como até agora praticado).

2 = INFORMÁTICA EM DIAGNÓSTICO

No segmento de Informática, o RS já teve seu Pólo em posição mais significativa no contexto nacional.

Contrariamente, outros governos estaduais (RJ, MG, PR e SC) encamparam a causa e dotaram-se de uma forte vontade política de tornarem-se líderes na área, certos de que a Informática é um dos esteios e parte estratégica do desenvolvimento.

O RS ainda é:

- segundo em teleinformática;
- terceiro em automação industrial (robótica);
- quarto ou quinto nos segmentos restantes.

Da mesma forma, tem sido um forte e constante exportador de recursos humanos para outros Estados, devido à falta de oportunidades no mercado local.

Quanto ao uso da informática no Estado, ela está centrada ao nível operacional, carecendo de informações estratégicas de apoio à ação governamental. Além disso, a falta de integração entre as bases de dados dos órgãos públicos dificulta a prestação de informações ao público.

3 = MEIAS

O Governo Collares não pretende "inventar", mas sim gerenciar o que já existe. Criar, quando necessário, mas, principalmente, buscar eficiência, eficácia e efetividade, pela aplicação dos recursos humanos e materiais, de modo a fazer dessa área uma **PROTAGONISTA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO**.

A área de C & T e Informática é pródiga em cientistas, tendo instituições públicas e privadas com projetos em pleno desenvolvimento. Sem a premissa maniqueísta de pensar que a partir do novo governo surgirá o certo, e que tudo até então estava errado, surge a primeira meta: dar continuidade aos projetos em andamento, com prioridade àqueles cuja proposição foi amplamente respaldada pela comunidade científica e tecnológica, visando a melhoria de qualidade de vida da gente gaúcha, engajada nas metas principais de Educação, Saúde e Segurança.

Com esses contornos serão, posteriormente, detalhados os projetos, com seus objetivos, cronogramas, custos e fontes de recursos.

31 - METAS ESPECÍFICAS PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

31.1 - Prioridades Estaduais

Concentrar os recursos no atendimento às vocações, oportunidades e carências regionais, através de tecnologias adequadas, sem a preocupação, a priori, se a evolução se dá por tecnologia-de-ponta ou por tecnologia tradicional.

31.2 - Organização do Sistema de Ciência e Tecnologia

Reorganizar legal, técnica e administrativamente as entidades componentes do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, visando dotá-las de estrutura dinâmica, preparandoras para serem competitivas dentro da nova geografia de atuação em que estão sendo inseridas, com as quedas-de-muros da América Latina.

31.3 - Programa Plurianual

Promover um Programa Integrado Plurianual de C & T em conjunto com o setor produtivo e setores de pesquisa, principalmente voltado às pequenas e médias empresas.

31.4 - Função da Secretaria de Ciência e Tecnologia

Orientar a SC&T para o grande gerenciamento das atividades de C&T no Estado, articulando, através de suas respectivas Secretarias, de maneira sincronizada, as atividades das fundações estaduais de pesquisa (CIENTEC, Fundação de Pesquisa Agropecuária, Fundação do Meio Ambiente e LAFERGS/IPB) com as Universidades públicas e privadas, com o setor produtivo e com instituições de ensino médio profissionalizante.

31.5 - Aplicação dos Recursos de Investimentos

Orientar a utilização dos recursos do fundo de 1,5 % com base nas prioridades estaduais, favorecendo os grupamentos competentes, colocando a SC&T como sistema de controle da sociedade, no atingimento dos objetivos propostos pelos tomadores.

31.6 - Recursos Humanos

Aplicar plano de formação, fixação, alocação e realocação de recursos humanos nas entidades vinculadas ao Estado.

317 Incentivo as Indústrias Locais

Incentivar o desenvolvimento de indústrias locais para o atendimento à matriz de compra do setor público estadual.

318 Sucupimento de Empresas Modernas

Promover a formação de empresas intensas em tecnologia, a partir de conhecimento disponível por cientistas e técnicos, com a participação destes.

319 Implantação de Baccários Industriais junto às Estatais

Abrigar iniciativas empresariais associadas às entidades de pesquisa voltadas a produção de bens e serviços de alta tecnologia demandada por empresas estatais, especialmente junto à CRT e CEEE.

3110 Projeto Laboratório = Escola

Promover, em conjunto com a Secretaria de Educação, atividade de iniciação técnico-científica, através de intercâmbio de alunos do primeiro e segundo grau com Universidades e Centros de Pesquisa, de modo a motivar os alunos para Ciência e Tecnologia, premiando com estágio remunerado os mais capazes e vocacionados.

3111 Saúde

Identificar e juntar capacitações em Química Fina e Biotecnologia para a produção de vacinas e medicamentos em geral, com vistas ao atendimento do programa de saúde estadual, e, quando a economia de escala exigir, produzir para outros estados e países, promovendo com esses, intercâmbios através de permutas.

3112 Meio Ambiente

Introduzir o conceito da 'complementariedade' (e não 'suplementariedade') no desenvolvimento de tecnologia, levando em conta o impacto ambiental na hora de privilegiar investimentos públicos.

3113 Agricultura

Afora as amplas linhas de pesquisa tradicionais em cereais e oleaginosas, concentrar esforços no fomento à produção local de alimentos, com ênfase na substituição de hortigranjeiros importados de outros Estados.

3114 Habitação

Promover o estudo da utilização de insumos locais para construção de habitações populares, envolvendo materiais como cinzas de carvão, casca de arroz, solos e calcários.

3115 =Energia

Sincronizar esforços da CIENTEC, CRN e Universidades para aplicação de um plano de aproveitamento integral do carvão.

3116 =Integração Latino-Americana 7

Favorecer interrelacionamento das instituições de C&T com suas congêneres da América Latina, de modo a tornar mais efetiva a integração.

32 =METAS ESPECÍFICAS PARA INEFORMÁTICA

- 321 -Promover a descentralização, de forma coordenada, dos serviços de processamento de dados, utilizando eficazmente os recursos e serviços de informática para a modernização, desburocratização, agilização e racionalização da ação governamental, visando, primordialmente, a melhoria do atendimento ao cidadão.
- 322 -Criação de uma Central de Informações ao público, promovendo o livre acesso às bases de dados governamentais de interesse público, ressalvados os direitos de privacidade e as razões de segurança e sigilo pertinentes.
- 323 -Montagem de laboratórios de informática nos CIEP's e demais escolas estaduais.
- 324 -Formação de pessoal técnico, de nível médio, para as indústrias de informática.
- 325 -Incentivar centros de excelência na área de pesquisa, de acordo com a vocação regional.
- 326 -Desenvolver mecanismos eficazes para a criação de indústrias no setor de informática.

TURISMO

O turismo é a terceira fonte geradora de recursos no mundo, superada apenas pela indústria petrolífera e pela produção armamentista. Apresenta elevada lucratividade e, estudos internacionais estimam que, em média, para cada US\$ 0,17 aplicados, US\$ 1,00 é obtido de retorno. Estudos internacionais evidenciam, ainda, o efeito dinamizador desta atividade sobre o conjunto da economia e indicam que o investimento feito diretamente no setor turístico multiplica-se por cinco, repercutindo no comércio, no conjunto da indústria e nos demais ramos da prestação de serviços. Assim, o turismo configura-se como alternativa econômica, tanto no que se refere à geração de empregos, à obtenção de divisas, quanto à ampliação da arrecadação fiscal. Apesar disto, não recebe no Brasil, nem tampouco no Rio Grande do Sul, um tratamento adequado e contínuo, em razão da absoluta inexistência de uma política de fomento, apoio e divulgação dos produtos turísticos.

Aliás, as estatísticas oficiais (EMBRATUR) indicam um crescimento de 113,7%, nos últimos anos da década de 80, no que diz respeito à entrada de turistas no Brasil. No entanto, este crescimento é insignificante quando comparado ao movimento internacional, já que no ano de 1989, apenas 0,03% dos turistas de todo o mundo preferiram o Brasil.

Tal fato, sem dúvida, repercute desfavoravelmente no nosso Balanço de Pagamentos. A receita gerada pelo turismo mundial, no ano de 1989, foi cerca de 193 bilhões de dólares, sendo que ao Brasil correspondeu apenas a US\$ 1,2 bilhão, ou seja, 0,62% de tal montante. Ao mesmo tempo, a despesa do País, neste item, vem crescendo de forma sistemática, o que explica que a conta turismo no Balanço de Pagamento vem apresentando superávits inexpressivos, ou mesmo déficits.

A participação do setor, na pauta de exportações, reduziu-se de 4,6% em 88, para 3,6% em 1989 e, para agravar ainda mais a situação, diminuiu a média de permanência dos turistas estrangeiros no País, que de 17 dias em 88, baixou para 15 dias no ano passado.

A situação, no Rio Grande do Sul, não foge a este quadro de verdadeira marginalização a que foi relegado o turismo no plano nacional.

O primeiro - e, infelizmente o último - tratamento sistemático da atividade turística realizado no Estado data do Governo Leonel Brizola. Trata-se da criação do Serviço Estadual de Turismo e, o que é extremamente relevante, da elaboração do primeiro Plano de Aproveitamento Turístico do Estado. A partir daí, as políticas públicas foram caracterizadas pela

descontinuidade da ação de fomento, apoio e divulgação turística do Estado e pela inexistência de planejamento institucional, com os sucessivos governos limitando-se a criar ou extinguir os órgãos responsáveis pelo setor. Daí, decorre que os resultados positivos existentes, como é o caso do complexo turístico da Serra Gaúcha - Região das Hortências, sejam fruto sobretudo do segmento privado e da ação isolada do poder público de alguns municípios.

Mesmo assim, no plano nacional, a presença do Rio Grande do Sul, tem sido importante, o que revela o enorme potencial de desenvolvimento do Turismo no Estado. Assim, no que se refere aos visitantes de outros países que entram no Brasil, cerca de 1/3 o fazem pelo Rio Grande do Sul e, isto, corresponde a mais de trezentas mil pessoas, tornando o nosso Estado a segunda porta de entrada dos turistas estrangeiros. Cabe assinalar, que destes, 94,1% utilizaram a via terrestre, o que implica em maior disponibilidade de permanência e, a quase absoluta maioria eram originários da América do Sul, principalmente da Argentina e do Uruguai. Este aspecto demonstra, também ao nível do Turismo, a privilegiada posição de nosso Estado na integração do Cone Sul.

Não fomos capazes, contudo, de reter por mais de um ou dois dias tais turistas, tornando o Estado um mero corredor de passagem para o resto do País.

É fácil imaginar a perda de divisas e tributos que tal fato gera, ao se tomar por base que o visitante estrangeiro gasta em torno de 200 dólares/dia. Considerando o montante médio de turistas, que entram pelo Rio Grande do Sul, cada dia a mais representaria um ingresso de quase 80 milhões de dólares.

As condições que possibilitariam um maior tempo de estada existem: as distâncias não são grandes, possuímos boa malha rodoviária, variada diversificação de paisagens ou produtos turísticos e proximidade dos principais centros emissores, isto é, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Montevideo e Santiago do Chile. Mas, sobretudo, contamos com uma formação étnica extremamente variada - índios, negros, portugueses, espanhóis, italianos, alemães, poloneses, etc. - o que resulta, sem dúvida, em enorme riqueza cultural, dos costumes à culinária.

Ademais, a iniciativa privada tem suprido o setor de uma razoável infra-estrutura hoteleira. São 207 hotéis classificados pela Embratur, que ofertam 25.708 leitos.

A própria qualidade da formação da mão-de-obra para suprir o ramo hoteleiro e o turismo em geral, propiciada pelos empresários do setor, criou um padrão de serviços reconhecido nacionalmente, especializando e profissionalizando a já tradicional hospitalidade gaúcha.

Ao considerarmos o turismo interno, o Rio Grande do Sul ocupa também uma posição de destaque no Brasil. Uma pesquisa

recente da Embratur revelou que o nosso Estado era a segunda região na preferência dos turistas brasileiros, logo abaixo do litoral nordestino. Esta preferência, no entanto, não tem se materializado no fluxo turístico, num descompasso que, se por um lado confirma o potencial turístico do Estado, indica, por outro lado, o abandono a que está relegado o setor e a urgência de medidas da administração estadual, visando a dinamização desta atividade.

O Governo da FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA determinará rumos que colocarão o Rio Grande do Sul em posição de vanguarda no incremento e divulgação dos produtos turísticos, inesgotável e rentável fonte de 'produção limpa'. Para tanto, o GOVERNO COLLARES implementará as seguintes medidas:

I - RECOMPOSIÇÃO DO INSTRUMENTO GOVERNAMENTAL DE APOIO, FOMENTO E DIVULGAÇÃO AO TURISMO.

Reativação da Secretaria de Turismo, atendendo a uma antiga e justa reivindicação do empresariado da área turística, indicando um Secretário e mantendo a CRTUR - COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO, como organismo técnico e executor de projetos.

Criação do CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO com a participação dos empresários do setor, de representantes da imprensa especializada, de publicitários e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, etc.

Elaboração de um Plano de Aproveitamento Turístico para o Estado, dando ênfase à regionalização, baseada em associações de municípios, integrado aos planos regionais de desenvolvimento e com prioridades definidas pelo Conselho Estadual de Turismo.

II - ATUAÇÃO CONJUNTA COM AS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS VIA CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E O CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO VISANDO A ELABORAÇÃO DE UM CALENDÁRIO DE EVENTOS E DE ROTAS TURÍSTICAS.

Fixação da estratégia de divulgação do Estado: logomarca, propaganda institucional, etc. Elaboração de um programa de marketing para a área com o objetivo de atingir novos mercados, o maior número de pessoas, utilizando todos os meios informativos.

Definição de novos Pólos Turísticos (Estâncias Hidrominerais, Região Alemã, Região Italiana, Missões, Campanha Gaúcha, Litoral, etc) e incentivo aos já existentes (Serra Gaúcha, Região das Hortências, etc), de forma a promover eventos, festas, atrações culturais, bens de valor histórico, artístico e arqueológico.

III - CENTRO ESTADUAL DE CONVENÇÕES

O GOVERNO COLLARES irá dar prosseguimento ao Projeto Praia do Guaíba, elaborado ainda na Prefeitura de Porto Alegre. Neste, previa-se, ao lado da Usina do Gasômetro, a instalação de um Centro Estadual de Convenções. É sabido que não se deu prosseguimento ao projeto e, que a verba destinada a isso pela Embratur foi aplicada na construção do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu, devido ao desinteresse das autoridades estaduais.

IV - CRIAÇÃO DE PACOTES TURÍSTICOS NO ÂMBITO DO PROTOCOLO REGIONAL FRONTEIRIÇO (n. 23), com vistas a implementar o turismo no nordeste argentino e no sul do Brasil. Trata-se de atrair, para o Rio Grande do Sul, o turista argentino que vem utilizando o Estado apenas como corredor de passagem para outros pólos, especialmente Santa Catarina.

V - Elaboração de um Convênio de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Turismo e o similar argentino, para intercâmbio de informações e divulgação de eventos.

VI - Ação conjunta com a Embratur, transportadoras turísticas, agentes de viagens e entidades afins no sentido de atingir novos mercados, tanto no plano nacional, como internacional.

VII - Reativação do Projeto Cais do Porto, reutilizando os armazéns do Cais-Mauá com vistas a implantar feiras de artesanato, centro de exposições, restaurantes típicos, atividades culturais, hotel, etc. Trata-se de integrar a área portuária com o Centro da Cidade e com a Usina do Gasômetro.

ASSUNTOS INTERNACIONAIS

1 - DIAGNÓSTICO

1.1 - INTEGRAÇÃO DO CONE SUL

As experiências integracionistas Latino-Americanas sempre frustraram-se diante das negociações multilaterais, dadas as dificuldades na harmonização dos distintos níveis de desenvolvimento relativo das diversas economias da região.

A nova estratégia integracionista do Cone Sul está, atualmente, sendo conduzida através das negociações bilaterais, tendo como carro-chefe as brasileiro-argentinas, países detentores das economias mais influentes e diversificadas da região. A partir da harmonização destas duas economias e a consequente criação do mercado comum Argentino-Brasileiro, os demais países do Cone Sul irão, oportunamente, integrar-se ao mesmo, subscrevendo os Atos Internacionais firmados entre estes dois países.

Com a adesão do Uruguai ao futuro Mercado Comum, manifesto nos recentes encontros presidenciais, o Rio Grande do Sul vê seus interesses diretamente afetos pelas futuras negociações entre três países, uma vez que sua fronteira internacional inclui o Uruguai e a Argentina.

1.1.1 - INTEGRAÇÃO COM OS PAÍSES LIMITRÔFES COM O RIO GRANDE DO SUL

A) INTEGRAÇÃO BRASIL-ARGENTINA

O Tratado de Cooperação e Integração Econômica Brasil-Argentina, estipula que os dois países integrarão um espaço econômico comum no prazo de 4 anos. Esse espaço econômico comum será alcançado através da remoção de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços, bem como da harmonização das políticas aduaneiras de comércio interno e externo, agrícola, industrial, de transportes e comunicações, científica e tecnológica, e da coordenação das políticas em matéria monetária, fiscal, cambial e de capitais, além das demais políticas necessárias a formação de mercado comum entre os dois estados-parte, incluindo, entre outras, as relativas aos Recursos Humanos.

Essa caminhada rumo ao Mercado Comum deverá alterar substancialmente as condições individuais de ambos os países. Tudo o que existe em termos de projetos internos deverá ser revisto e analisado sob um novo enfoque. Em suma, ambas economias deverão sofrer um replanejamento, dada as novas condições. Se por um lado sabe-se que a economia dos dois países será globalmente atingida, por outro não se pode esquecer que o impacto maior se fará sentir na região de fronteira dos dois países, que poderá ser literalmente desarticulada caso não se realize um plano de adaptação a nova situação.

Com a assinatura do Protocolo Regional Fronteiriço - N.23, em novembro de 1988, criou-se a base institucional que formaliza a participação do Estado nas negociações, bem como propicia o estabelecimento de instrumentos meios e elementos para o processo de cooperação e complementação econômica ao nível fronteiriço entre os dois países.

B) INTEGRAÇÃO BRASIL-URUGUAI

A adesão do Uruguai no futuro Mercado Comum implica, ao nível Estadual, na inserção de mais produtos concorrenciais. Embora há muito prevista, foi relegada a segundo plano.

É dever do Governo do Estado alertar, com o objetivo de reorganizar e racionalizar as funções de produção evitando, assim, que setores inteiros da economia gaúcha seja prejudicada.

C) INTEGRAÇÃO BRASIL-URUGUAI-ARGENTINA: MERCADO COMUM TRIPARTITE

Sob o marco do Tratado de Integração nada foi feito que contemple o desenvolvimento da Região de Fronteira dos três países com o objetivo de quebrar a tendência histórica de região ligada ao setor primário, dependente de subsídios e políticas protecionistas. Por outro lado, não se criou condições para efetivar a cooperação e complementação econômica entre os três países, uma vez que a Região de Fronteira tem atividades fundamentalmente competitivas.

D) INTEGRAÇÃO COM OS PAISES DO CONE SUL, NÃO LIMITROFES AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Tendo em vista a impossibilidade do Estado do Rio Grande do Sul de participar de maneira institucional nas negociações com os demais países do Cone Sul não limitrofes

ao Estado, procuraremos formalizar cooperação nas áreas de interesse, previstas no âmbito dos Atos Internacionais firmados pelos respectivos governos federais. Desta maneira, a cooperação, com estes países será incluído no Capítulo 2 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM O RESTO DO MUNDO.

12 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Os esforços dos Governos Estaduais anteriores para estabelecer um intercâmbio de cooperação técnico-científica e tecnológica com a área internacional, bem como para a atração de investimentos estrangeiros, não foram eficazes.

A conjuntura desfavorável ao longo desta última década, caracterizada pelo regime de estagflação que desestimulava investimentos privados e de endividamento do setor estatal que não pode proporcionar a necessária infra-estrutura de serviços públicos, contribuíram para o fracasso destas iniciativas.

Na medida em que o Brasil encontra-se no limiar de um período de reaproximação econômica com a comunidade internacional, cabe ao Rio Grande do Sul, se aparelhar com urgência e já com algum atraso, para se beneficiar desta política de intercâmbio. Iniciativas de apoio do Estado aos empresários e a instituições públicas e privadas com o objetivo de transferir conhecimentos, tecnologia e atrair investimentos do exterior, já vem sendo praticados exemplarmente, há bastante tempo, pelos Governos de Minas Gerais, de São Paulo, e mais recentemente pelo do Rio de Janeiro.

O Itamaraty está desenvolvendo um Programa de Atração de Investimentos Estrangeiros associado com a transferência de tecnologia, contando com o apoio do International Trade Center, organismo da ONU, porém não encontrou ainda no Rio Grande do Sul, um órgão público ou privado, a altura de integrar a estrutura de suporte do sistema de informações, como interlocutor oficial no Estado.

O Rio Grande do Sul também perdeu recentemente a oportunidade de sediar um terminal da rede de cooperação de negócios da Comunidade Econômica Européia, que estava, em princípio, reservado ao BRDE, na medida da decretação da extinção deste órgão de fomento. Minas Gerais com o INDI, São Paulo com o BONESPA e o Rio de Janeiro com o AD-RIO já receberam este instrumental para identificar parceiros europeus para joint-ventures.

2 -PROPOSTAS

21 -INTEGRAÇÃO DO CONE SUL

211 -INTEGRAÇÃO COM OS PAÍSES LIMÍTROFES COM O RIO GRANDE DO SUL

A) INTEGRAÇÃO BRASIL-ARGENTINA

DEFINIÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA ESTADUAL FRENTE AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO.

Desde o início das negociações bilaterais, formalizadas em 1986 através da assinatura dos Protocolos dos Acordos de Cooperação e Complementação Econômica e Comercial, até a culminação do processo com a criação do Mercado Comum Argentino-Brasileiro, acordado no Tratado de Integração e Cooperação Econômica firmado em 1988 e ratificado por ambos os Congressos Nacionais, nada tem sido feito em termos objetivos para avaliar e redefinir uma política ao nível estadual, frente ao processo de integração, visando a implementação do Protocolo n. 23, dos referidos Acordos. Assim sendo, propomos a ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E TRABALHOS DE DIAGNÓSTICO, para o estabelecimento de programas, projetos, medidas e políticas destinadas a promover um desenvolvimento regional, no âmbito do Protocolo Regional Fronteiriço n. 23.

COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA FRONTEIRA-CEDIF.

O processo de integração tem sido feito de forma aleatória, sem a necessária consulta e/ou participação dos segmentos interessados. Assim sendo, propomos reestruturar e reforçar a CEDIF, com vistas a identificação e priorização dos projetos, programas, medidas e políticas a serem implementados no âmbito do Protocolo n. 23, com base no diagnóstico acima mencionado. Esta Comissão será coordenada pela Secretaria para Assuntos Internacionais e integrada por representantes do Legislativo Estadual, Conselhos Regionais e Representantes das Câmaras de Comércio Brasil/Argentina e Brasil/Uruguai, como membros permanentes. Como membros consultivos contaremos com representantes das demais Secretarias de Estado, bancos e entidades de fomento e entidades de classe.

ARTICULAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM BUENOS AIRES.

Até o presente momento não houve nenhuma ação objetiva no sentido de estabelecer em Buenos Aires, centro geo-político-econômico da Argentina e, palco-sede das rodadas das negociações bilaterais, mecanismos operacionais para a participação no processo de integração.

Para tanto, instalaremos uma representação oficial do Estado na Capital Argentina. Esta Representação terá fundamentalmente duas atribuições: A primeira, basicamente negociadora, uma vez que deverá representar oficialmente o Governo do Estado no Grupo de Trabalho Permanente do Protocolo n. 23. A segunda, de apoio à iniciativa privada gaúcha, principal protagonista do processo de integração, identificando potencialidades e oportunidades de negócios e emersendimentos conjuntos.

CANALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO (PROTOCOLO N.7) PARA A CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS BINACIONAIS (PROTOCOLO N.5)

Desde a firma dos Protocolos ns. 5 e 7, em 1986, nada foi feito no sentido de tentar canalizar para o Estado, através de alguma instituição de fomento Estadual e/ou regional, investimentos para empresas produtoras dos setores que integrem o programa de Integração Econômica. Assim sendo, a Frente Progressista Gaúcha pretende criar os mecanismos que viabilizem a canalização para o Estado de uma parcela substancial dos recursos oriundos do Fundo, para a implementação de empresas binacionais, prioritariamente para o Distrito Trinacional, a localizar-se na fronteira-oeste.

ARTICULAÇÃO COM O SEYOR PRIVADO FRENTE AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Desde o início das negociações Argentino-Brasileiras, não houve nenhuma ação no sentido de propiciar ao empresariado gaúcho acesso as informações das políticas, bem como do andamento das negociações, que possibilitem condições de mobilização, renegociação oportuna e o replanejamento dos diversos setores. Até o presente momento, somente seminários teóricos sobre integração foram organizados. Desta maneira, a FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA organizará um Ciclo de Estudos concernente ao andamento das negociações dos vários Protocolos que compõe os Acordos de Cooperação e Complementação Econômica e Comercial. Este ciclo de estudos será organizado periodicamente, coincidindo com as rodadas de negociação.

O público alvo será o empresariado gaúcho, ao qual será provido todo o tipo de informações, inclusive assessoramento individual, com o objetivo de situar seu produto no contexto das negociações.

GASODUTO BRASIL-ARGENTINA

A falta de estudos técnicos de viabilidade para uma definição e posicionamento político com respeito ao projeto do Gasoduto Brasil-Argentina, levam o atual Governo Estadual a pleitos, em nível federal, totalmente desarticulados e talvez até a perda do Projeto.

Considerando que a compra do gás natural é fundamental para o incremento da matriz energética do Estado, frente a crise prevista para curto e médio prazo;

Considerando que a compra do gás natural, produto não concorrencial aos do Estado, servirá para o equilíbrio da balança comercial entre os dois países;

Considerando que este projeto viabilizará o desenvolvimento das técnicas de gaseificação do carvão;

Considerando a necessidade deste energético para a instalação do Distrito Industrial Trilateral;

A FRENTE PROGRESSISTA GAUCHA propõe equacionar política e tecnicamente o projeto, conforme os interesses estaduais.

COOPERAÇÃO ACADÊMICA E CULTURAL

Totalmente relegada ao esquecimento, esta área de cooperação passou despercebida nas tratativas realizadas. As oportunidades surgidas têm sido, eventualmente, aproveitadas por iniciativa própria de instituições de ensino e órgãos de cultura públicos e privados locais, sem qualquer colaboração do governo gaúcho, que carece de uma organização mínima nesta área.

Desta maneira, o GOVERNO DOLLARES, pretende criar mecanismos que equacionem e viabilizem projetos nesta área de cooperação.

No que tange a cooperação acadêmica, priorizamos projetos de suporte na criação de institutos binacionais de ensino superior, intercâmbio acadêmico e para revalidação de diplomas.

Por outro lado, através do Protocolo n.18 promoveremos a cooperação cultural através de Programas nos setores de Televisão, Rádio, Cinema, Livros, Artes Visuais, Teatro e Música.

INTEGRAÇÃO FÍSICA

Considerando a criação do Mercado Comum previsto para 1994, por um lado, e a extensão da fronteira gaúcha com

a argentina, ao longo do Rio Uruguai por outro, detectamos a importância de viabilizar a agilização do intercâmbio que se fará entre os dois Estados-Parte.

Para tanto, vemos como necessária a construção de pelo menos mais uma ponte internacional, a localizar-se na região do Alto Uruguai. Por outro lado a FRENTE PROGRESSISTA GAUCHA comprometer-se, também, a gestionar junto aos Governos Federais de ambos os países, a oficialização e habilitação para Comércio Exterior dos portos fluviais dos municípios fronteiriços.

B) INTEGRAÇÃO BRASIL-URUGUAI

INCLUIR INSTITUCIONALMENTE O RIO GRANDE DO SUL NAS NEGOCIAÇÕES BILATERAIS.

Com este objetivo, gestionaremos em nível federal de ambos os países a renegociação do Estatuto Jurídico da Fronteira Brasil-Uruguai, acordado em 1937 no Governo Getúlio Vargas. Perfeitamente adequado para a época, hoje, face o andamento das negociações pertinentes a criação do Mercado Comum, mostra-se obsoleto. Este Estatuto será adequado a realidade dos problemas regionais fronteiriços atuais, proporcionando soluções ágeis e pragmáticas ao tráfego de pessoas, veículos e mercadorias. Pretende-se, por outro lado, aumentar a abrangência de sua jurisdição sobre o espaço físico e incluir a região objeto do Estatuto, nas negociações bilaterais, nos moldes do Protocolo n.23.

DEFINIÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL FRENTE AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO COM O URUGUAI

Estabelecida a base institucional, acima citada, que formaliza a participação do Estado nas negociações bilaterais, o GOVERNO COLLARES propõe a elaboração de estudos e trabalhos de diagnóstico da Região, objetivando a definição de programas, projetos, medidas e políticas, a exemplo daquele a ser realizado com a Argentina, no âmbito do Protocolo n.23.

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL DA BACIA DA LAGOA MIRIM

A região da Lagoa Mirim, que congrega toda a Região Sul do Estado, é pauta do Tratado firmado com o Uruguai em 1977, e objeto do Programa Para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. Sendo área de jurisdição federal, este Programa, de carácter eminentemente voltado para a irrigação e controle de águas, foi implementado pelos Governos Federais dos dois países, e encontra-se em sua fase final.

A partir deste Programa, a FRENTE PROGRESSISTA GAUCHA propõe a elaboração de um Plano de Ação concernente ao Desenvolvimento de Recursos, do Meio Ambiente, a ser

inserido no âmbito do Tratado da Lagoa Mirim, que já prevê atividades desta natureza.

Com o acompanhamento e o aval da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia, o programa será desenvolvido por pesquisadores do Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoológica do Rio Grande do Sul e pesquisadores do Museu Nacional de Ciências Naturais de Montevideu.

INTEGRAÇÃO FÍSICA

Os governos anteriores nada fizeram no sentido de viabilizar algumas das antigas reivindicações dos municípios fronteiriços com o Uruguai relativas a cooperação na área de infraestrutura.

O GOVERNO COLLARES gestionará e formalizará a utilização conjunta dos aeroportos ao longo da fronteira, em especial os de Santana do Livramento/Rivera e Guarai/Artigas

proporcionará a utilização conjunta de serviços públicos, tais como: hospitais, bombeiros, abastecimento de água, etc.

Promoverá estudos com vistas a elaboração de projetos para a cooperação na área de telecomunicações e energia.

C) INTEGRAÇÃO BRASIL-URUGUAI-ARGENTINA

DISTRITO INDUSTRIAL TRI-NACIONAL

A FRENTE PROGRESSISTA GAUCHA viabilizará a instalação de um Distrito Industrial Tri-Nacional na região de confluência dos três países, objetivando a substituição de importações, integração industrial e desenvolvimento regional. Este projeto será um núcleo irradiador, integrado por indústrias que deverão ter alto grau de interdependência com os demais setores econômicos da região. Será fundamentado na complementaridade industrial, excluindo-se a concorrência a ramos já existentes nos três países: prioridade a atividades não competitivas, junção de investimentos privados dos três países e utilizará gás natural como fonte energética. Neste projeto será estudada a possibilidade de implantação de uma siderúrgica e a construção de uma termoeletrica.

ÁREA ADMINISTRATIVA

ADM. PÚBLIC./REC.HUMAN.

FIN.PÚBLIC./SIST.FINANC.

PLANEJAMENTO DESENV.REGIONAL

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Com ênfase na busca de potenciais investidores estrangeiros para projetos de interesse do Estado, a FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA, oportunizará a empresas gaúchas associações com empresas estrangeiras, visando atrair recursos e tecnologia para desenvolvimento de projetos e indústrias locais. Para tanto, implantaremos um sistema de informações para sistematização da comunicação entre empresários gaúchos e estrangeiros, visando a associação de interesses de negócios.

INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIA

O GOVERNO COLLARES proporcionará uma estrutura permanente de apoio ao empresário privado na identificação de potenciais parceiros estrangeiros para a atração da tecnologia desejada. Estabeleceremos vínculos de colaboração com organismos federais e internacionais, a fim de canalizar interesses de intercâmbio tecnológico com o Estado e desenvolver programas de capacitação tecnológica. Por último desenvolveremos programas de capacitação para empresários gaúchos, interessados em intercâmbio tecnológico com o exterior, visando o conhecimento de técnicas e experiência comercial.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA, ACADÊMICA E CULTURAL

O GOVERNO COLLARES fará um levantamento sistemático dos acordos de cooperação internacional já em implementação a nível federal e/ou a serem firmados, com a finalidade de inserir o Estado e suas instituições nos programas previstos. Identificaremos as necessidades e interesses de cooperação técnico-científica, acadêmica e cultural junto a instituições de ensino públicas e privadas, pesquisa e de promoção cultural do Estado, a fim de estabelecer o desejado intercâmbio.

Finalmente estabeleceremos vínculos de colaboração com entidades federais e internacionais especializados em prover este tipo de cooperação.

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS

O setor público estadual compreende um emaranhado de organismos que comprometem a administração e o desenvolvimento das atividades fins. Esta situação tem como causa, basicamente, os seguintes fatores:

- a estrutura atual é composta por 16 Secretarias de Estado, dispostas linearmente, 10 Gabinetes afetos a chefia do Gabinete do Governador e 119 órgãos de decisão colegiada ao nível de primeiro escalão, todos estruturalmente centralizados no Governador;

- houve grande proliferação de organismos, principalmente na administração indireta, com funções iguais ou semelhantes, produzindo superposições e, conseqüentemente, dispersão de recursos financeiros e técnicos;

- os meios se sobrepõem aos fins na administração pública e como estes não são definidos claramente, não são priorizados os benefícios sociais à população, mas sim os interesses particulares;

- em total desorganização e falta de planejamento e comando, ocorreu o gigantismo da estrutura orgânica do setor público, que está composto por 68 órgãos e entidades, onde a administração financeira assume prioridade absoluta e a prestação dos serviços esperados pela sociedade é relegada a segundo plano.

Dentro deste quadro, os recursos humanos no setor governamental encontram-se dispersos, descontentes, mal-remunerados e desmotivados.

O Governo do Estado tem cerca de 203.000 servidores públicos, sendo 141.500 lotados na administração direta e 61.500 na administração indireta, cujo controle é precário e parcela significativa está em desvio de função.

O Governo Estadual não tem política de recursos humanos, cujo papel é então suprido em parte, pelas entidades de classe, que tentam proteger e valorizar seus associados, geralmente conflitando com a política adotada pelo Estado. É compreensível, por isto, a dificuldade que este negocia salários e vantagens, com resultados cada vez mais catastróficos.

As modernas técnicas de administração custaram a chegar no serviço público, dado o despreparo das elites dirigentes. Com isto, ainda persiste o conceito sobre o servidor como sendo uma 'peça' dentro de uma gigantesca engrenagem que produz um produto pouco definido, para um consumidor que não é enfrentado face a face. Mesmo quando existe um sistema de avaliação de desempenho,

os erros apontados são distribuídos entre toda a coletividade e não identificam os responsáveis, o que contribui para a persistência dos erros. Por outro lado, os méritos, se bem que poucos, são apropriados 'eternamente' por alguns privilegiados.

Outros fatores contribuem decisivamente para a baixa produtividade e para a ineficiência, generalizada na máquina estatal, quando considerada globalmente:

- a) não existem metas para serem atingidas pelos administradores;
- b) não há definição clara de como executar as tarefas a contento;
- c) não são negociados os meios nem os requisitos básicos para o cumprimento das tarefas;
- d) não são previstos os resultados, nem são avaliadas as consequências decorrentes do atingimento ou não das metas propostas;
- e) não é feita avaliação do custo/benefício social das atividades do Estado, o que é o mais grave de todos os acontecimentos na administração estatal; e
- f) falta de isonomia de Cargos e Salários e medidas para evitar desvios de funções, acrescido do problema gerado pela contratação de pessoal sob o regime da CLT, paralelamente aos estatutários.

A falta de respeito humano no trato com os servidores, bem como as incertezas destes quanto a um futuro melhor, aliada a uma política maquiavélica, resultam em desmotivação e não-adesão a ideais mais elevados, como o de servir ao povo.

A organização do aparato estatal segundo os objetivos fins, a inserção de cada órgão no todo e a valorização dos recursos humanos assume importância primordial na gestão pública, pois tanto pode significar a alavanca das transformações positivas, como um obstáculo de grandeza intransponível que conduz a regressão ou ao caos.

PROPOSTAS

1) Equipar a Secretaria de Administração de Recursos Humanos e de Administração Geral - SEARHA - com recursos técnicos, materiais e humanos qualificados.

- Selecionar de dentro do quadro de servidores, o pessoal especializado em Recursos Humanos e, caso for necessário, fazer concurso externo para essa finalidade;

- Fornecer os equipamentos necessários e compatíveis com o volume de trabalho a ser executado.

2) Adotar uma Política de Recursos Humanos voltada para a valorização do servidor público.

- Efetuar ampla divulgação ao Quadro de Servidores e ao público em geral, que o governo adotará uma filosofia inovadora no trato com o pessoal, visando a sua valorização;

- Convocar publicamente todo o Quadro de Servidores, para um preparo cooperativo na grande transformação.

3) Criar um Quadro de Locação e Vagas.

- Preencher o quadro de locação em cada Órgão, utilizando o critério de colocar o indivíduo no seu lugar certo, de acordo com suas aptidões e vocação profissional;

- Tomar as providências necessárias ao recebimento, ajuste, reciclagem e redistribuição de pessoal de áreas ociosas para outras com vagas não preenchidas.

4) Resolver os problemas referentes à Isonomia de Cargos e Salários e aos Desvios de Função.

- Analisar todas as questões de relação de trabalho, enquadrando-as em suas respectivas faixas de cargos e salários, obedecendo os critérios de igualdade previstos em lei;

- Detectar e analisar os casos de Desvios de Função, recolocando as pessoas nos cargos e funções para os quais estão habilitadas, evitando e desfazendo as superposições.

5) Concluir os projetos em execução

- Analisar os projetos de desenvolvimento dos Recursos Humanos que se enquadrem na política proposta neste documento e incluí-los dentro de um cronograma de seleção de prioridades para a sua conclusão.

ANÁLISE DO SISTEMA FINANCEIRO

A economia, as Finanças públicas e o sistema financeiro estatal do Rio Grande do Sul estão em crise.

A ECONOMIA

O Brasil foi marcado, na década de 80, por boas safras, exportações crescentes e relações de troca favoráveis; contudo avançou a economia informal, a juventude está descrente no futuro e a população se conforma com a mera subsistência. A economia apresentou um bom desempenho mas a conjuntura é de concentração de riqueza, perdas sociais e incertezas. Este é o ambiente onde submergiu a Nação, como resultado do modelo cuja lógica é reduzir o governo, diminuir os investimentos e desgastar o poder de compra dos assalariados para gerar o excedente necessário aos credores internacionais. O custo deste ajuste não é contabilizado, também não interessa a evolução e a origem da dívida externa. Esta foi a política recessiva aplicada, nos anos 80, de forma disfarçada no Brasil. O remédio não funcionou, pois a dívida não foi paga e os efeitos colaterais se fizeram sentir através de um enorme déficit público, uma inflação nunca vista e o descrédito total do governo. Contudo, a economia não foi destruída e nem totalmente desorganizada, apesar do nível de emprego, e da capacidade instalada terem permanecido praticamente estagnados, resultando perdas salariais, atraso tecnológico e concentração da renda.

Agora, o Plano Collor, com o mesmo remédio, veio em dose dupla e aplicado na veia do sistema produtivo nacional. Trata-se de um plano recessivo explícito, com a novidade de pretender pagar a dívida e recuperar o País com auxílio das empresas transnacionais. Mas a sua fragilidade já está aparente e certamente a Nação saberá, no devido tempo, encontrar um caminho independente e de recuperação.

Quanto ao Rio Grande do Sul, na Região Sul não acompanha o dinamismo do Paraná ou Santa Catarina, demais, nos últimos três anos, apesar do excelente desempenho médio da agricultura, conseguiu andar pior que a média brasileira, com um crescimento acumulado inferior a 1%, enquanto o Brasil cresceu acima de 7%, no período.

O crescimento econômico, verificado internamente, foi altamente concentrado, na medida que 50 municípios interligados ao eixo Porto Alegre-Caxias respondem por mais 85% do emprego urbano, o que leva a população expulsa da zona rural a aglomerar-se nessa região, buscando melhores condições de vida. Este processo de concentração determinou problemas sociais e dificuldades na oferta, tanto na infra-estrutura quanto de equipamentos urbanos, em crescente agravamento.

O PLANEJAMENTO

Com uma visão de longo prazo, característica fundamental do planejamento, no Governo Leonel Brizola (1958-1962), foram instituídas empresas estatais e programas, direcionados a implantação de infra-estrutura e ao desenvolvimento de ações, cujas repercussões viabilizaram o crescimento da economia estadual. A partir de então, pouco foi feito no sentido da busca da modernidade, isto é preocupação com o futuro.

Pelo contrário, os mecanismos criados preocuparam-se quase que exclusivamente com ações de curto e médio prazo, visão esta, imediatista que gera crescimento desordenado e ações resultantes de demandas e pressões com forte sabor curativo e eleitoral.

O planejamento ao nível governamental, responsável pelo estabelecimento e concretização do futuro desejado pela população, está desmantelado e inoperante. As poucas iniciativas são desarticuladas e os resultados insignificantes, em que pese o fato do setor público reunir grande aparato, na forma de recursos materiais e humanos vocacionados a promover as mudanças estruturais e conjunturais demandadas pela sociedade.

As ações, no campo do planejamento, realizadas pelo setor público não tem sido seguidas da indispensável ação política e financiadora, ficando prejudicada a execução, resultando apenas em retórica.

AS FINANÇAS PÚBLICAS

O alardeado saneamento das finanças públicas do Estado não se expressou em pagamento algum, prova disso, é que a dívida total cresceu no período 1987/1990, e a situação das empresas estatais é calamitosa, tendo suas ações futuras comprometidas pelos desacertos administrativos do passado. O atual governo, ao discorrer sobre as finanças públicas, não faz referência à complexa situação das estatais que se encontram inadimplentes com seus credores (vide o caso da CEEE, recentemente).

Por outro lado, a parte da dívida gerida pela administração direta (Secretaria da Fazenda) atinge a US\$ 2 bilhões, sendo que 70% vencem nos próximos quatro anos, o que compromete, em média, cerca de 15% do orçamento anual do novo governo, para o serviço da dívida e a necessidade de intervenção financeira nas empresas estatais.

A situação real das finanças públicas está maquiada na apuração do déficit público, no Balanço Geral do Estado, na medida que não explicita as despesas financeiras. A dívida vem sendo empurrada para os próximos anos em negociações onde, inclusive o BRDE, que sustentou parte desses encargos, sofreu grande desgaste com a intervenção do Banco Central.

A execução fiscal tem sido ineficiente, estando a sonhegação estimada em mais de 1/3 do orçamento e a dívida ativa em 1/6.

Os poucos investimentos realizados foram pulverizados em obras a serem concluídas no próximo governo, as quais são importantes no conjunto das necessidades sociais, porém de prioridade questionável. Como se pretende concluir o que está iniciado, este fato gera uma camisa-de-força para a próxima administração, na medida que os recursos para investimentos serão escassos.

A administração financeira do Estado vinha se autofinanciando com resultados de aplicações financeiras - que representaram a segunda fonte de receita - a partir de recursos originários do achatamento salarial, do atraso nos pagamentos e do desmantelamento dos serviços públicos, como educação, saúde e segurança. Esta possibilidade se esgota quando se pensa numa administração coerente e num período de inflação baixa.

O SISTEMA FINANCEIRO DO ESTADO

== =====

O BANRISUL, BADESUL, CAIXA ECONOMICA ESTADUAL, BRDE e DIVERGOS compõem o Sistema Financeiro do Estado do Rio Grande do Sul, "coordenado" pela Junta de Coordenação Financeira, sob a presidência do Secretário da Fazenda.

Em primeiro lugar, é necessário destacar que a Junta de Coordenação não coordena e que o Sistema Financeiro não é um sistema. Os bancos, autônomos financeiramente, estendem esta autonomia a individualidade como decorrência do desinteresse do Estado por seu sistema de apoio financeiro ao desenvolvimento. Demais, atualmente, das cinco instituições, três estão fora do modelo bancário que está sendo imposto ao País: o BRDE e a CAIXA por serem autarquias, o BADESUL e o BRDE, novamente, por serem bancos de desenvolvimento puros.

A tendência observada para os bancos estaduais é de concentração dos serviços com diversificação dos produtos, o que significa bancos maiores e múltiplos, competindo em igualdade de condições com os bancos privados. Este modelo transforma as instituições oficiais de crédito em meras "portas-bancárias" dos Estados, confunde a função pública com a privada e distorce a função de fomento.

Os bancos públicos tem compromissos sociais, segundo suas especialidades. Esta vocação tem sido confundida, em consequência da disputa de mercado estabelecida pelo setor privado que tem interesse em algumas áreas de atuação dos bancos públicos, mas certamente não os tem naquelas que não geram lucros.

PROPOSTAS

1. AREA ECONOMICA

- O GOVERNO COLLARES IRÁ INSTITUIR O PLANEJAMENTO AO NÍVEL REGIONAL.

O planejamento do desenvolvimento regional será parte integrante do plano estadual de desenvolvimento, como forma de encontrar soluções para a obtenção de um crescimento harmônico e equilibrado. Será instituído conjuntamente com a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Regionais.

- O GOVERNO COLLARES PROMOVERÁ A DIVERSIFICAÇÃO DAS ECONOMIAS REGIONAIS

As crises setoriais, muitas vezes prolongadas, afetam intensamente as regiões com elevado grau de especialização. Torna-se importante, assim, incentivar a diversificação da produção regional. Nesse sentido, o GOVERNO COLLARES fará grande esforço para que o crescimento econômico ao nível regional seja baseado em atividades diversificadas.

- COMPETIVIDADE PARA OS SEGMENTOS TRADICIONAIS DA ECONOMIA GAÚCHA

Mediante apoio tecnológico e creditício, ao lado de estudos comparativos, especialmente com os países da América Latina, o GOVERNO COLLARES buscará elevar o nível de competitividade da indústria gaúcha, com prioridade para os setores ameaçados pela integração Sul-Americana.

- SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Sob uma concepção estruturalista, a FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA retomará o curso da história, interrompida após o Governo Leonel Brizola, com um sistema de planejamento participativo. Isto se efetivará regionalmente, com a participação das Universidades, instituição de pesquisa e forças organizadas representativas da sociedade.

- ESTIMULOS FISCAIS E CREDITÍCIOS

A partir de prioridades setoriais e regionais, definidas no Plano de Governo, o GOVERNO COLLARES irá estabelecer estímulos financeiros e fiscais para o crescimento econômico, via FUNDOPEM, o qual será ampliado para benefícios também as pequenas empresas. Além disso, serão criados mecanismos de estímulo a produtividade agrícola.

2. ÁREA FAZENDÁRIA

SECRETARIA DA FAZENDA

- IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE "ORÇAMENTO BASE ZERO"

A partir das atribuições e prioridades governamentais, consubstanciados em projetos e programas, e que o orçamento será orientado. Buscar-se-á, desta forma, garantir os recursos necessários para o atingimento dos objetivos e metas da administração pública.

- DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Ao nível da Secretaria da Fazenda, será criado um departamento de organização e métodos, com vistas a repensar todas as rotinas e burocracias existentes, como forma de tornar a máquina estatal mais eficaz.

- JUSTIÇA FISCAL

Tendo por princípio que os impostos pagos pelos contribuintes devem retornar na forma de benefícios a coletividade, será intensificada a ação fiscal, buscando uma integração e apoio maior a Procuradoria Geral do Estado na efetivação rápida da cobrança da dívida ativa do Rio Grande do Sul.

3. SISTEMA FINANCEIRO

- INTEGRAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

Os bancos oficiais do Estado passarão a ter efetivamente, ações integradas e orientadas pela Junta Financeira do Estado, dentro de uma nova imagem de eficiência, grandeza e participação como agentes governamentais.

- RECUPERAÇÃO DOS BANCOS OFICIAIS DO ESTADO

O GOVERNO COLLARES promoverá a necessária ação política e administrativa no sentido de recuperar os bancos oficiais, que tiveram suas funções descaracterizadas por administrações inconsequentes. Será dada especial atenção ao BRDE e CAIXA ECONOMICA ESTADUAL que estão ameaçados, cuja função social, sob o ponto de vista da Frente Progressista Gaúcha, é da maior importância.

- INCREMENTO NO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Será desenvolvida ação política, conjuntamente com os Estados de Santa Catarina e Paraná, com vistas a trazer para a Região Sul recursos institucionais do orçamento federal, que constitucionalmente são destinados apenas para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

PLANEJAMENTO DESENVOLVIMENTO

I- INTRODUÇÃO

Um dos princípios lógicos da estratégia do planejamento é dividir em parcelas um grande problema, para resolvê-lo por partes.

Uma vez resolvidas as frações torna-se a remontá-las, ajustá-las devido às interações e harmonizá-las na busca da solução final.

A solução final poderá ter um único e abrangente objetivo, encadeado em metas diversas, que são as parcelas constituintes do todo.

O grande problema a resolver é vencer a estagnação atual do Rio Grande do Sul.

Para apontar soluções, vamos considerar as parcelas constituintes desse problema, na área social, na infraestrutura, na área econômica e na área político-administrativo, dentro de um quadro, cujo pressuposto é de que o Estado não é um todo homogêneo e estático.

A diversidade de solos, climas, etnias, culturas e tradições históricas formam um conglomerado heterogêneo de dinâmica diferenciada. Uma política homogênea que não contemple esta realidade, promove desequilíbrios de desenvolvimento, pauperizando algumas regiões e concentrando rendas, populações, empregos, em outras.

Na busca de solução para o desenvolvimento harmonioso e integrado, dirigimos nossa análise inicial à área político-administrativa.

A área político-administrativa deve ter instrumentos de ação que a tornem ágil articulada e dinâmica de maneira a proporcionar resultados convergentes, destinado a atender as aspirações das comunidades, segundo prioridades exequíveis, dentro dos recursos disponíveis.

Para obtenção das características de agilidade e aceleração das ações político-administrativas, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral e harmônico e em função do pressuposto antes declarado, torna-se necessário descentralizar as ações do todo estadual e enfocá-las, separadamente, em parcelas do território onde sejam mais atuantes.

Essas parcelas territoriais, denominadas regiões, constituem a base física da operacionalidade das ações governamentais.

A delimitação da base física atende a uma finalidade segundo critérios escolhidos em função dessa finalidade, podendo pois, ser uma regionalização setorial ou de integração de setores.

A eleição de uma base física é necessária para a sistematização da avaliação das condições regionais e do estudo e acompanhamento dos fatores da dinâmica do seu desenvolvimento, conhecimento necessário para alimentar o planejamento integrado de cada uma das regiões e "in-fine" o conjunto setorial ou integrado formado pelo próprio Estado.

2. ASPECTOS LEGAIS:

A parcelização física dos territórios estaduais com a finalidade de promover a agilização das ações político-administrativas, foi preconizada nas Constituições Federal e Estadual.

- Na Constituição Federal

Cap. III Da Organização Política-Administrativa dos Estados Federados.

Artigo 25

- Na Constituição Estadual

Capítulo III - Da Região Metropolitana, das Aglomerações Urbanas e das Microrregiões.

Artigos 16 parágrafos 1 e 2, 17 e 18

Ainda sob o ponto de vista legal, foram promulgados, pelo Governo do Estado, decretos para instituir a descentralização político-administrativa e iniciar a implementação desse objetivo.

- Decretos Estaduais:

n. 32567 / 2.5.1987 institui o Programa Estadual de Descentralização Estadual.

n. 32.596 - artigo 8 refere-se as Comissões Regionais de Modernização Administrativa (COMARs).

n. 32.741 - institui em 14.1.1988 a Coordenação da Programação do Setor Público.

3. ESTUDOS REALIZADOS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3.1. PROPOSIÇÃO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO para fins de Programação Regional e URBANA, e editada a 30 de Dezembro de 1974.

Essa proposição tem dois momentos característicos: a delimitação das unidades territoriais com identificação de centros de gestão e de apoio ao desenvolvimento, e a proposição de uma hierarquia de cidades que se constitua em subsídio para a alocação de recursos e investimentos de âmbito local, dentro de uma política urbana.

As doze unidades espaciais propostas foram definidas a partir de três elementos básicos:

- a) Uma rede urbana estadual, onde as cidades foram classificadas em cinco categorias hierárquicas;
- b) uma estrutura regional definida, com algumas regiões bem estruturadas e outras carecendo de reforço no centro gestor, com capacidade para consolidar a organização da área sob sua influência;
- c) uma realidade metropolitana crescente e desarticulada em termos de organização e problemática regional.

3.2. ORGANIZAÇÃO E ESTUDOS REALIZADOS PELA FAMURS (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO SUL.

As Associações dos municípios foram criadas politicamente para a busca do atendimento das carências regionais. Tem à sua frente os Prefeitos Municipais e a elas se associaram os Vereadores, através da UVERGS (União dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul).

A regionalização para a FAMURS e UVERGS teve três enfoques:

- a) como instrumento de agilização da máquina administrativa do Estado;
- b) como facilitador dos contatos e decisões da administração estadual, com os municípios e vice-versa, bem como a população interiorana em geral;
- c) como instrumento para o planejamento do desenvolvimento do Estado.

A FAMURS e a UVERGS consideraram dois critérios para regionalizar os municípios de suas associações:

I - puramente técnicos, visando uma determinada finalidade que, normalmente tem sido a maximização da eficiência econômica.

II - critério político, tomando por base as áreas territoriais das Associações de municípios. Esse critério oferece as seguintes vantagens:

- é um sistema já consagrado entre os municípios;
- conta com o apoio político dos Prefeitos e Vereadores Municipais;
- as Associações de municípios além de definirem microrregiões físicas, constituem fóruns políticos microrregionais.

3.3. PROGRAMA ESTADUAL DE DESCENTRALIZAÇÃO REGIONAL

Instituído em junho de 1987 pelo Decreto n. 32.567, propõe:

- a) a descentralização das atividades do Governo Estadual;
- b) a ampliação do relacionamento entre o Estado e os Municípios;
- c) a ampliação da participação das comunidades locais no processo político-administrativo do Estado;
- d) a criação de condições para o planejamento regional, em consonância com o planejamento global do Estado.

Participaram, em Comissão Executiva, 4 Secretarias de Estado e a FAMURS.

As quatro Secretarias participantes foram: Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas; Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa; Secretaria de Coordenação e Planejamento; e, Secretaria da Fazenda. Estas participações garantem um enfoque global, eliminando o viés possível da perspectiva setorial.

Os temas abordados são relativos aos aspectos organizacionais do Programa e quanto a evolução de suas linhas de ação

A - Em termos ORGANIZACIONAIS:

- Estrutura em Porto Alegre;
- Estrutura nas Regiões-Centro Regional

B - Em termos de suas LINHAS DE AÇÃO.

- Divisão Regional do Estado;
- Reforma Administrativa a Nível Regional;
- Programação e Regionalização da Ações Setoriais do Estado;
- Orçamento Regionalizado.

A Fundação IBGE reformulou em 1990 a regionalização anterior e mantém hoje, 35 microrregiões, para fins estatísticos.

A FAMURS e a UVERGS continuam com 22 regiões que abrissem igual número de Associações de Municípios. É de se apontar que algumas regiões se interpenetram.

Alguns municípios participam de mais de uma região, como por exemplo: Triunfo, inscrito em 4 (quatro) Associações.

As regionalizações setoriais, atualmente compreendem:

- na Secretaria de Educação e Cultura:

38 Delegacias de Ensino (está sendo organizada a 39 em Novo Hamburgo);

- na Secretaria da Saúde

16 Delegacias Regionais de Saúde

- na Secretaria de Segurança Pública

- Polícia Civil:

32 Delegacias Regionais de Polícia Civil

2 Divisões Regionais Metropolitanas

- Brigada Militar:

1 CPC (Comando de Policiamento da Capital)

5 CPAS (Comando de Policiamento de Área)

6 GIs (Grupoamento de Incêndio)

3 - Companhias de Polícia Rodoviária

- CORSAN

3 Coordenadorias Regionais

3 Escritórios Regionais

- CRT

10 Áreas de Numeração Fechada

Em termos organizacionais propõe:

1 - Uma Comissão Coordenadora em Porto Alegre, integrada por: Coordenação, Comissão Executiva, Equipes Técnicas: (Divisão Regional).

Reforma Administrativa a nível regional, de programação e regionalização das ações setoriais e de orçamento regionalizado.

2 - Coordenação Regional

A Coordenação Regional contará com:

- um secretário de apoio administrativo;
- um coordenador;
- colegiados regionais: da Administração Estadual, dos Municípios e das Entidades Representativas da Comunidade Regional.

3.4. Divisão em Macro e Microrregiões pelo IBGE

A Fundação IBGE vem, desde 1940, mantendo critérios de divisão territorial, em Meso e Microrregiões, com fins estatísticos. O espaço homogêneo é definido como forma de organização em torno da evolução demográfica, expresso por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos, permitindo a individualização de áreas que se identificam por certa forma de conjunção desses fatos dentro de um determinado nível de generalização.

4 - QUADRO ATUAL

A Regionalização político-administrativa tem apoio no consenso geral dos administradores estaduais. Todavia a implantação dos sistemas propostos está sendo conduzida de maneira desarticulada e parcial. As sedes das Secretarias estão absorvidas por ações e projetos isolados e pontuais, não tendo oportunidade ou orientação para realizar trabalhos mais profundos integrados e abrangentes.

Dai, não ter ocorrido ainda a integração das ações do Governo do Estado, com os Municípios e suas Associações.

A SDO propôs em 1974 a regionalização através de doze regiões, onde se incluem as regiões Metropolitana e Perimetropolitana.

Em 1987 a mesma Secretaria propõe 22 regiões, tendo por base inicial a regionalização da FAMURS, adaptando-a através de transferências de alguns municípios limítrofes e adotando divisões nas áreas metropolitana e perimetropolitanas.

- CEEE

31 Agências Regionais

- IPE

13 Agências Regionais

5. OUTRAS EXPERIÊNCIAS

5.1. Experiência de São Paulo.

O quadro político-administrativo, hoje, existente em São Paulo foi implantado, em suas linhas básicas, por Decreto datado de julho de 1967, permanecendo inalterado até 1982.

A partir dessa data, registrou-se uma brusca mutação na situação pré-existente. Iniciou-se então um processo de questionamento da estrutura estabelecida, sob a forma de um amplo e variado conjunto de pressões reivindicatórias.

Como resultado dessas pressões, ampliou-se significativamente a estrutura de regionalização, chegando-se a 42 regiões administrativas.

Foi proposto o seguinte organograma:

- Secretarias de Estado, do Interior e de Planejamento ligadas ao Governador, num mesmo nível hierárquico.
- Escritório Regional de Governo (ERG), subordinado diretamente a Secretaria do Interior;
- Escritório Regional de Planejamento (ERPLAM), ligado ao ERG, no mesmo nível hierárquico;
- Colegiado da Administração Estadual (CAE) e Colegiado das Administrações Municipais (CAM) subordinadas ao ERG.

O Chefe do ERG (Escritório Regional de Governo) estaria em condições de maximizar a utilização de recursos públicos, sejam por detectar as insuficiências ou as duplicações, porventura existentes no processo de prestação dos serviços, seja por obter, mediante a conjunção dos esforços, resultados que não podem ser alcançados quando as ações do Estado permanecem isoladas e desarticuladas, por falta de uma instância que as unifique a partir de uma visão de conjunto e de um planejamento adequado.

5.2. Experiência de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais desenvolveu uma estratégia de ação que vem dando resultados no atendimento as carências constatadas nos municípios. A experiência tem pouco mais de 15 anos e é dinâmica, ou seja, aprimora-se corrigindo os desvios e possíveis erros.

Procura a participação de todos: municípios e suas populações, respeitando-se as características e peculiaridades de cada um.

Em Minas Gerais o associativismo municipal foi feito através da criação das Associações Microrregionais de Municípios, em 1974.

O órgão gestor é a SUPAM (Superintendência de Articulação com os Municípios) até pouco tempo pertencente a SEPLAM/MG e, hoje, a Secretaria de Estado de Assuntos Municipais (SEAM).

As Associações são constituídas a partir da filiação dos municípios à entidade, mediante lei aprovada por 2/3 dos membros das respectivas Câmaras de Vereadores. São "Entidades Jurídicas de Direito Privado".

Uma Associação Microrregional tem a seguinte estrutura orgânica:

- a) Assembléia Geral (Prefeitos) - Elege anualmente a Diretoria e Conselho Fiscal;
- b) Diretoria - (Presidente e dois vices);
- c) Conselho Fiscal - 3 membros efetivos e 3 suplentes;
- d) Secretaria Executiva.

O Estado de Minas Gerais está dividido em 36 Associações Microrregionais, congregando 708 municípios.

A SUPAM conta com 3 sub-unidades administrativas: Centro de Associativismo Municipal-CAM, Centro de Assistência Técnica-CAT e Centro de Desenvolvimento Urbano e Rural-CDUR.

O CAM apoia e promove o fortalecimento e consolidação das Associações Microrregionais.

O CAT é responsável pelo assessoramento nas atividades de modernização administrativa, política fiscal, recursos humanos e consultoria jurídica.

O CDUR colabora na formação da diretoria, planos, programas e na execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado.

5.3. Experiência de Santa Catarina

Dentro das tentativas experimentais de descentralização administrativas, Santa Catarina testou as seguintes:

- Em 1971 utilizando os limites físicos formados pelas 13 regiões polarizadas, com a finalidade de regionalizar a administração estadual. Na sede de cada região deveriam ser instalados serviços administrativos. Essa determinação governamental não foi cumprida, por questões políticas identificadas.
- Em 1979 enquanto se formavam novas regiões, o GAPLAM - atual Secretaria de Coordenação Geral iniciou estudos, no sentido de propor uma regionalização que satisfizesse aos vários órgãos como um todo. Os estudos previam a divisão do Estado em macrorregiões sem que, contudo tal proposta, merecesse o interesse do Governo em implantá-lo.

Em 1987, com metas : regionalização através da criação de regiões funcionais de desenvolvimento; e implantação de unidades de planejamento regional com a instalação de Escritório de Desenvolvimento Regional - EDER.

O uso dessa divisão provocou reações negativas nos meios político, regionais, provocadas pelos seguintes fatores:

- a concepção da divisão regional não considerou a opinião da comunidade. Havia perda de alguns serviços públicos estaduais alocados regionalmente;
- a não aceitação por parte das Associações de Municípios, pela concorrência ocasionada pela não coincidência da sede da Associação com a sede da Região.

A adoção dos limites das Associações de Municípios como base modular para uma regionalização, permitirá múltiplas composições regionais, para os órgãos setoriais e seccionais, sem quebrar as estruturas físicas, funcionais e sócio-políticas que o associativismo municipal sedimentou em Santa Catarina.

6. DIAGNOSTICO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A regionalização consubstancia não só um fato político-administrativo, previsto em Lei - não é apenas a vontade do Governo - ela abrange o atendimento mais direto, atuante e associativo da Comunidade na busca de uma situação mais próspera, mais saudável e mais feliz - nesta e nas futuras gerações.

A finalidade principal do parcelamento regional é romper com a estagnação do desenvolvimento do Estado e proporcionar os meios, de religar as comunidades municipais aos órgãos governamentais, de maneira a revitalizar as ações

político-administrativas, na busca da harmonia e do equilíbrio do modelo desenvolvimentista, com os recursos programados, num orçamento regionalizado.

Já soma duas décadas, o período experimental da proposição de parcelamento regional em nosso Estado e em vários Estados Brasileiros, especialmente em São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina.

No Rio Grande do Sul a Entidade mais consolidada e atuante sob o aspecto regionalizante é a FAMURS que reúne 22 Associações de Municípios. Lideradas pelos Prefeitos Municipais e Câmaras de Vereadores, estas últimas, através da UVERGS, que também obedece a mesma divisão territorial.

O Governo Estadual já vem reconhecendo a regionalização proposta pela FAMURS, uma vez que a Secretaria da Fazenda, organizou suas Estatísticas Econômico-Fiscais adotando a mesma divisão territorial.

A Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano possui uma estrutura administrativa muito bem formulada, integrando, Coordenadorias e Colegiados Regionais, também adaptando e adotando grande parte da regionalização da Federação das Associações dos Municípios.

Resta confirmar, adequar e dinamizar a experiência adquirida na política administrativa do setor público, para a implementação do projeto final de regionalização, somando a vontade das Comunidades com a vontade da FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA, para a restauração do Desenvolvimento Integrado do Rio Grande do Sul.

7. PROPOSTAS

políticas administrativas

O GOVERNO COLLARES propõe:

- Ativar as ações regionalizadas dentro do Plano de Desenvolvimento Estadual.
- Organizar e dinamizar as ações dos diversos órgãos estaduais de maneira a atender as carências de cada região do Estado, com orientação ao Desenvolvimento Integrado das Regiões.
- Apoiar as Associações dos Municípios em todas suas reivindicações prioritárias e intermediar suas ações através dos Conselhos e Colegiados Regionais.
- Buscar a adequação das Coordenadorias Regionais às Associações de Municípios para obter resultados integrados, dentro de um orçamento regionalizado, com avaliação e controle das Entidades Representativas da Comunidade Regional.

- Proporcionar a participação de todos os segmentos organizados no espaço geográfico da Região, na Administração do Estado, dando-lhes papel decisório e fiscalizador.